

RELATÓRIO ANUAL 2022



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

RECUPERAR
PORTUGAL



Ficha Técnica

Título: Relatório Anual 2022

Edição: 1ª edição, 2023

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Relatório Anual 2022



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

- **A.M** — Área Metropolitana
- **AAE** — Áreas de Acolhimento Empresarial
- **ACSS** — Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
- **AD&C** — Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
- **ANEPC** — Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- **BD** — Beneficiários Diretos
- **BEI** — Banco Europeu de Investimento
- **BF** — Beneficiários Finais
- **BI** — Beneficiários Intermediários
- **BPF** — Banco Português de Fomento, S.A.
- **C&T** — Ciência e Tecnologia
- **CAC** — Comissão de Auditoria e Controlo
- **CCA** — Comissão de Coordenação das Agendas
- **CCDR A** — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- **CCDR Alg** — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- **CCDR Centro** — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- **CCDR LVT** — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- **CCDR Norte** — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- **CE/COM** — Comissão Europeia
- **CNA** — Comissão Nacional de Acompanhamento
- **DIH** — *Digital Innovations Hubs*
- **EMRP** — Estrutura de Missão Recuperar Portugal
- **ENAAAC** — Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020
- **ESCI** — Equipa Segregada de Controlo Interno
- **EY** — Ernest & Young, S.A.
- **FA** — Fundo Ambiental
- **FEEI** — Fundos Europeus Estruturais de Investimento
- **FEI** — Fundo Europeu de Investimento
- **I&D** — Investigação e Desenvolvimento
- **I&D&I** — Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- **I&I** — Investigação e Inovação
- **IDE** — Ambiente de desenvolvimento integrado
- **IEFP** — Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
- **IGF - AA** — Inspeção Geral de Finanças — Autoridade de Auditoria
- **IHPC** — Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
- **MRR** — Mecanismo de Recuperação e Resiliência
- **MV** — Mecanismo de Verificação
- **OPF** — Organizações de Produtores Florestais
- **PACRP** — Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal»
- **PD** — Pedido de Desembolso
- **PIB** — Produto Interno Bruto
- **PME** — Pequenas e Médias Empresas
- **PNEC** — Plano Nacional de Energia e Clima
- **PRR** — Plano de Recuperação e Resiliência
- **RAA** — Região Autónoma dos Açores
- **RAM** — Região Autónoma da Madeira
- **RPFGC** — Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
- **SCI** — Sistema de Controlo Interno
- **SGCI** — Sistema de Gestão e Controlo Interno
- **SGIFR** — Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
- **SNS** — Sistema Nacional de Saúde
- **TCE** — Tribunal de Contas Europeu
- **TdC** — Tribunal de Contas
- **UE** — União Europeia
- **VL** — Verificação no Local

ÍNDICE

<u>PARTE 1 NOTA INTRODUTÓRIA</u>	<u>7</u>
<u>PARTE 2 SUMÁRIO EXECUTIVO</u>	<u>10</u>
<u>PARTE 3 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA</u>	<u>12</u>
<u>3.1 Enquadramento e Desafios do PRR</u>	<u>13</u>
<u>3.2 Modelo de Governação</u>	<u>16</u>
<u>3.3 Informação e Comunicação</u>	<u>17</u>
<u>3.4 Controlo e Auditoria</u>	<u>22</u>
<u>PARTE 4 PANORAMA GERAL</u>	<u>35</u>
<u>4.1 Progresso Global 2022</u>	<u>36</u>
<u>4.2 Em Foco</u>	<u>38</u>
<u>PARTE 5 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR</u>	<u>42</u>
<u>5.1 Dimensões Estruturantes</u>	<u>43</u>
<u>5.2 Resiliência</u>	<u>48</u>
<u>5.3 Transição Climática</u>	<u>82</u>
<u>5.4 Transição Digital</u>	<u>101</u>
<u>PARTE 6 BALANÇO DE MARCOS E METAS</u>	<u>118</u>
<u>6.1 Marcos e Metas 2022</u>	<u>119</u>
<u>6.2 Implementação Financeira do PRR</u>	<u>122</u>
<u>PARTE 7 IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS</u>	<u>128</u>
<u>7.1 Impacto nos Pilares Europeus</u>	<u>129</u>
<u>7.2 Impacto nos Indicadores Comuns</u>	<u>130</u>
<u>7.3 Impacto nas Iniciativas Emblemáticas</u>	<u>132</u>
<u>PARTE 8 PERSPETIVAS PARA 2023</u>	<u>133</u>
<u>PARTE 9 ANEXOS</u>	<u>136</u>

ÍNDICE

FIGURAS E TABELAS

<u>Figura 1 : Cronograma do Desenvolvimento do PRR</u>	<u>15</u>
<u>Figura 2 : Organograma EMRP</u>	<u>16</u>
<u>Figura 3 : Instrumentos do Sistema de Controlo Interno do PRR - cronologia</u>	<u>23</u>
<u>Figura 4 : Cronologia das ações de controlos preliminares e finais — Marcos e Metas 2022</u>	<u>27</u>
<u>Figura 5 : Quadro resumo das diversas ações de controlo realizadas pela ESCI</u>	<u>28</u>
<u>Figura 6 : Cumprimentos de Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de pagamento</u>	<u>120</u>
<u>Figura 7 : Cumprimento de Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento por Dimensão Estruturante</u>	<u>121</u>
<u>Figura 8 : Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento</u>	<u>121</u>
<u>Figura 9 : Implementação Financeira global a 31.12.2022</u>	<u>123</u>
<u>Figura 10 : Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2022, milhões euros</u>	<u>123</u>
<u>Figura 11 : Implementação Financeira por Componente a 31.12.2022, milhões de euros</u>	<u>124</u>
<u>Figura 12 : Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos</u>	<u>126</u>
<u>Figura 13 : Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2022</u>	<u>127</u>
<u>Figura 14 : Parcela estimada dos Fundos do PRR (%) que contribuem para cada pilar de política europeia</u>	<u>129</u>
<u>Figura 15 : Relação entre componentes do PRR e Iniciativas Emblemáticas da UE</u>	<u>132</u>
<u>Tabela 1: Estrutura Integrada de Controlo Interno — Especificação das Componentes</u>	<u>22</u>
<u>Tabela 2: Auditoria da COM — Marcos e Metas selecionados</u>	<u>33</u>
<u>Tabela 3: Implementação Financeira por tipologia de beneficiário a 31.12.2022</u>	<u>124</u>
<u>Tabela 4: Implementação Financeira por Região NUTS II e <i>per capita</i>, a 31.12.2022</u>	<u>125</u>



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 01

NOTA INTRODUTÓRIA

01. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório descreve as atividades de gestão e de coordenação relacionadas com a implementação das reformas e dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O modelo de governação do PRR, publicado pelo Decreto-lei n.º 29-B/2021, estabelece que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, é a entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização da execução e da concretização dos objetivos operacionais do PRR português, que se enquadra no *NextGenerationEU*, competindo-lhe, entre outras, a obrigação de:

- Negociar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento das obrigações e requisitos previstos no Regulamento (UE) 2021/241;
- Acompanhar a execução das reformas e investimentos do PRR, assegurando a consecução dos seus objetivos estratégicos e promovendo a monitorização e a concretização dos objetivos operacionais através de marcos e de metas, contratualizando com os respetivos beneficiários as correspondentes condições;
- Assegurar a interação e os contactos com a Comissão Europeia, sendo para tal designada nos termos do Acordo Operacional, como a entidade coordenadora para a implementação do PRR;
- Fornecer apoio técnico às equipas das áreas governativas coordenadoras e entidades executoras das reformas e investimentos do PRR, disponibilizando orientações técnicas que assegurem a sua execução mais eficaz e eficiente;
- Preparar e submeter à Comissão Europeia os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR semestrais, recolhendo, junto das entidades competentes, as informações necessárias;
- Dar cumprimento às obrigações de reporte à Comissão Europeia fixadas no Regulamento (UE) 2021/241;
- Implementar um sistema de gestão e controlo interno, suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas;

Em cumprimento com o disposto na alínea e), do art. 6º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal elaborou o presente relatório de monitorização, no qual, tendo em consideração o estágio inicial em que a implementação dos investimentos se encontra, se descreve

- O panorama geral do progresso alcançado, quer ao nível dos marcos e metas, dados como satisfatoriamente cumpridos, quer em termos de realização das reformas e dos investimentos;
- A caracterização, em cada uma das Componentes do PRR, dos seus objetivos e das suas realizações até final do ano de 2022;

01. NOTA INTRODUTÓRIA

- O impacto do PRR, nos 6 pilares europeus estabelecidos no Regulamento (UE) 2021/241, nos indicadores comuns e nas iniciativas emblemáticas da União Europeia;
- As perspetivas gerais para ano de 2023;
- Anexos, com a lista das operações aprovadas aos destinatários finais dos fundos PRR: Beneficiários Diretos e Finais.

Observa-se que o PRR, até ao final do ano de 2022, está ainda numa fase de implementação inicial, circunscrita:

- À análise das candidaturas recebidas no âmbito de Avisos de concurso lançados para a seleção de Beneficiários Finais;
- À aprovação de projetos e correspondes notificações de decisão aos beneficiários;
- À assinatura de contratos/termos e aceitação com os beneficiários finais;
- Ao processamento de adiantamentos, no seguimento da assinatura de contrato;
- Ao lançamento de procedimentos de contratação pública, apreciação de propostas e correspondente adjudicação e contratação;
- À implementação das reformas iniciais previstas e de um conjunto de marcos de natureza imaterial, nos termos do previsto no plano, as quais lançam as bases para a realização material e física dos investimentos, sendo disso exemplo os estudos de impacto ambiental e licenciamentos necessários.

As concretizações, referidas, alcançadas em 2022, permitem perspetivar que o 2023 venha a conter realizações masterizadas execuções físicas e financeiras dos projetos aprovados, fazendo a ligação aos objetivos estabelecidos para cada uma das medidas.

O presente relatório beneficiou ainda da compatibilização da informação incluída no Relatório Bianual enviado à Comissão Europeia, nos termos do previsto no Regulamento (UE) 2021/241, tendo ficado disponível em 6 de abril de 2023 para envio a parecer da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA), no sentido de dar cumprimento ao disposto na alínea d) do nº 4 do art.º 5º do DL 29-B/2021.

Em 21 de junho de 2023 a EMRP recebeu o parecer da CNA sobre este relatório. A 5 de julho, a EMRP enviou à CNA a sua pronúncia e resposta ao parecer emitido por essa Comissão. O parecer da CNA e a resposta da EMRP a esse parecer constam em anexo a este relatório.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 02

SUMÁRIO EXECUTIVO

02. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência representa uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação da Europa e reforçar o compromisso com a transição verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

Em Portugal, o PRR consiste em 32 reformas e 83 investimentos, financiados por um total de 16,6 mil milhões de euros, distribuídos por 20 componentes. O PRR foi concebido para se alinhar e abordar as quatro agendas da Estratégia 2030, tornando-o uma das mais relevantes fontes de financiamento, juntamente com o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, os fundos da Próxima Geração da UE, e outros programas da UE. A execução bem sucedida do PRR não só apoiará a recuperação económica de Portugal, mas também contribuirá para alcançar a convergência com a União Europeia durante a próxima década.

Apesar dos desafios operacionais, da simplificação da legislação e da agilidade dos procedimentos, o ano de 2022 viu a contratação bem sucedida de 100% da dotação do PRR para beneficiários diretos e intermediários. Dois pedidos de pagamento foram apresentados e aprovados pela Comissão Europeia, demonstrando o cumprimento de 58 marcos e metas, 23 relacionados com reformas e 35 relacionados com investimentos. Adicionalmente, o primeiro pagamento de 1.162 milhões de euros foi recebido em maio de 2022 e a formalização do segundo pedido de pagamento foi concretizada a 30 de setembro.

A 31 de dezembro de 2022, já tinha sido lançado um montante de 11.251 milhões de euros em avisos de abertura de concursos

e 1.022 milhões de euros em concursos públicos. Foram apresentadas 144.349 candidaturas, tendo sido aprovadas 93.119, beneficiando mais de 75.000 beneficiários finais. No final de 2022 tinham sido já pagos 1.408 milhões de euros aos beneficiários diretos e finais.

Antecipando uma aceleração natural na taxa de execução em 2023, a implementação bem sucedida do PRR exigirá um esforço coordenado de todas as partes interessadas. É um esforço nacional que exige o alinhamento com a transparência e comunicação, reforçado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal dando a conhecer, apresentando oportunidades e comunicando os resultados do PRR através de sítio *web* próprio, sistema de alerta de novos avisos, presença nas redes sociais e nos media, *newsletter* própria e na realização do Evento Anual.

Portanto, a execução bem sucedida do PRR em 2023 exigirá um esforço contínuo para assegurar o cumprimento de marcos e metas, associados à transferência dos terceiro e quarto pagamentos. Adicionalmente, em 2023 realizar-se-á a revisão, junto da Comissão Europeia, dos investimentos previstos, nomeadamente para incorporar o aumento da dotação das subvenções, os novos investimentos do *REPowerEU* e reforço de dimensões de empréstimo, resultando no aumento das verbas associadas ao PRR e das responsabilidades da sua operacionalização.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 03

O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.1 ENQUADRAMENTO E DESAFIOS DO PRR

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência constitui uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação na Europa e reforçar o empenho nas transições paralelas verde e digital, financiando reformas e investimentos nos Estados-Membros até 2026.

O PRR é um programa de aplicação em todo o território nacional, com um período de execução até 2026, que consiste na implementação de um conjunto de 32 reformas e 83 investimentos, agregados em 20 componentes, que permitirá ao País retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a União Europeia ao longo da próxima década. É financiado por recursos totais de 16,6 mil milhões de euros, distribuídos por 13,9 mil milhões de euros de subvenções não reembolsáveis e 2,7 mil milhões de euros de empréstimos, com um perfil de desembolsos que permitirá obter a liquidez necessária para que o PRR funcione como instrumento efetivo de resposta à crise económica e social.

O PRR, desenhado de acordo com os requisitos estabelecidos para este instrumento comunitário, está alinhado e responde às quatro agendas da Estratégia 2030, constituindo-se como uma das suas fontes de financiamento mais relevantes, a par de outras, incluindo o Quadro Financeiro Plurianual 2021 — 2027; os fundos do *Next Generation EU*, os mecanismos europeus de resposta à crise pandémica, como o SURE; os diferentes programas de financiamento europeus de gestão centralizada como, por exemplo, o Horizonte Europa, o Mecanismo Interligar Europa, o *Invest EU* ou os financiamentos do BEI/FEI e os exercícios orçamentais nacionais anuais.

O PRR foi estruturado com base nas prioridades definidas na Estratégia Portugal 2030, documento de referência que define a visão do país para a década, em termos económicos, sociais e ambientais, mas refletindo, também o compromisso europeu de desenvolvimento sustentável definido no Pacto Ecológico Europeu e os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, contribuindo, adicionalmente, para a resposta aos desafios identificados no âmbito do Semestre Europeu. Tendo a versão final do PRR sido apresentada publicamente a 16 de abril de 2021 e submetida à Comissão Europeia a 22 de abril de 2021, durante a Presidência portuguesa da União Europeia, Portugal foi o primeiro Estado-membro da UE a concretizar este objetivo.

A Decisão de Execução do Conselho formalizou e especificou as reformas e os projetos de investimento que Portugal acordou implementar, divididos nas 3 dimensões estruturantes e nas 20 componentes. No documento, ficaram definidas as disposições e calendário para o seu acompanhamento e execução, tendo especial relevância a descrição pormenorizada dos 341 marcos e metas que condicionam os pedidos de pagamento a realizar no âmbito do PRR, que são parte do Anexo da Decisão.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.1 ENQUADRAMENTO E DESAFIOS DO PRR

Após um complexo trabalho coordenado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, entre setembro e dezembro de 2021, em articulação com a tutela, que consistiu em várias negociações junto do Grupo Técnico da Comissão Europeia, foi assinado a 18 de janeiro de 2022 o Acordo Operacional que estabelece o conjunto de indicadores de monitorização e os mecanismos de verificação que melhor definem o processo de avaliação do cumprimento de marcos e metas, a que Portugal se sujeitará até 2026 para receber as 10 tranches do financiamento do PRR.

O ano de 2022, como se pode verificar neste relatório, foi um ano desafiante em termos de operacionalização, simplificação legislativa, agilidade de procedimentos e de impulso contratual. Colocar as ambições do PRR no dia a dia do território nacional, envolveu um esforço único de articulação multinível, de responsabilização de atores e de apropriação das reformas, mantendo todas estas dinâmicas, alinhadas com fortes mecanismos de transparência, visibilidade e comunicação, fazendo recair sobre a sua operacionalização o escrutínio nacional.

Fruto do trabalho desenvolvido pelo “ecossistema de atores” e da operacionalização do PRR, a 25 de janeiro de 2022 Portugal submeteu o primeiro pedido de reembolso de 1,16 mil milhões de Euros (recebido a 9 de maio), e submete o segundo pedido a 30 de setembro de 2022 de 1,8 mil milhões de Euros (recebido a 8 de fevereiro de 2023).

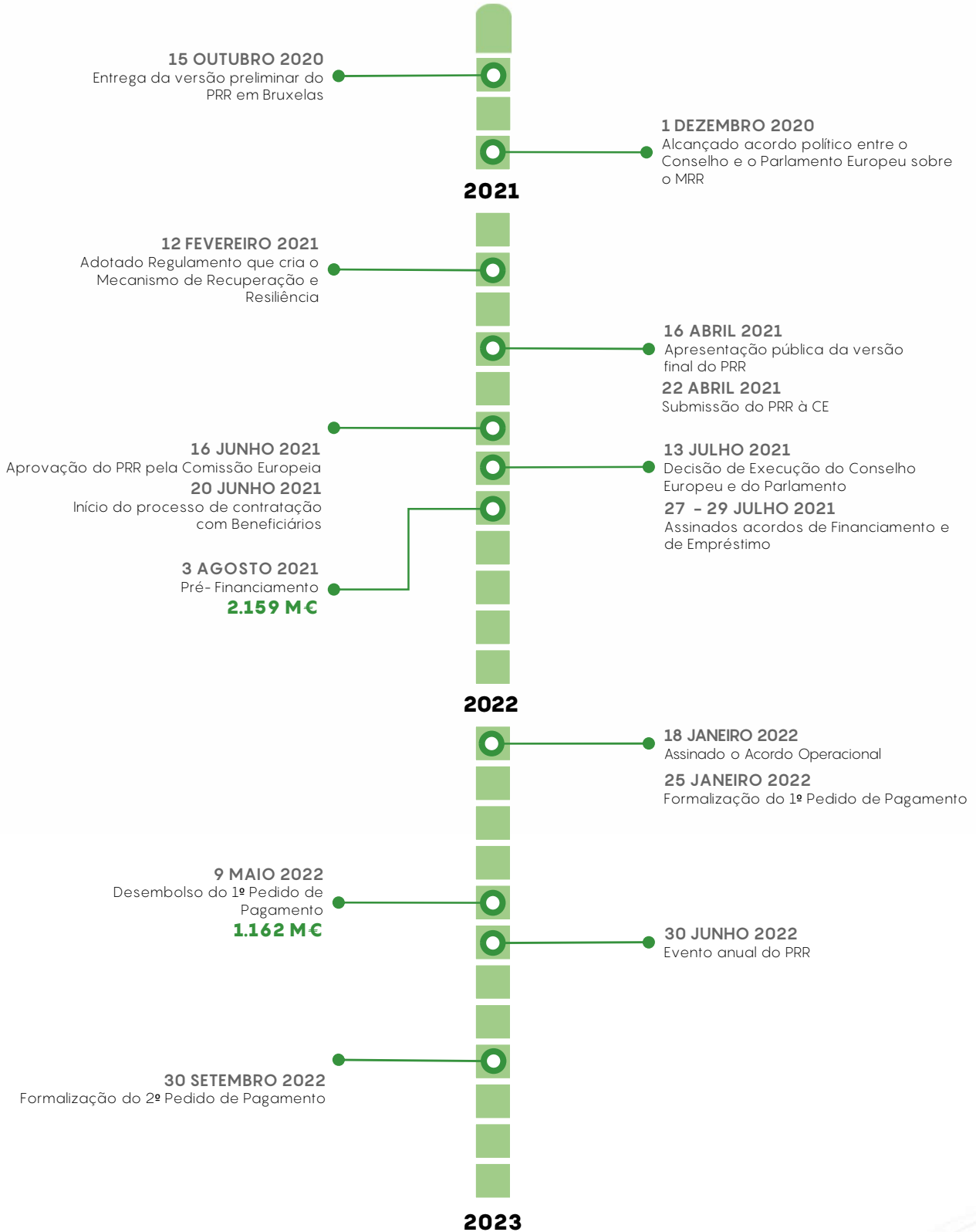
O ano de 2023 será um ano crítico para o PRR, quer em termos de execução do programa (assumindo uma execução de 32% através da submissão dos 3º e 4º pedidos de pagamento). Mas além disso, é um ano que obriga a dar grande visibilidade aos resultados e às realizações, aproximando o PRR ao quotidiano dos cidadãos e das empresas.

Será também em 2023 que se realizará a revisão, junto da Comissão Europeia, dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente para incorporar o aumento da dotação das subvenções, os novos investimentos do *REPowerEU* e reforço de dimensões de empréstimo, resultando no aumento das verbas associadas ao PRR e das responsabilidades da sua operacionalização.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.1 ENQUADRAMENTO E DESAFIOS DO PRR

Figura 1: Cronograma do Desenvolvimento do PRR



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO

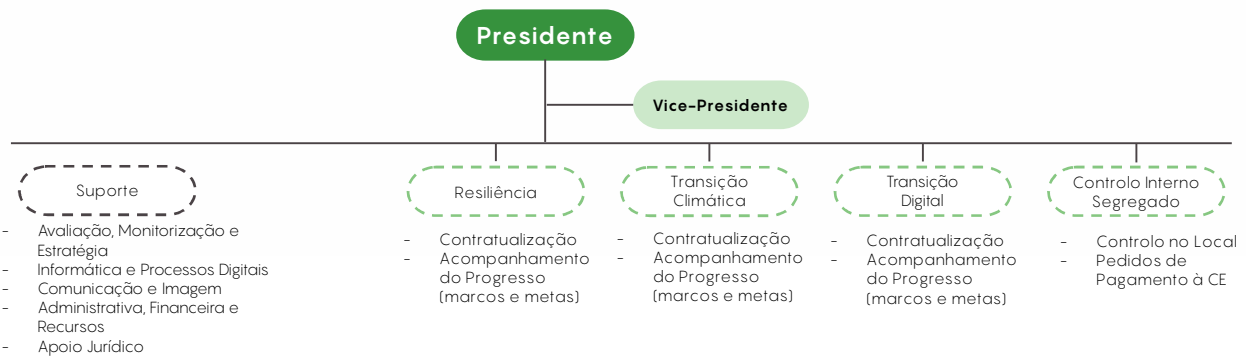
Tendo como base a experiência consolidada de Portugal ao longo do tempo na gestão de fundos europeus, a opção passou por criar um modelo de governação ágil, com competências bem definidas e devidamente segregadas, e com mecanismos de articulação internos que permitam implementar o Plano de forma eficaz, recorrendo a procedimentos simples e expeditos. O objetivo foi o de criar um modelo transparente, seguindo as melhores práticas, evidenciado a forma como estão a ser aplicados os recursos disponíveis e os respetivos resultados.

O princípio da participação dos diversos atores nacionais (parceiros económicos e sociais, as organizações da economia social, as instituições científicas e de ensino superior e as entidades públicas) está consagrado no PRR, desde a sua elaboração, garantindo que as políticas a implementar são aquelas de que o país efetivamente necessita e que as mesmas estão devidamente alinhadas com as características e com o contexto territorial da sua implementação.

Neste sentido, o modelo de governação do PRR apresenta 4 níveis de coordenação (Política, Acompanhamento, Técnica e de Monitorização (EMPR) e Auditoria e Controlo).

Neste contexto, a EMRP é em termos de implementação e operacionais a entidade que coordena as atividades e centraliza o interesse de atuação das restantes entidades, através dos seus circuitos de operacionalização e as estruturas de suporte:

Figura 2: Organograma EMRP



A estrutura e os mecanismos sob coordenação técnica e monitorização garantem que a utilização dos fundos do PRR está em conformidade com a legislação nacional e comunitária em vigor, assegurando-se simultaneamente, a prevenção, deteção e correção de situações de fraude, corrupção, duplo financiamento e conflito de interesses. Com a concretização dos marcos e metas estabelecidos, sem descuidar os níveis de controlo e transparência, assistiu-se a um esforço no acompanhamento rigoroso da execução e na comunicação dos objetivos alcançados.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O ano de 2022 assumiu-se como um ano de implementação e execução do PRR. Neste contexto, a comunicação do PRR centrou-se em três eixos essenciais:

1. Explicação do próprio mecanismo, com especial incidência no novo formato de execução;
2. Apresentação de diferentes avisos de candidatura;
3. Comunicação dos projetos aprovados e/ou em execução.

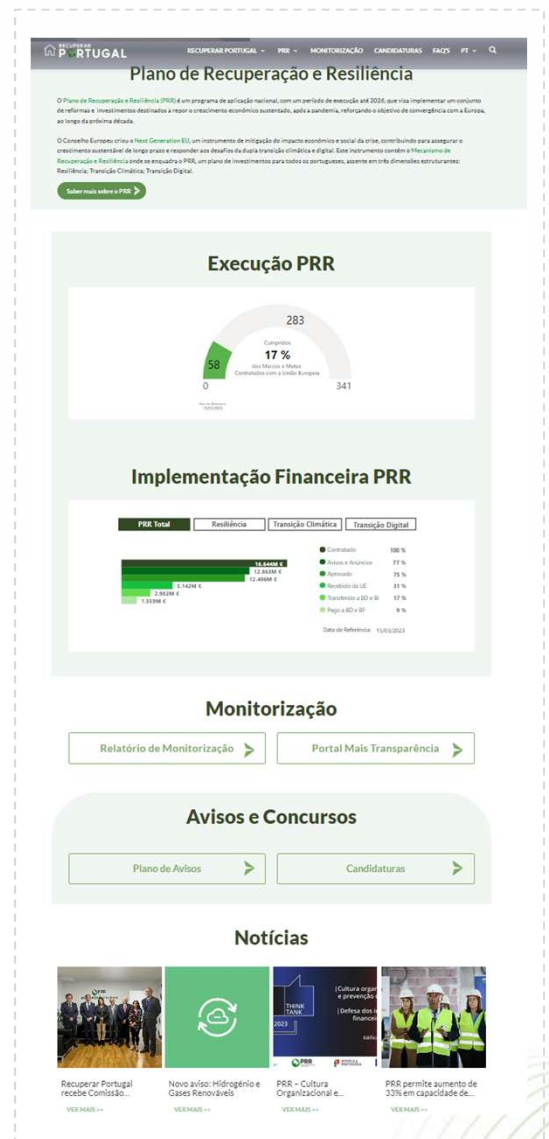
Estrategicamente, pretendeu-se cumprir os objetivos macro de dar a conhecer o plano, bem como a sua execução e transmitir de forma transparente e clara todas as fases de implementação deste mecanismo, com o intuito de mobilizar os agentes económicos, sociais e culturais para a recuperação do país. Focou-se também na sensibilização para a importância dos investimentos PRR em áreas estruturais, assim como da dupla transição, climática e digital.

SITE

O site recuperarportugal.gov.pt assume-se como um eixo fundamental para a comunicação com os beneficiários, os cidadãos, sendo também bastante consultado pela imprensa. Ele é a primeira janela para um olhar sobre o PRR.

Neste âmbito e partindo dos pressupostos acima elencados, foram desenvolvidos vários ajustamentos e criadas dinâmicas nesta ferramenta comunicacional, a fim de transmitir informação relevante e atual, num formato mais 'user friendly' e de perceção imediata.

A *Homepage*, enquanto primeira página de acesso ao site, foi alterada, com vista a destacar e diferenciar melhor a informação presente, que foi também alvo de incremento. Passou a disponibilizar, graficamente, dados sobre a "Execução PRR" ao nível de marcos e metas contratados com a União Europeia. No que concerne a "Implementação financeira PRR" são agora também apresentados dados relativos ao montante recebido da Comissão Europeia, bem como ao montante transferido para Beneficiários Diretos e Intermediários, conseguindo assim ter-se uma visão mais completa do estado de implementação.



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Não obstante todas as páginas terem sofrido intervenções no sentido de se alinharem com as necessidades comunicacionais, destaca-se a inclusão da página “Monitorização”, que apresenta todo o histórico do PRR, bem como o Relatório de Monitorização Semanal do PRR.

As notícias presentes na *Homepage* e página “Comunicação” pretendem dar nota da boa execução deste mecanismo, bem como dar a conhecer novidades de relevo. Ao longo de 2022, foram desenvolvidas e incluídas no site 122 notícias sobre o PRR, nomeadamente, sobre avisos de candidatura lançados, eventos sobre o PRR, execução de investimentos, execução do PRR, entre outros.

NEWSLETTER

Por forma a comunicar diretamente com os diferentes públicos-alvo, foi criada, ainda no ano 2021, uma *newsletter*, que assumiu, desde o início, bastante adesão junto do público, conseguindo uma boa taxa de subscrição.

Durante o ano 2022, foram enviadas 14 *newsletters*, não sendo este envio baseado numa periodicidade estanque, mas sim, na relevância de informação, por forma a manter os subscritores interessados e, em última análise, aumentá-los. Nos 365 dias do ano transato, a taxa de incremento de subscritores foi de 49,7%, tendo registado uma subida na base de dados de contactos de 11500 para 17214 pessoas.

A *newsletter* assume-se então como uma importante ferramenta comunicacional, capaz de impactar o público, que escolhe aceder à mesma, sem ser impositiva. Para manter a boa performance e interesse, bem como conseguir que o cidadão se identifique com estas comunicações, tem vindo a ser feito um trabalho de análise que se traduziu na criação de *newsletters* temáticas (ex.: Pedidos de pagamento; Dias Comemorativos, etc.) e na inclusão de infografias.

Refira-se ainda que a newsletter, enquanto instrumento de comunicação, tem demonstrado eficácia na ligação a alguns meios de comunicação social de referência, que recorrem aos textos publicados para fazer notícias. De notar que o editorial, assinado pelo Presidente da EMRP, já foi integralmente transcrito em órgãos de comunicação social.



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ALERTAS DE AVISOS

Os Alertas de Novos Avisos são uma outra forma de comunicação direta com os públicos-alvo, todos quantos têm interesse nas candidaturas lançadas no âmbito do PRR. Os subscritores desta ferramenta no *site* passam a receber *e-mails* cada vez que sai um ou mais novo(s) aviso(s) de candidatura(s).

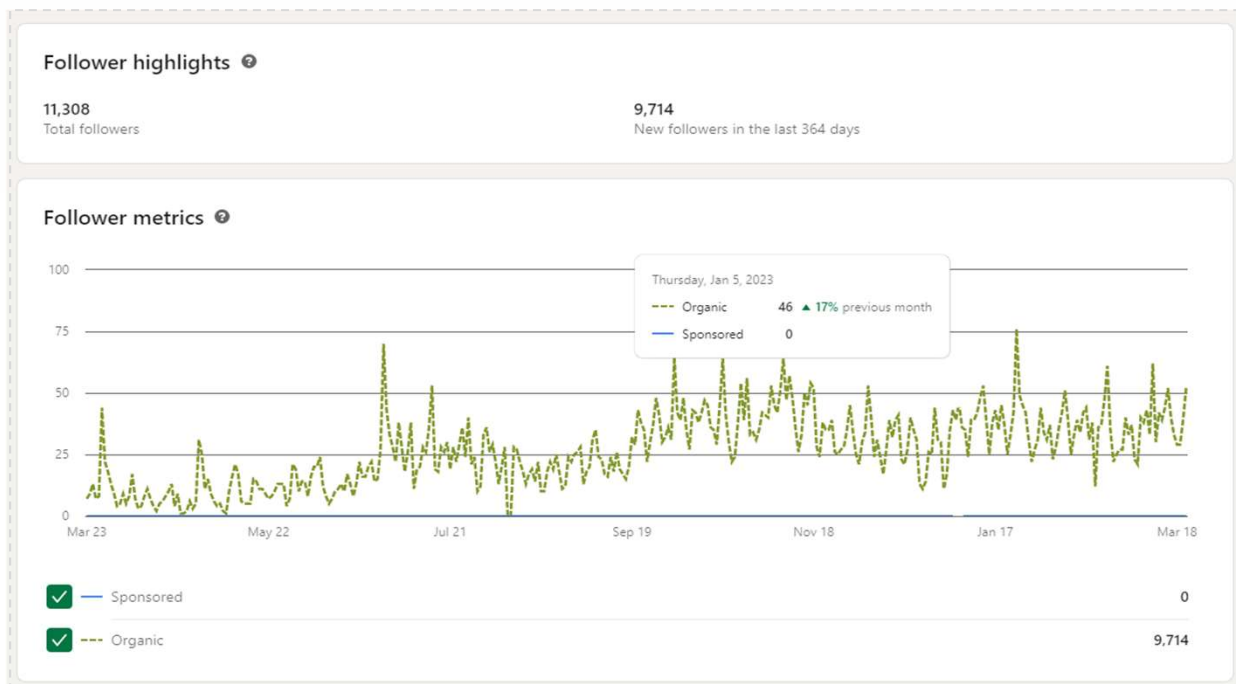
REDES SOCIAIS

Ao longo de 2022, a EMRP alimentou a presença do PRR nas páginas de LinkedIn e Twitter, tendo utilizado o Youtube como repositório de vídeos para divulgação no *site*, redes e *newsletters*. Ainda assim, esta última plataforma conquistou 478 subscritores.

Em 2022, pretendeu-se fazer uma comunicação em redes percecionadas como “mais sérias”, tendo garantido a titularidade das páginas de Facebook e Instagram, mas ainda não tendo avançado com o desenvolvimento das mesmas.

A penetração no LinkedIn é digna de nota, podendo, a título comparativo, indicar-se que Portugal tem na sua página aproximadamente o mesmo número de seguidores que tem a homóloga espanhola, respetivamente 11356 e 11990 seguidores (dados de dia 24 de março de 2023).

Nos últimos 365 dias, esta rede teve um crescimento orgânico exponencial, tendo conquistado 9714 novos seguidores, conforme indicado no gráfico apresentado de seguida, com data de dia 21 de março de 2023.



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

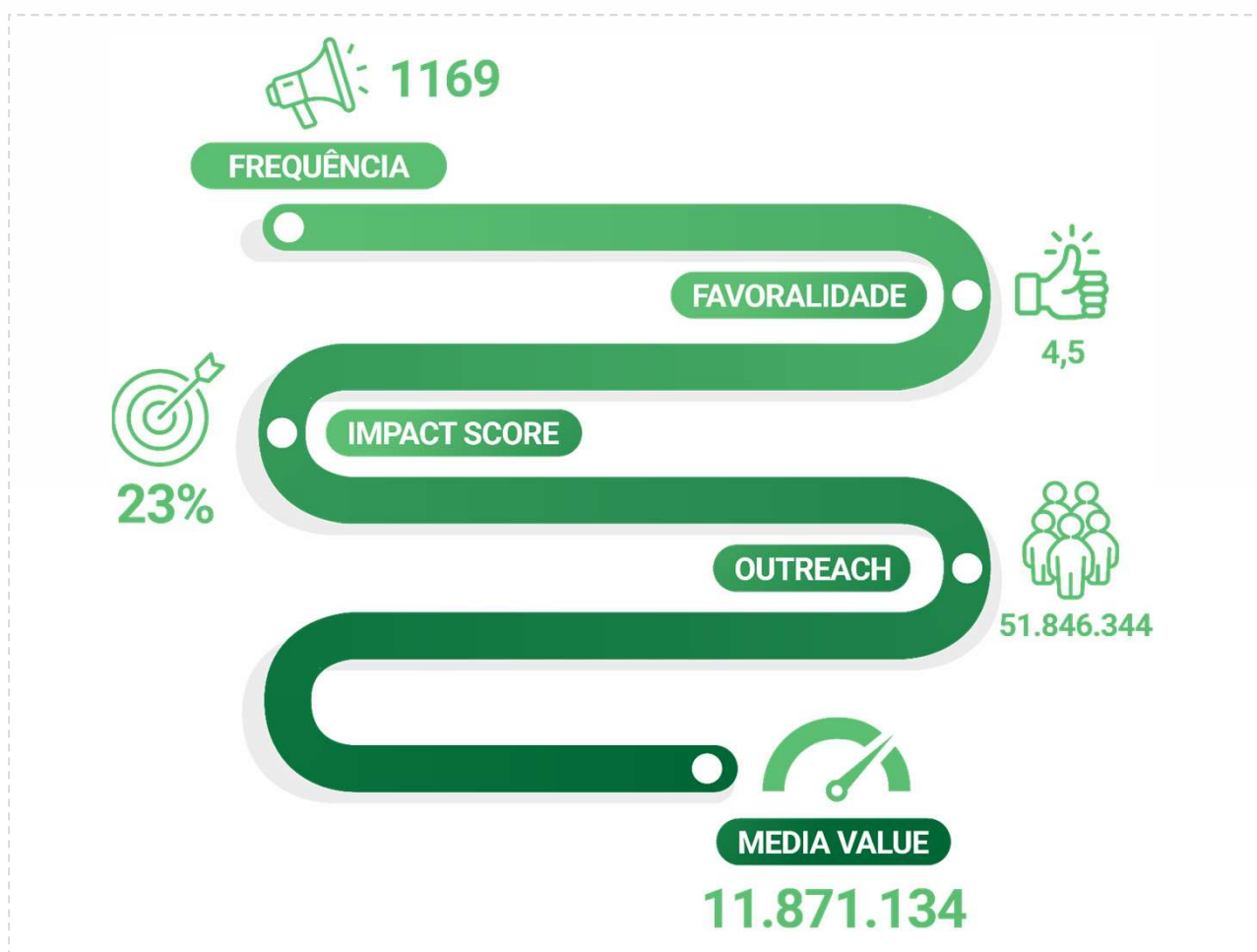
03.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MEDIA

O Plano de Recuperação e Resiliência, apresentado como um instrumento estratégico para a recuperação económica e social de Portugal no pós-pandemia, tem desde o início um elevado grau de exposição mediática, estando, regularmente, presente no debate político-partidário.

Com uma execução diferente daquela conhecida nos fundos europeus até à data e uma política de transparência desde o primeiro minuto, tem vindo a ser necessário decifrar mensagens e responder a várias questões sobre a execução do PRR.

Não obstante as várias críticas subseqüentes da parcialidade de interesses das diferentes áreas da sociedade, a favorabilidade média das 1169 notícias, publicadas em 2022 sobre este instrumento, é bastante positiva, apresentando 4,5 pontos, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 muito negativo e 5 extremamente positivo). Nota-se também que a mensagem, ainda que nem sempre simples de comunicar, obteve um *impact score* de 23% em média, isto é, a probabilidade do público recordar a mensagem é de 23%.



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

EVENTOS

A 30 de junho de 2022, teve lugar o Evento Anual do PRR. Desenvolvido pela EMRP em articulação com a Comissão Europeia, o evento surge no âmbito do Acordo Operacional (Ponto 1.13). Para estar presente nesta iniciativa, que primou pelo debate e apresentação de alguns dos temas mais prementes do PRR, foram convidados os Beneficiários Diretos e Intermediários, bem como *stakeholders* das diferentes áreas da sociedade e imprensa.

O Presidente, Vice-presidente, Coordenadores e responsáveis de áreas funcionais da Recuperar Portugal participaram em eventos/conferências, a convite de associações empresariais, consultoras, universidades, entre outros. Estes eventos mereceram um registo muito positivo nos media nacionais e regionais.

A esfera governativa continuou a assumir um papel de grande relevo na comunicação do PRR, com a presença das diferentes tutelas em iniciativas ligadas a este mecanismo, com especial destaque para a Senhora Ministra da Presidência e o Senhor Primeiro-Ministro. De realçar a campanha “PRR em Movimento”, cujo *slogan* reporta tanto à dinâmica de execução, que se encontra em movimento, como ao *roadshow* que o Senhor Primeiro-Ministro liderou por forma a dar a conhecer o PRR no terreno.

EVENTO ANUAL



PRR
Plano de Recuperação e Resiliência

30 JUNHO
MUSEU DOS COCHES
8h30 às 16h00

PROGRAMA

08h30	Receção e credenciação convidados	
09h00 - 09h30	Sessão Abertura	
<p>Fernando Alfaiate Céline Gauer Mariana Vieira da Silva</p>	<p>Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal Diretora-Geral da Task Force Recuperação e Resiliência - SG Recover da Comissão Europeia Ministra da Presidência</p>	
09h35 - 10h45	PRR e a Melhoria da Competitividade das Empresas	
<p>Cristina Esteves Declan Costello Pedro Dominguihos Elsa Henriques João Maia Rui Tocha</p>	<p>Moderadora Diretor-Geral Adjunto da DG ECFIN da Comissão Europeia Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento Membro do Júri das Agendas Mobilizadoras Diretor-Geral da APPICAPS Diretor-Geral da CENTIMFE</p>	
10h50 - 11h10	Coffee break	
11h10 - 12h15	A Transição Climática – resposta do PRR aos desafios emergentes	
<p>Cristina Esteves Céline Gauer Jorge Vasconcelos Susana Fonseca Fernando Alfaiate</p>	<p>Moderadora Diretora-Geral da Task Force Recuperação e Resiliência - SG Recover da Comissão Europeia Presidente da NEWES, New Energy Solutions Vice-Presidente da Zero Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal</p>	
12h30 - 14h00	Almoço	
14h00 - 15h30	Estado de Implementação PRR	
<p>Cristina Esteves Maria Teresa Fábregas Isabel Grilo Conceição Carvalho Patrícia Corigo Ricardo Banha</p>	<p>Moderadora Diretora da Task Force Recuperação e Resiliência - SG Recover da Comissão Europeia Diretora DG ECFIN da Comissão Europeia Coordenadora da Dimensão Resiliência Coordenadora da Dimensão Transição Climática Coordenador da Dimensão Transição Digital</p>	
15h30 - 15h45	Sessão de Encerramento	
<p>Eduardo Pinheiro</p>	<p>Secretário de Estado do Planeamento</p>	
15h45 - 16h00	Momento musical	





03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

ENQUADRAMENTO

O sistema de gestão e controlo interno (SGCI) do PRR encontra-se suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previne e deteta irregularidades e que permite a adoção de medidas corretivas oportunas e adequadas.

O SGCI do PRR garante a verificação da realização física e financeira de todas as reformas e investimentos contratualizados, durante todo o seu ciclo de vida, permitindo prevenir, detetar e reportar situações de irregularidades e fraude, bem como a adoção de medidas corretivas, assegurando, designadamente, a prevenção de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, incluindo, igualmente, um mecanismo de recuperação de montantes indevidamente pagos ou utilizados de forma incorreta.

A ESCI encontra-se na direta dependência funcional do Vice-presidente da Recuperar Portugal, desse modo se garantindo a sua independência face às responsabilidades da gestão confiadas ao Presidente da Recuperar Portugal, o qual concentra, sob sua direta dependência funcional, a totalidade da atividade desenvolvida pelas restantes quatro equipas de suporte à missão.

O sistema de controlo interno (SCI) da Recuperar Portugal, observando as exigências regulamentares e as melhores práticas (COSO, designado por *Internal Control - Integrated Framework*), assenta em cinco componentes:

Tabela 1: Estrutura Integrada De Controlo Interno - Especificação das componentes

AMBIENTE DE CONTROLO	Demonstra compromisso com integridade, valores éticos e competência	Exerce responsabilidade de supervisão	Estabelece estrutura, autoridade e responsabilidade
GESTÃO DE RISCOS	Especifica objetivos relevantes	Identifica e avalia riscos e alterações significativos	Avalia risco de fraude
ATIVIDADES DE CONTROLO	Seleciona e desenvolve atividades de controlo	Seleciona e desenvolve controlos gerais sobre a tecnologia	Desenvolver políticas e procedimentos
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Gera informação relevante	Comunica interna e externamente	
MONITORIZAÇÃO	Conduz avaliações contínuas e separadas	Avalia e comunica deficiências	

Fonte: COSO, traduzido para português e adaptado pela Recuperar Portugal.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

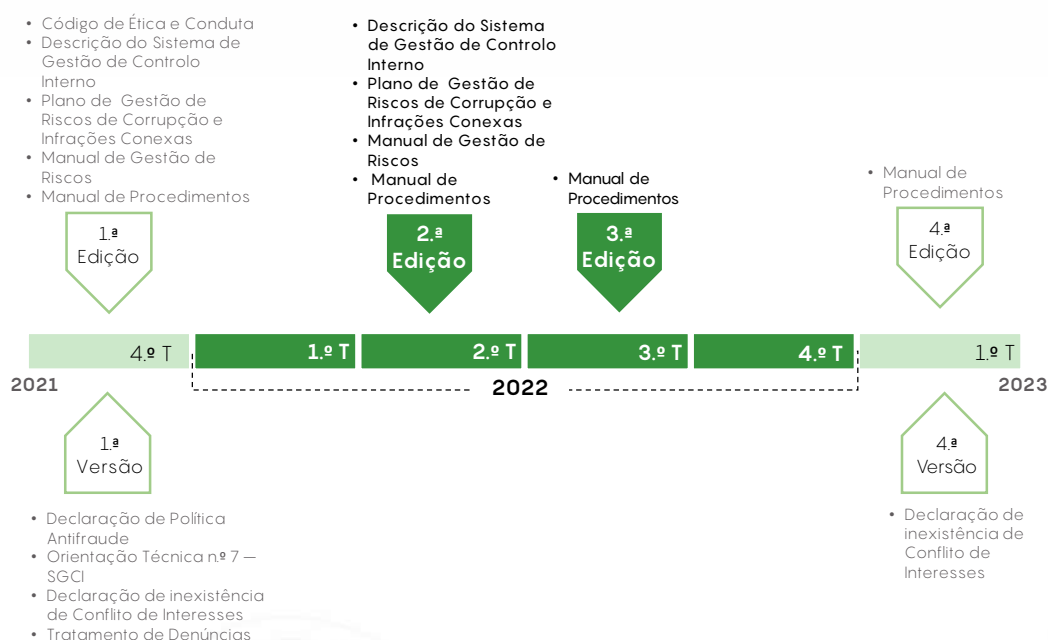
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCI

Sistema de Controlo Interno

Na Recuperar Portugal, a responsabilidade pela implementação do SGCI é da Equipa Segregada de Controlo Interno (ESCI), à qual incumbe, designadamente, a definição de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos de trabalho que devem ser utilizados e observados pelos colaboradores da Recuperar Portugal no exercício das suas funções, e que têm por base a legislação comunitária e nacional aplicável, os documentos de boas práticas produzidos pela Comissão Europeia (CE), e o conjunto de procedimentos e instrumentos que foram sendo adotados ao longo dos períodos de programação dos FEEI, numa perspetiva de boas práticas e ajustados às regras específicas aplicáveis ao PRR. Neste sentido é responsabilidade ESCI a elaboração dos instrumentos e medidas do SGCI, bem como das suas atualizações.

No âmbito do SGCI do PRR, tendo presente as recomendações que foram sendo dirigidas à Recuperar Portugal constantes dos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças — Autoridade de Auditoria (IGF-AA), do Tribunal de Contas e, ainda, dos pareceres da Comissão de Auditoria e Controlo (CAC) sobre esses instrumentos e considerando que 2022 foi o primeiro ano completo de atividade da Recuperar Portugal, mostrou-se necessário serem efetuadas revisões e atualizações a essas medidas e instrumentos de controlo, por forma a robustece-los e a cumprir com as referidas recomendações. A Recuperar Portugal aprovou e divulgou as novas edições desses instrumentos e medidas de controlo que espelham a cultura de transparência das suas atividades, processos, procedimentos e métodos de trabalho, de modo a cumprir com a missão que lhe está atribuída, tendo os mesmos sido divulgados e disponibilizados no seu sítio da internet, apresentando-se seguidamente uma cronologia dos mesmos:

Figura 3 : Instrumentos do Sistema de Controlo Interno do PRR — cronologia



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA**Duplo Financiamento — questionário**

O modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do PRR, prevê que os respetivos financiamentos não são acumuláveis com outros fundos europeus para as mesmas despesas, ou seja, os mesmos custos não devem, em circunstância alguma, ser financiados duas vezes.

Sobre os resultados constantes do 1.º relatório de análise sistemática no contexto da Prevenção e Mitigação do Duplo Financiamento que havia sido produzido e aprovado pela AD&C no âmbito da submissão do 1.º pedido de pagamento efetuado à COM, foi desenvolvida uma ação de *follow-up* pela Recuperar Portugal, a qual prosseguiu o objetivo de verificar/infirmar os respetivos resultados alcançados.

Neste contexto, a Recuperar Portugal - visando um duplo objetivo - concebeu e desenvolveu um Questionário sobre “Fundos Comunitários”, que enviou a todos os Beneficiários diretos e intermediários do PRR, em que procurou, por um lado, que as respostas ao mesmo, fossem subscritas pelos dirigentes máximos dos Beneficiários e constituíssem, nessa exata medida, a “declaração dos beneficiários” diretos e intermediários, assumindo-se como evidência quanto à responsabilidade dos mesmos em assegurar a prevenção e mitigação do duplo financiamento, de acordo aliás com o contrato de financiamento celebrado com a “Recuperar Portugal” (1.º objetivo). Para além disso, prosseguiu, também, um 2.º objetivo, dado que, com base nas respostas dadas pelos diversos beneficiários, foi possível qualificar esses investimentos quanto ao risco de duplo financiamento. Em síntese, a análise em sede de verificação de gestão administrativa das respostas ao Questionário pela Recuperar Portugal permitiu a qualificação do risco dos investimentos em matéria de duplo financiamento nuns casos, mantendo as conclusões da AD&C e, noutros, alcançar conclusões distintas.

O referido questionário foi dirigido em 24 de maio 2022 a todos os Beneficiários Diretos e Intermediários do PRR para obtenção de informação qualitativa e quantitativa quanto a outros financiamentos que fossem suscetíveis de poderem concorrer e/ou sobrepor-se ou mesmo complementar os financiamentos oriundos do PRR. Esse questionário do duplo financiamento foi preenchido e remetido nos formatos *Excel* e *Pdf*, sendo que neste último formato foi assinado pelo representante do Beneficiário sendo considerado como uma declaração de compromisso que integra as pertinentes informações sobre as fontes de financiamento do investimento contratualizado no âmbito do PRR, nomeadamente se o investimento é financiado exclusivamente pelo PRR, ou se existem outras fontes de financiamento. O referido questionário deverá ser respondido numa base anual por parte dos BD e BI, devendo, conseqüentemente, e sempre que se justifique, ser atualizada a respetiva notação de risco atribuída à entidade beneficiária, inter alia, quanto à eficácia dos controlos instituídos no sistema de controlo interno relativos à mitigação do risco de duplo financiamento.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Risk Scoring dos beneficiários

Ao abrigo do contrato de financiamento celebrado com a EMRP, é exigido aos beneficiários que adotem um SGCI eficaz que assegure a regular execução do investimento contratado, e que previna, detete e corrija irregularidades. Para um primeiro exercício de avaliação do SCI dos beneficiários, foi aplicado um questionário pela EY, no âmbito da assistência técnica que se encontra em curso na EMRP. A par deste, foi desenvolvido e aplicado um modelo de *risk scoring* (que considerou diferentes ponderações para cada uma das componentes avaliadas e para cada uma das perguntas de cada componente) e atribuído um *scoring* inicial a cada beneficiário de acordo com o grau de maturidade do seu SGCI. Refira-se que para além da aplicação dos resultados obtidos no questionário, nalguns casos foi complementado com a realização de uma entrevista aos beneficiários diretos e aos beneficiários intermediários do PRR.

Avaliação do Risco

O procedimento de autoavaliação do risco, desenhado e apresentado no Manual de Gestão do Risco da EMRP foi iniciado em 29 de novembro de 2022, com a aprovação do Plano de ação para Avaliação do Risco de Fraude, bem como com a criação da Equipa de Avaliação do Risco com a indicação de todos os membros efetivos e suplentes, encontrando-se presentemente em curso a elaboração do relatório da primeira avaliação do risco de fraude.

Participação no “Think Thank”¹

A Recuperar Portugal assegura uma exigente e relevante representação através do Coordenador da ESCI no “Think Thank”, o qual constitui um grupo de reflexão multidisciplinar, orientado em especial para a identificação das áreas de elevado risco de comportamentos fraudulentos e avaliação de contributos para a definição de estratégias de prevenção e combate a fraudes na utilização desses recursos.

Por seu lado, o Vice-presidente da Recuperar Portugal esteve presente no dia 18 de novembro de 2022 no seminário designado “Fundos Europeus e Desenvolvimento Económico, Social e Cultural - O impacto da situação económica / O contributo de uma cultura antifraude” organizado pelo “Think Thank”, nos seguintes painéis:

- Os PRR nos EM - I Modelos de governação e Sistemas de Controlo Interno/ Execução / A situação económica: causa e efeito na implementação dos PRR;
- Impacto das alterações económicas na execução do PRR / Identificação das metas e marcos mais vulneráveis.

¹ A constituição do Think Thank decorreu do despacho exarado por Sua Excelência a Senhora Procuradora-Geral da República, de 28.08.2020, onde foi acolhida a proposta formulada pelo DCIAP de constituição de um grupo de reflexão multidisciplinar.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO NO COMBATE À FRAUDE

Em 12 de outubro de 2022 foi celebrado um protocolo de cooperação entre a Recuperar Portugal e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público, o qual integra um mecanismo de partilha de boas práticas. Este protocolo constitui um importante instrumento no plano do combate à fraude, sobretudo no plano da comunicação de denúncias com vista à salvaguarda dos interesses financeiros da União, garantindo uma maior eficiência no controlo de conformidade na boa e regular utilização dos fundos públicos em relação a medidas apoiadas pelo PRR, cumprindo o direito da União e o direito nacional aplicáveis.



AÇÕES DE CONTROLO REALIZADAS PELA ESCI

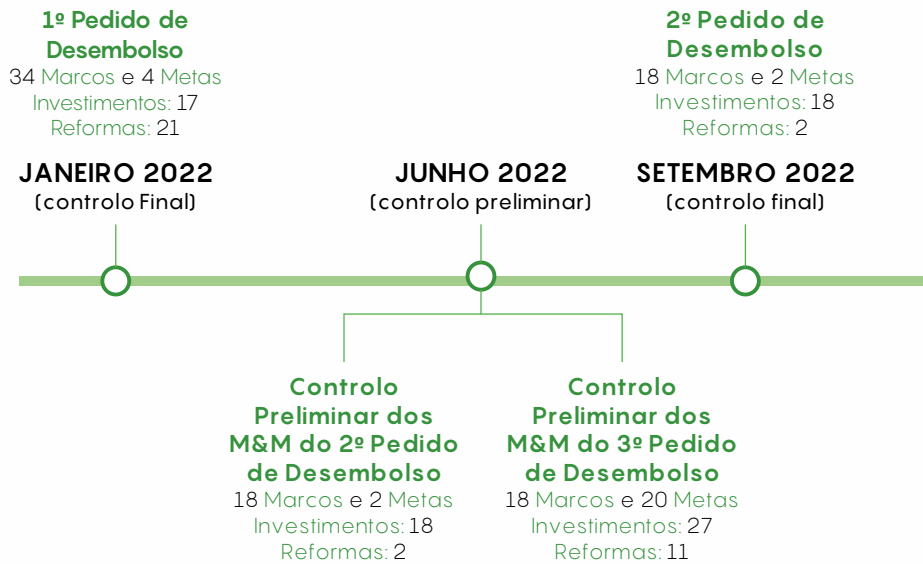
A título prévio, cabe-nos indicar que foi elaborado pela ESCI, no ano de 2022, o primeiro Plano de Ação de Controlo da “Recuperar Portugal” (PACRP), e que viria a ser aprovado em 13/05/2022 e atualizado, posteriormente, em 06/07/2022. Por outro lado, o SIPRR-SGI passou a contemplar um módulo de Controlo e Auditoria onde no seu sub módulo se encontram as fichas de controlo preliminares e finais efetuados pela ESCI relativos aos marcos e metas respeitantes aos 1.º e 2.º pedidos de desembolso, bem como a pertinente evidência de suporte.

Ao longo de 2022 foram realizadas ações de controlos preliminares ao cumprimento dos mecanismos de verificação relativamente à totalidade dos marcos e metas do 1.º, 2.º e 3.º PD e de controlos finais ao cumprimento dos mecanismos de verificação no que diz respeito aos marcos de metas do 1.º e 2.º PD, na figura infra apresenta-se a cronologia temporal de fecho dessas ações.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Figura 4 : Cronologia das ações de controlos preliminares e finais — Marcos e Metas 2022



No quadro seguinte apresenta-se um resumo das diversas ações de controlo realizadas pela ESCI ou que mereceram o seu acompanhamento, sendo que algumas somente foram ou serão concluídas em 2023.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Figura 5 : Quadro resumo das diversas ações de controlo realizadas pela ESCI



AÇÕES DE CONTROLO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO MECANISMO DE VERIFICAÇÃO

- 38 marcos e metas **concluídos** do 1.º pedido de desembolso (PD) [controles finais]
 - 3 *follow-up* de recomendações associados aos M&M 1.º PD
 - 2 *follow-up* de medidas preventivas e corretivas associadas ao M&M 1.º PD
- 40 marcos e metas **concluídos** do 2.º PD [controles preliminares e finais]
 - 28 *follow-up* de recomendações associados aos M&M 2.º PD
 - 4 *follow-up* de medidas preventivas e corretivas associadas ao M&M 2.º PD
- 76 marcos e metas **concluídos** do 3.º PD [controles preliminares com ref.ª às datas de 31/05 e de 30/11]

AÇÕES DE CONTROLO NO LOCAL

- 2 relativamente a 2 metas [DPFPE/DRH] do 1.º PD - **realizadas e concluídas**
- 4 relativamente a 2 marcos [AT e SGMJ/eBUP] e 2 metas [CEGER e SGMAI/ANPC] do 2.º PD - **realizadas e concluídas**

AÇÕES DE CONTROLO DE CUMPRIMENTO DE PROCEDIMENTOS

- 4 avisos de concursos abertos por beneficiários intermediários - **concluídas em aprovação**
- 3 avisos de concursos abertos por beneficiários intermediários - **iniciadas**, a concluir em 2023
- 1 aviso de concurso aberto pelo Banco Português de Fomento - **concluída em aprovação**
- 1 aviso de concurso aberto para manifestações de interesse pelo IAPMEI - **iniciada**, a concluir em 2023
- 1 aviso de concurso aberto para propostas finais pelo IAPMEI - **iniciada**, a concluir em 2023

AÇÕES DE CONTROLO DE CONFORMIDADE PROCEDIMENTOS PRÉ-CONTRATUAIS

- 6 desencadeadas no âmbito do CCP, referentes a M&M 2.º PD - **concluídas e aprovadas**
- 9 desencadeadas no âmbito do CCP, referentes a M&M 2.º PD - **iniciadas**, a concluir em 2023
- 3 desencadeadas no âmbito do CCP - **concluídas**
- 47 desencadeadas no âmbito do CCP - **iniciadas**, a concluir em 2023

AÇÕES DE CONTROLO DO DUPLO FINANCIAMENTO

- 2 pontos de situação sobre 18 investimentos de "risco elevado" no âmbito das análises sistemáticas (AS) da AdC (ref.ª: 1.ª AS da AdC) - **concluídas e aprovadas**
- 2 pontos de situação sobre 14 investimentos de "risco elevado" e de 8 investimentos de "risco médio" no âmbito das análises sistemáticas (AS) da AdC (ref.ª: 2.ª AS da AdC) - **concluídas e aprovadas**
- 2 controles de *follow-up* [eSPap e INMLCF] efetuadas no âmbito das análises sistemáticas da AdC (2.º sem. 2022 - extra-PACRP) - **concluídas e aprovadas**
- 3 controles de *follow-up* [II, IRN e PGR] efetuadas no âmbito das análises sistemáticas da AdC (2.º sem. 2022 - extra-PACRP) - **concluídas e já aprovadas no início de 2023**
- 6 controles de *follow-up* [AMA, ICNF, IEPF, IGFEJ, SGMAI e SPMS] efetuados no âmbito das análises sistemáticas da AdC (2.º sem. 2022 - extra-PACRP) - **em curso**, a serem concluídas em 2023
- 2 controles específicos [FA e SGMJ] (2.º sem. 2022 - extra-PACRP) - **em curso**, a serem concluídas em 2023

AÇÕES DE CONTROLO DO CONFLITOS DE INTERESSES

- 1 Intervenientes em procedimentos pré-contratuais desencadeados no âmbito do CCP (âmbito: 2.º PD) - **concluída e aprovada**
- 1 Dirigentes dos 68 beneficiários que outorgaram os contratos de financiamento com a EMRP - **concluída e em aprovação**

AÇÕES DE CONTROLO AO CUMPRIMENTO DAS REGRAS EUROPEIAS DE PUBLICIDADE E APOIOS PRR

- 2 No âmbito de investimentos e operações financiados pelo PRR (âmbito: 1.º PD) - **concluídas e aprovadas**
- 7 No âmbito de investimentos e operações financiados pelo PRR (âmbito: 2.º PD) - **concluídas e aprovadas**
- 6 *Follow-up* no âmbito de investimentos e operações financiados pelo PRR [AMP, BPF (2 investimentos), CEGER e ICNF e SGMAI] - **concluídas e aprovadas**
- 1 *Follow-up* no âmbito de investimentos e operações financiados pelo PRR - **em curso (ISS)**, a ser concluída em 2023

TRATAMENTO DE DENÚNCIAS

- 3 Denúncias que respeitam a sugestões e/ou questões relacionadas com a área da comunicação e publicidade da EMRP e que foram **resolvidas e arquivadas**
- 5 Denúncias **resolvidas**, cujas situações foram tratadas através dos beneficiários, estando presentemente **arquivadas**
- 5 Denúncias, cujo tratamento se encontra **em curso**

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTRO INTERNO

- 1 Relatório Agregado dos Beneficiários do PRR – *Risk Scoring* - **concluído e aprovado**
- 68 Ficha individualizada de cada beneficiário do PRR – *Risk Scoring* - **em curso, finalizada em início de 2023**

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

O âmbito das ações de controlo efetuadas pela ESCI compreende não só a recolha das evidências necessárias ao cumprimento dos Mecanismos de Verificação previstos na CID e no Acordo Operacional, como as verificações ao nível de:

- | | |
|---|--|
| i. Contratualização EMRP com BD/BI; | x. Conflitos de Interesse; |
| ii. Sistema de Gestão e Controlo Interno BD/BI; | xi. Fraude e Corrupção; |
| iii. Protocolo Tripartido; | xii. Duplo financiamento; |
| iv. Aviso de Abertura de Concurso; | xiii. Verificações Administrativas; |
| v. Contratação Pública — Procedimentos de CCP; | xiv. Verificações no Local; |
| vi. Pedidos de pagamento e execução financeira; | xv. Ações de Controlo Específicas, designadamente, DNSH, auxílios de Estado; |
| vii. Relatórios de progresso; | xvi. Legislação nacional e comunitária de suporte; |
| viii. Cumprimento da publicidade segundo as regras europeias para Apoios PRR; | xvii. outros procedimentos. |
| ix. Comunicação de irregularidades e ilícitos ou suspeitas; | |

No que se refere às ações de controlo finais do cumprimento dos mecanismos de verificação a Recuperar Portugal abrangeram os 38 e os 20 marcos e metas, respeitantes, respetivamente, ao 1.º e ao 2.º pedido de desembolso (PD) apresentados à Comissão Europeia, respetivamente. Esses objetivos foram alcançados em 25 de janeiro e 30 de setembro de 2022, garantindo-se assim que os 38 e os 20 marcos e metas do 1.º e do 2.º pedido de desembolsos, respetivamente, fossem satisfatoriamente cumpridos, de acordo com os requisitos constantes da definição e descrição clara de cada marco e meta identificados na Decisão de Execução do Conselho e das especificações adicionais e requisitos expressos nos respetivos Mecanismos de Verificação. Os resultados da totalidade dessas ações de controlo integraram os sumários de auditorias de cada um dos PD que, por sua vez, se constitui como um dos anexos às declarações de gestão apresentadas à Comissão Europeia.

No âmbito das referidas ações aos marcos e metas do 1.º PD foram formuladas 3 recomendações e 2 medidas preventivas e corretivas, enquanto às do 2.º PD foram expressas 28 recomendações e 4 medidas preventivas e corretivas, que se encontram identificadas nos respetivos sumários das auditorias dos PD. De entre os referidos 34 marcos e 4 metas inerentes ao 1.º pedido de pagamento, somente 2 metas exigiam a realização de controlos no local, de acordo com os respetivos Mecanismos de Verificação (MV). No caso dos 18 marcos e 2 metas do 2.º PD foram efetuados 4 controlos no local, os quais eram apenas exigíveis pelos MV relativamente às 2 metas.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Os controlos no local às 2 metas do 1.º PD foram realizados entre os dias 10 a 14 de janeiro de 2022 na Região Autónoma dos Açores, abrangendo uma deslocação a quatro locais distintos na Ilha de S. Miguel² e a um na Ilha da Terceira³.

Os controlos no local aos 2 marcos e 2 metas do 2.º PD foram realizados entre os dias de 30 de agosto e 11 de setembro de 2022, sendo que relativamente a 3⁴ dessas VL as ações decorreram em Lisboa⁵, porém no que diz respeito à meta 8.14 abarcou a necessidade de deslocação a seis locais distintos⁶.

AÇÕES DE CONTROLO E AUDITORIA POR ENTIDADES EXTERNAS

Nacionais

No contexto da Prevenção e Mitigação do Duplo Financiamento (n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio), foram desenvolvidas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C) dois trabalhos em momentos prévios à apresentação dos pedidos de desembolso que resultaram:

- Na 1.ª Análise Sistemática Prevenção e Mitigação de Duplo Financiamento - Informação n.º I/1225/2021, de 29 de dezembro;
- Na 2.ª Análise Sistemática Prevenção e Mitigação de Duplo Financiamento - Informação n.º I/854/2022, de 29/07/2022, sobre a qual recaiu despacho final da direção da AD&C datado de 12/08/2022. Esta informação foi objeto de uma agenda através da Informação n.º I/984/2022, de 19 de setembro de 2022.

Tendo por referência os riscos identificados pela AD&C na 1.ª Análise Sistemática Prevenção e Mitigação de Duplo Financiamento foram desenvolvidas pela “Recuperar Portugal” ações de *follow-up*. Coincidindo aquelas ações com a preparação do 2.º PD, tendo sido igualmente avaliado o impacto dos riscos identificados no cumprimento das metas e marcos associados aquele PD. Os trabalhos a que corresponde esta 2.ª análise sistemática de mitigação do duplo financiamento foram realizados pela Unidade de Certificação da AD&C no período compreendido entre 15/06/2022 a 29/07/2022. No decurso dos trabalhos foram realizadas várias sessões de trabalho com a “Recuperar Portugal” para apresentação intercalar dos riscos identificados e recolha de elementos de informação com vista à sua mitigação foram desenvolvidas ações de *follow-up* pela Recuperar Portugal.

² Meta do “Investimento 2.14 - RE-C02-i04-RAA - Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores - renovação”, tendo sido aproveitada a deslocação para a VL do Marco do “Investimento 7.13 - RE-C07-i05-Contrato assinado para 2 projetos rodoviários”

³ Meta do “Investimento 2.13 - RE- C02-i04-RAA- Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores”

⁴ Marcos 8.4 e 17.15 e Meta 19.11.

⁵ Marco do “Investimento 8.4 - RE-C08-i02.03 - Evoluir para uma Plataforma BUPi 2.0”, Marco correspondente ao “Investimento 17.15 TD-C17-i02 - Concluir a aplicação do pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com base nos dados de que a Autoridade Tributária e Aduaneira dispõe” e Meta respeitante ao “Investimento 19.11 TD-C19-i01-04 - Sistema seguro de comunicações móveis para funcionários públicos, i.e., funcionários do Governo utilizadores da rede (RING)”.

⁶ Meta referente ao “Investimento 8.14 - RE-C08-i05 - Criação de estruturas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)”, que implicou deslocações, aos quatro Comandos Sub-regionais da Proteção Civil: Baião, Caldas da Rainha, Chaves e Vila Nova da Barquinha e a dois Comandos Regionais da Proteção Civil: Évora e Viseu.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Na sequência da emissão da 2.ª Análise Sistemática Prevenção e Mitigação de Duplo Financiamento pela AD&C, e atentos os investimentos sinalizados de “risco elevado” e “risco médio” foram desenvolvidas 4 novas ações de *follow-up* pela Recuperar Portugal.

Em 30 de dezembro de 2021, decorrente dos trabalhos desenvolvidos a **Comissão de Auditoria e Controlo** emitiu um Memorando, identificando os pontos fortes e oportunidades de melhoria mais relevantes observados no desenvolvimento e execução do sistema de gestão e controlo do PRR formulando, ainda, as pertinentes recomendações.

No seguimento daquele Memorando, a **CAC** emitiu em 16 de maio de 2022 um segundo Memorando que visava identificar as necessidades de informação (qualitativa/quantitativa) daquela entidade relativamente ao estado de execução dos marcos e metas por referência aos pedidos de desembolso subsequentes ao 1.º PD. Tendo presente o teor deste Memorando, foram efetuados pontos de situação do cumprimento dos requisitos dos M&M dos 2.º e 3.º PD em 15 de junho, 22 de julho e 9 de dezembro de 2022 com ref.ª às datas de 30 de maio, 15 de julho e 30 de novembro de 2022, respetivamente, bem como foi ainda efetuado um reporte de informação por parte da EMRP em 9 de dezembro de 2022, tendo por base um pedido de prestação de informação datado de 17 de novembro de 2022.

A **CAC** procedeu ainda à confirmação do cumprimento dos mecanismos de verificação dos 20 e dos 38 marcos e metas associados ao 1.º e 2º pedidos de desembolso, através dos pareceres prévios que emitiu em 21 de janeiro e 23 de setembro de 2022, respetivamente, sendo que relativamente ao primeiro parecer houve uma retificação datada de 23 de janeiro de 2022.

Por sua vez, a **Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA)** elaborou o Relatório de Avaliação e Execução do PRR, datado de 18/02/2022.

A **Inspeção-Geral de Finanças - Autoridade de Auditoria (IGF-AA)** realizou uma primeira Auditoria de Conformidade ao Sistema de Gestão e Controlo Interno (SGCI) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento (com exclusão do pré-financiamento) à Comissão Europeia, nos termos previstos no ponto 51 da *Council Implementing Decision (CID)*, de 13 de julho de 2021, *on the approval of the assessment of the recovery and resilience plan for Portugal*. Esta auditoria teve início em dezembro de 2021, tendo decorrido durante aquele mês reuniões e prestação de informação por parte da EMRP à entidade de auditoria. O relatório preliminar desta auditoria foi enviado no início do ano de 2022 para pronúncia da EMRP em sede de contraditório, tendo sido remetida a versão final do relatório n.º 4/2022, no dia 10 de janeiro de 2022.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Na implementação das recomendações formuladas no Relatório de auditoria n.º 4/2022, a IGF-AA, previamente à apresentação pela Recuperar Portugal do 2.º PD à Comissão, procedeu à realização de uma ação dirigida à aferição do grau de cumprimento das referidas recomendações, bem como à avaliação do impacto das medidas entretanto adotadas pela Recuperar Portugal no funcionamento efetivo do SCI do PRR. A referida ação incidiu sobre todos os documentos relevantes para a definição do SCI do PRR, disponibilizados pela Recuperar Portugal até 10/08/2022, bem como sobre toda a informação e dados considerados necessários para demonstração do seu efetivo funcionamento, incluindo a registada nos respetivos sistemas de informação. A referida ação, que decorreu entre maio e agosto de 2022, incidiu, essencialmente, sobre a apreciação do cumprimento das recomendações formuladas no anterior Relatório da IGF-AA. O contraditório ao identificado relatório preliminar foi apresentado pela Recuperar Portugal em 24/08/2022, tendo o a versão final do Relatório n.º 83/2022 - Acompanhamento de recomendações formuladas na sequência da auditoria de conformidade ao sistema de gestão e controlo interno do PRR, sido remetido em 26 de agosto de 2022. No âmbito do acompanhamento das recomendações deste relatório foram prestadas informações em abril de 2023.

No início de novembro de 2022 a IGF-AA começou uma outra ação, consubstanciada numa Auditoria de Conformidade ao SGCI do PRR dos Beneficiários Intermediários - ACSS, BPF e FA⁷, sobre a qual existiram reuniões e a prestação de informação, quer por parte da EMRP, quer pelos BI indicados, tendo sido remetido o relatório preliminar em fevereiro de 2023, para pronúncia em sede de contraditório.

O **Tribunal de Contas** de Portugal elaborou o Relatório de Auditoria à “Aplicação de Recursos Públicos na Digitalização para as Escolas” -Relatório n.º 20/2022 — AUDIT — 2.ª Secção, aprovado em 7/07/2022, pelo Tribunal de Contas de Portugal (TdC), do qual se elencam as três principais conclusões de auditoria:

- A execução da Componente 20 — Escola Digital está no início e, em geral, a decorrer como previsto, apesar de ajustamentos em prazos intermédios;
- O sistema de monitorização e controlo relativo à Componente 20 — Escola Digital está a funcionar, mas em aperfeiçoamento;
- Oportunidades de melhoria para o sucesso da Escola Digital.

No âmbito extrato relativo ao PRR, constante do Anteprojeto de Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021 - Fluxos financeiros com a União Europeia — Departamento de Auditoria VIII do TdC, a EMRP pronunciou-se em sede de contraditório em 9 de fevereiro de 2022.

Relativamente à “Ação de acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)” — desencadeada pelo Departamento de Auditoria VIII do TdC que se iniciou em novembro de 2021, foram promovidas diversas reuniões ao longo de 2022 com a EMRP, com a prestação de informação posterior. Refira-se que esta ação do TdC se encontra ainda em curso.

⁷ Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e Fundo Ambiental (FA).

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

Europeias

Em maio de 2022 foi iniciada uma **auditoria da COM**, sob responsabilidade da “*Control and evaluation Unit of the Directorate General for Economic and Financial Affairs (DG ECFIN)*”, *PT-Q2 2022 Combined system audit on M/T & audit on M/T*, tendo sido seleccionadas as metas e marcos que constam do quadro infra:

Tabela 2 : Auditoria da COM — marcos e metas seleccionados

PD	CID	Medidas Conexas	Marco /Meta	Designação da Medida	Indicador Qualitativo	Unidades	Base	Objetivo	Trim.	Ano	Responsabilidade pela prestação de Informações e Execução
1º	2.13	RE—CO2—i04-RAA	Meta	Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores		Número	0	24	T4	2021	DRPFE- Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais DRH — Direção Regional de Habitação dos Açores
	2.14	RE—CO2—i04-RAA	Meta	Intervenções no parque habitacional público na Região Autónoma dos Açores - renovação		Número	0	40	T4	2021	DRPFE- Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais DRH — Direção Regional de Habitação dos Açores
	16.13	TD-C16-i03	Meta	Digital Innovation Hubs		Número	0	16	T4	2021	IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação
2º	16.2	TD-C16-i01	Marco	Início dos programas: - Academia Portugal Digital - Emprego + Digital	Início dos programas: - Academia Portugal Digital - Emprego + Digital				T1	2022	IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação EMPD — Estrutura de Missão Portugal Digital IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional
	19.11	TD-C19-i04	Meta	Sistema seguro de comunicações móveis para funcionários públicos - Por funcionário do setor público deve-se entender os funcionários do Governo utilizadores da rede (RING)		%	0	95	T2	2022	CEGER — Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
3º	16.7	TD-C16-i02	Meta	Test Beds selecionados para a rede nacional de Test Beds		Número	0	30	T3	2022	IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação EMPD — Estrutura de Missão Portugal Digital EMPD — Estrutura de Missão Portugal Digital

No âmbito desta auditoria foram realizadas reuniões durante o mês de junho de 2022 com o beneficiário direto (CEGER), os beneficiários intermediários (IAPMEI e DRPFE) e os beneficiários finais (DRH, EMPD e IEFP), nas quais estiveram presentes, como observadores, elementos da ESCI, das Coordenações Temáticas (Dimensões) da EMRP e da IGF-AA. Posteriormente foram remetidas evidências e documentação solicitadas pela COM, sendo que em meados de julho de 2022 foi efetuada uma reunião de encerramento da auditoria. Em janeiro de 2023, o *draft audit report*, na sua versão em inglês, foi remetido à EMRP, estando a aguardar-se, na presente data, o envio pela COM da versão portuguesa.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.4 CONTROLO E AUDITORIA

No dia 22 de dezembro de 2022, a Recuperar Portugal foi notificada que iria ser iniciada, em 6 de fevereiro de 2023, uma auditoria da COM, sob responsabilidade da DG ECFIN designada “PT – Q1 2023 System audit on measures implemented to protect the financial interests of the Union - Portuguese Resilience and recovery plan”, a qual se encontra em curso.

Em outubro de 2022, o **Tribunal de Contas Europeu** iniciou os trabalhos relativamente a auditoria de resultados que se encontra em curso designada “Audit concerning the performance monitoring framework of the RRF - topics for discussions with institutions”, e em que Portugal foi um dos países escolhidos. Trata-se de uma auditoria à COM, sendo esta a entidade auditada, ainda que o trabalho tenha sido feito com base na recolha de evidência junto dos beneficiários do PRR. A ESCI coordenou e acompanhou junto da equipa de auditoria do TCE desde a primeira hora, todas as reuniões e prestação de informação. Nas referidas reuniões, além da EMRP, participaram as seguintes entidades: AD&C, CNA, IGF-AA, TdC, CEGER, DRPFE e MCTES.

ELABORAÇÃO DOS 1.º E 2.º PEDIDOS DE DESEMBOLSO

No âmbito da instrução dos processos relativos ao 1.º e 2.º pedidos de desembolso que foram apresentados à Comissão Europeia, em 25 de janeiro e 30 de setembro de 2022, respetivamente, a Recuperar Portugal elaborou, para cada um dos mencionados pedidos, o sumário das auditorias e subscreveu, através do seu Presidente, as declarações de gestão relativas às subvenções e aos empréstimos, com a observância dos 4 itens previstos nas mesmas, e para as quais confluíram os resultados das ações de controlo desenvolvidas pela ESCI, CAC, IGF-AA e AD&C, já acima elencadas,

Instrução dos Pedidos de Desembolso à Comissão Europeia – 1.º e 2.º

-  Pedido de pagamento à Comissão Europeia
-  Sumário das Auditorias
-  Declaração de Gestão - subvenções
Declaração de Gestão - empréstimos
(ambas subscritas pelo Presidente da RP)



Opinião emitida pela CAC





PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 04

PANORAMA GERAL



PARTE 04

PANORAMA GERAL

04.1

Progresso Global 2022

04. PANORAMA GERAL

04.1 PROGRESSO GERAL 2022



Dados a 31 de dezembro de 2022

The background of the page is a white canvas with a decorative pattern of thin, light green lines. These lines are arranged in a series of overlapping, wavy, and curved patterns that create a sense of movement and depth, resembling a stylized wave or a series of concentric, slightly offset curves. The lines are most dense in the upper and lower right areas, tapering off towards the center and left.

PARTE 04

PANORAMA GERAL

04.2

Em Foco



Em Foco:

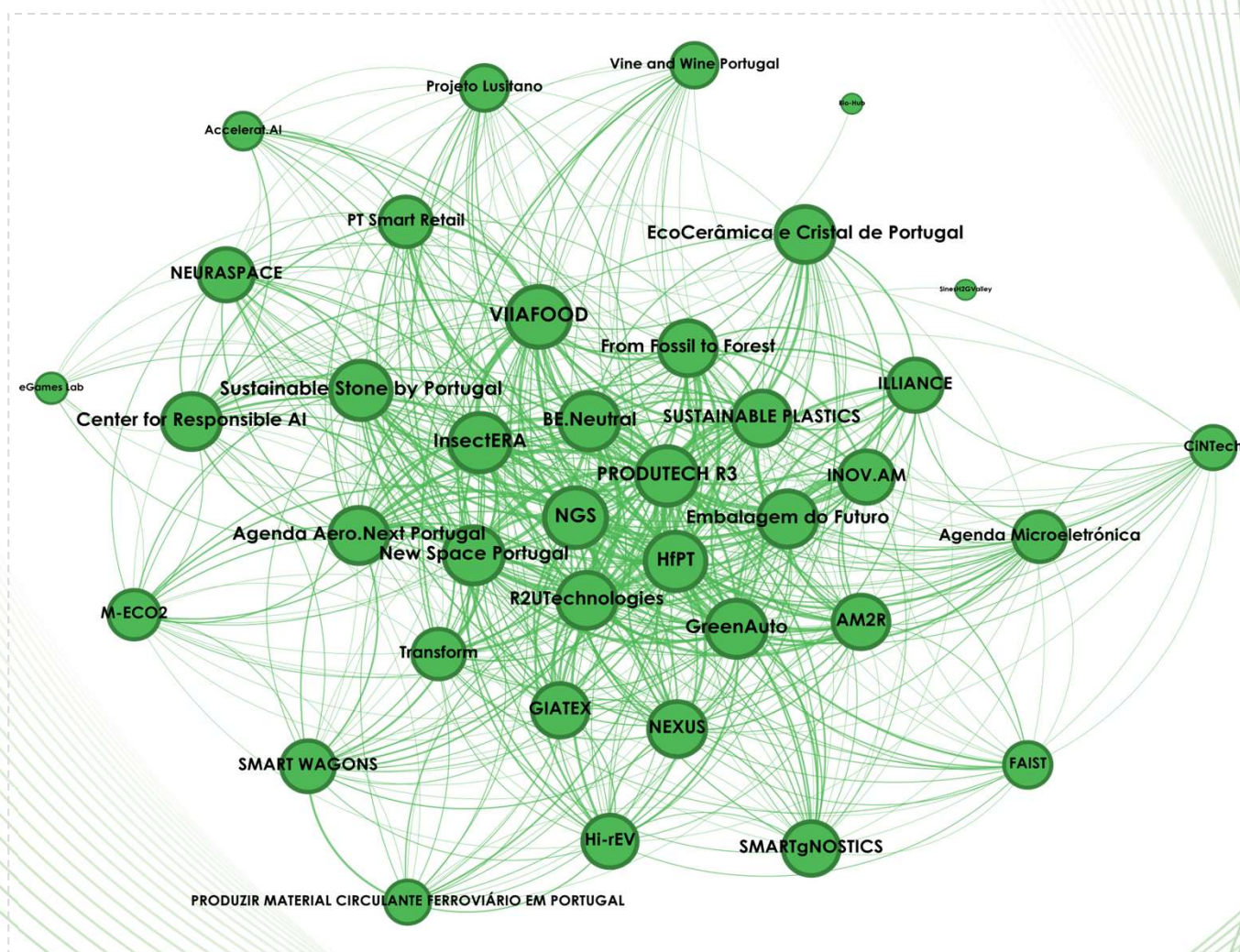
Transformar o perfil de especialização da economia

38

Agendas Mobilizadoras

Em 2022, a Comissão de Coordenação das Agendas (CCA) avaliou 64 propostas finais apresentadas pelos consórcios para as Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização e Verdes para a Inovação Empresarial, no âmbito do componente 5 da Capitalização e Inovação Empresarial. Como resultado, a CCA selecionou 51 consórcios, envolvendo um total de 1.226 entidades, incluindo 933 empresas e 111 instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico. Em consequência do sucesso do instrumento, a dotação inicialmente prevista de 930 milhões de euros foi incrementada para 2,8 mil milhões de euros.

Relações entre as 38 Agendas contratualizadas por presença de entidades



⁸ Em 2023 foram aprovados mais 2 consórcios, após contestação da decisão.

No mesmo ano foram assinados os termos de aceitação de 38 Agendas, superando o compromisso com a Comissão Europeia e envolvendo diretamente 953 entidades. Um olhar aprofundado aos Consórcios estabelecidos recorrendo a Análise de Redes permite compreender as relações entre as Agendas contratualizadas, tornando óbvio que todos os consórcios — Pactos de Inovação e Projetos Mobilizadores — demonstram pelo menos uma das suas entidades a participar numa outra Agenda, reforçando o perfil conectado das redes estabelecidas formal e informalmente, facilitadoras da transferência de conhecimento, comunicação e coordenação.

No panorama das propostas submetidas, destacaram-se pela sua elevada participação as entidades presentes em múltiplos consórcios, reforçando a interconexão entre Agendas. Assim, as Agendas "PRODUTECH R3", "NfPT", "NGS", "New Space Portugal", "R2UTechnologies" e "BE.Neutral" emergem como as potencialmente mais colaborativas, como evidenciando um elevado grau de partilha de entidades com outros projetos, algo adicionalmente reforçado pela forte interdependência e sinergias que representam entre si.

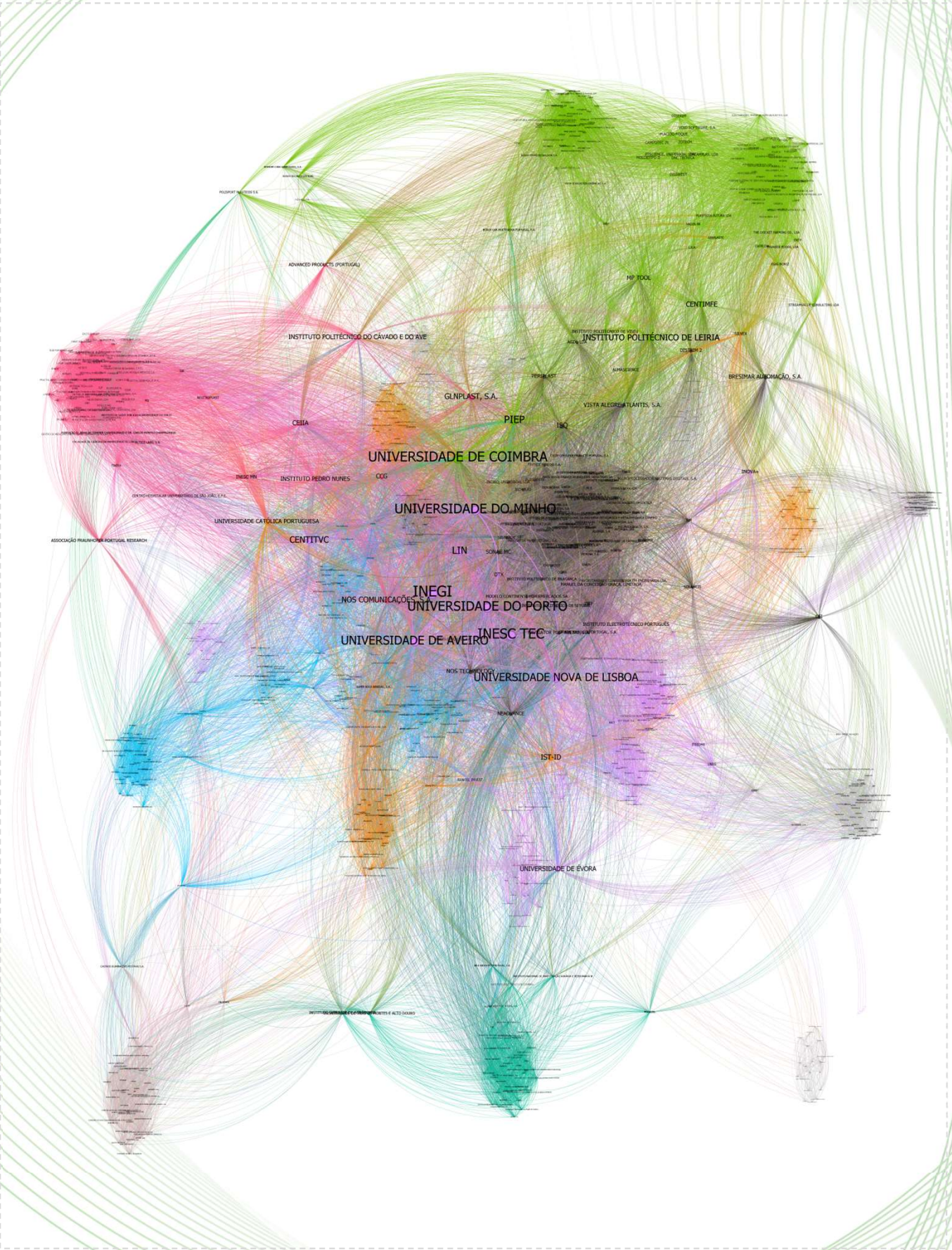
Por outro lado, as Agendas "Bio-Hub" e "SinesH2GValley" apresentaram-se como as menos colaborativas, com pouca participação das entidades que compõe os seus consórcios em outras Agendas. No entanto, esta particularidade não deve ser vista como uma desvantagem face à dimensão reduzida dos consórcios e pela potencialidade da especialização permitir uma maior profundidade de conhecimento e experiência nas suas áreas de atuação, crucial para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

No que diz respeito às entidades com maior participação em diferentes Agendas, destacam-se o INEGI com a participação em 19 projetos, seguido pela Universidade do Porto com 17, a Universidade de Coimbra com 16, e a Universidade de Aveiro, Universidade do Minho e o Instituto Superior Técnico, cada um com 15 projetos. O INESC TEC, a Universidade Nova de Lisboa e o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (LIN) participam em 12 a 15 projetos cada. O IST-ID, o CENTITVC, o CITEVE, o PIEP, o ISQ e a Universidade de Évora completam a lista, com participações que variam entre 7 e 11 projetos.

Nesta perspetiva angular, observando diretamente as relações estabelecidas entre as 953 entidades presentes nas 38 Agendas com termo de aceitação assinado em 2022, ao observar o ranking de entidades com maior número de participações em consórcios verificam-se que as primeiras 16 representam unicamente entidades do sistema nacional científico e tecnológico.

Deste modo, destaca-se a importância determinante das Instituições de Ensino Superior, Infraestruturas de Investigação e Infraestruturas Tecnológicas no seu papel central como intermediários cruciais para a valorização do conhecimento nacional em articulação direta aos utilizadores finais, demonstrando de forma clara e concisa como as relações estimuladas pelas Agendas Mobilizadoras estão ativamente a conduzir uma alteração do perfil de especialização da economia portuguesa orientada para a inovação de produtos, processos e sistemas através de ativos nacionais.

Relações entre as entidades presentes das 38 Agendas com termo de aceitação





PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 05

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR



PARTE 05

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR

05.1

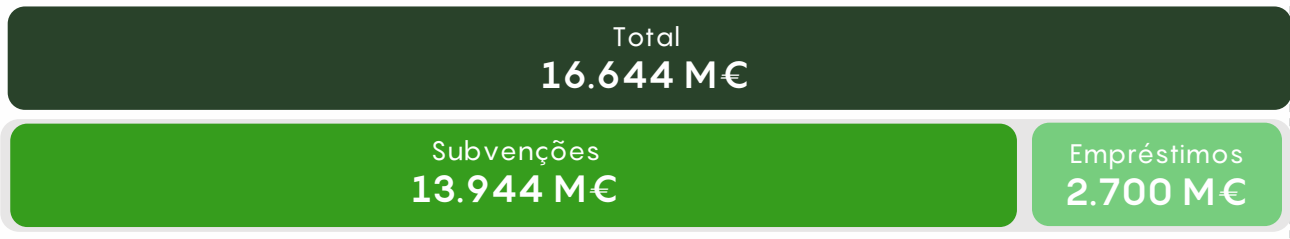
Dimensões Estruturantes



PRR
Plano de Recuperação e Resiliência

Visão Global

ORÇAMENTO



DIMENSÕES ESTRUTURANTES



Resiliência



Transição Climática



Transição Digital

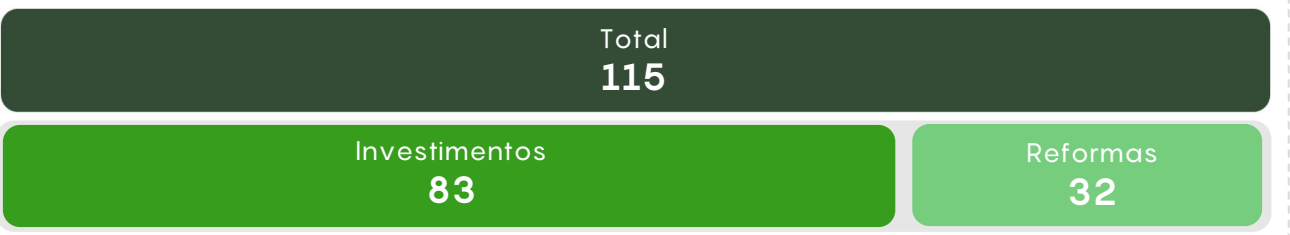
COMPONENTES

- C1 Serviço Nacional de Saúde
- C2 Habitação
- C3 Respostas Sociais
- C4 Cultura
- C5 Capitalização e Inovação Empresarial
- C6 Qualificação e Competências
- C7 Infraestruturas
- C8 Florestas
- C9 Gestão Hídrica

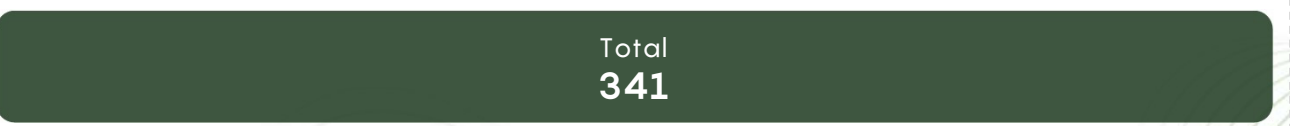
- C10 Mar
- C11 Descarbonização da Indústria
- C12 Bioeconomia Sustentável
- C13 Eficiência Energética em Edifícios
- C14 Hidrogénio e Renováveis
- C15 Mobilidade Sustentável

- C16 Empresas 4.0
- C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas
- C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios
- C19 Administração Pública mais Eficiente
- C20 Escola Digital

MEDIDAS



MARCOS E METAS





I - Resiliência

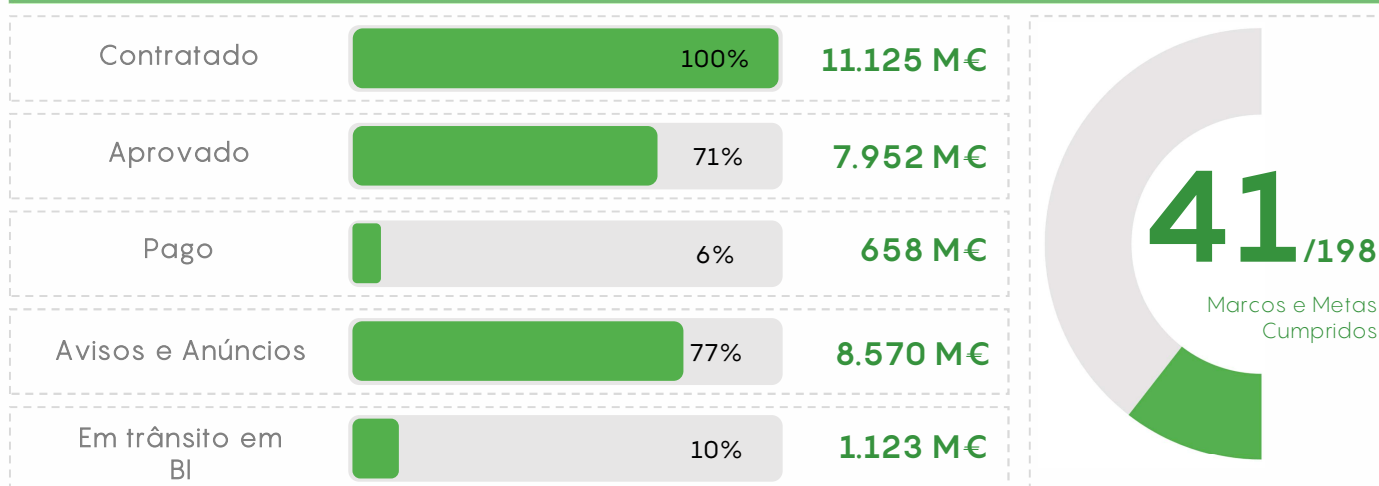


11.125 M€

Dotação
Orçamental

A dimensão da Resiliência visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do país através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva, abordando todos os aspetos da resiliência: social, económica e territorial.

Síntese da Implementação da Dimensão I - Resiliência



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

	Concursos Públicos	Avisos			Beneficiários Diretos e Finais	
	Lançados (M€)	Dotação (M€) ¹	Candidaturas Submetidas ²	Candidaturas Aprovadas ^{3,4}	Aprovado (M€)	Pago (M€)
Famílias	0	1.363	2.956	915	7	0
Instituições da Economia Solidária e Social	0	665	4.079	2.599	270	34
Empresas	0	2.693	19.501	14.158	2.637	143
Instituições do Sistema C&T	0	205	308	106	119	7
Instituições de Ensino Superior	0	368	544	198	593	39
Escolas	0	516	1.103	653	6	2
Autarquias e Áreas Metropolitanas	0,3	816	1.795	598	1.037	99
Entidades Públicas	214	599	118	86	1.087	142
Empresas Públicas	212	919	760	349	2.196	191
	426	8.144	28.926	18.304	7.952	658

¹ A distribuição da dotação dos avisos por tipo de beneficiário é uma previsão ex-ante.
^{2,3} No caso dos projetos em consórcio, contabilizou-se o nº de participantes nas candidaturas submetidas e aprovadas por tipo de beneficiário. O valor total corresponde ao nº total de candidaturas submetidas e aprovadas excluindo duplicações, razão pela qual este valor não corresponde à soma da coluna respetiva.

⁴ Excluindo candidaturas anuladas e desistências.



II - Transição Climática

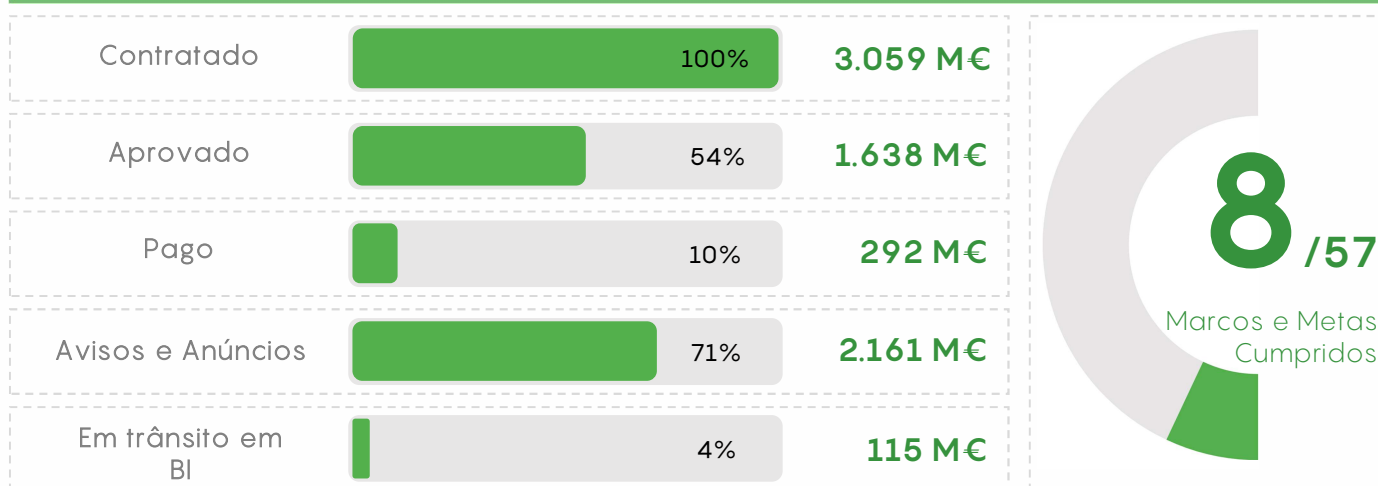


3.059 M€

Dotação
Orçamental

A Transição Climática compreende 6 componentes estratégicos, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade de carbono até 2050, apresentando ao país oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro.

Síntese da Implementação da Dimensão II — Transição Climática



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

	Concursos Públicos	Avisos			Beneficiários Diretos e Finais	
	Lançados (M€)	Dotação (M€) ¹	Candidaturas Submetidas ²	Candidaturas Aprovadas ^{3,4}	Aprovado (M€)	Pago (M€)
Famílias	0	180	111.779	74.270	129	123
Instituições da Economia Solidária e Social	0	35	15	0	0	0
Empresas	0	1.137	2.221	245	192	10
Instituições do Sistema C&T	0	37	70	2	12	2
Instituições de Ensino Superior	0	15	16	3	16	2
Escolas	0	0	37	0	0	0
Autarquias e Áreas Metropolitanas	0	24	6	2	35	4
Entidades Públicas	96	149	12	10	1.099	137
Empresas Públicas	116	372	217	4	156	15
	212	1.949	114.191	74.359	1.638	292

1 A distribuição da dotação dos avisos por tipo de beneficiário é uma previsão ex-ante.
 2,3 No caso dos projetos em consórcio, contabilizou-se o nº de participantes nas candidaturas submetidas e aprovadas por tipo de beneficiário. O valor total corresponde ao nº total de candidaturas submetidas e aprovadas excluindo duplicações, razão pela qual este valor não corresponde à soma da coluna respetiva.
 4 Excluindo candidaturas anuladas e desistências.



III - Transição Digital

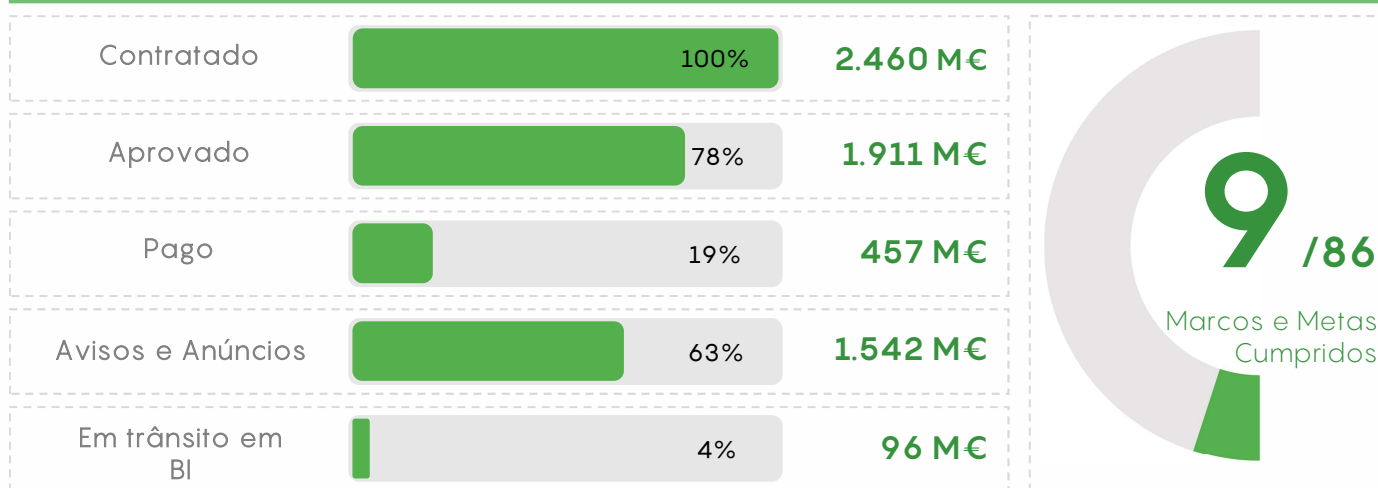


2.460 M€

Dotação
Orçamental

A Transição Digital descreve cinco componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado. Estas medidas representam 22% do total, com 12 dos 20 componentes a contribuírem para os objetivos de transição digital.

Síntese da Implementação da Dimensão III – Transição Digital



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais		
	Lançados (M€)	Dotação (M€) ¹	Candidaturas Submetidas	Candidaturas Aprovadas ²	Aprovado (M€)	Pago (M€)
Famílias	0	0	0	0	0	0
Instituições da Economia Solidária e Social	0	4	0	0	0	0
Empresas	0	182	481	0	0	0
Instituições do Sistema C&T	0	137	51	0	0	0
Instituições de Ensino Superior	0	16	2	0	0	0
Escolas	210	318	52	52	241	210
Autarquias e Áreas Metropolitanas	0	51	256	55	18	0
Entidades Públicas	0	57	2	1	0	0
Empresas Públicas	174	391	388	348	1.652	248
	384	1.168	1.232	456	1.911	457

1 A distribuição da dotação dos avisos por tipo de beneficiário é uma previsão ex-ante.
2 Excluindo candidaturas anuladas e desistências.



PARTE 05

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR
ANÁLISE POR COMPONENTES DAS DIMENSÕES ESTRUTURANTES

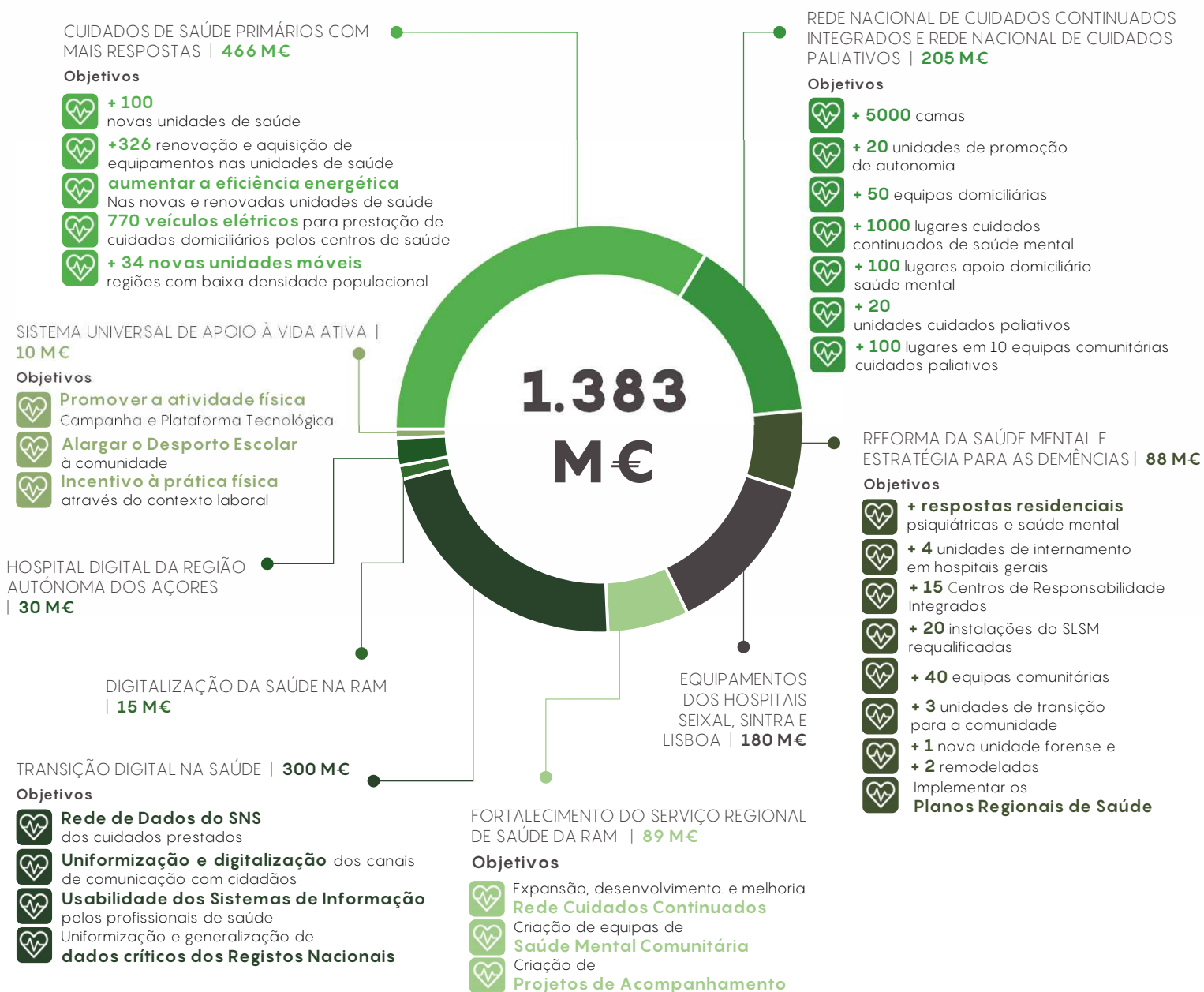
05.2

Resiliência

COMPONENTE C01 | Serviço Nacional de Saúde

A **Componente 01 — Serviço Nacional de Saúde** é exemplo dos impactos diretos do PRR na vida das pessoas. Esta componente pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

Visão Global e Objetivos

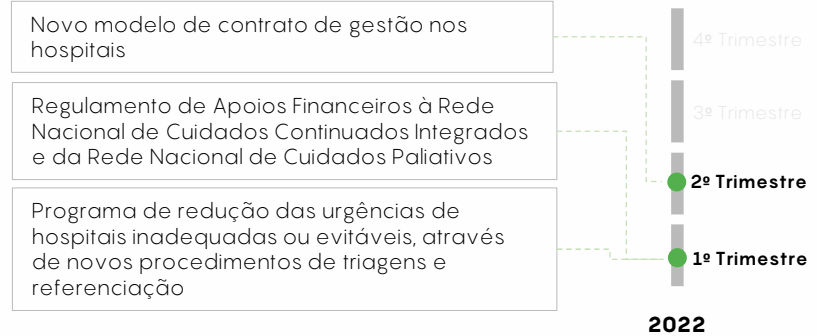


COMPONENTE C01 | Serviço Nacional de Saúde

Execução



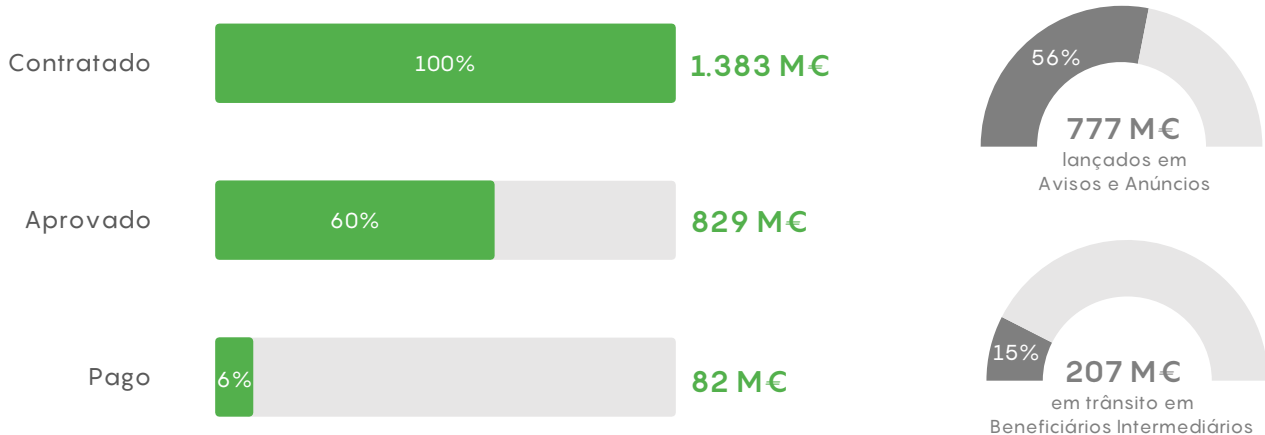
MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022



Durante o ano de 2022 foram cumpridos 3 marcos e metas, acrescentando aos dois que já se encontravam cumpridos no final de 2021, totalizando o cumprimento de 13% dos marcos e metas previstos nesta componente (39). Desta forma, encontram-se já cumpridos:

- **2 marcos e metas referentes a reformas:** (i) Reforma da Saúde Mental; (ii) Implementação do novo modelo de contrato de gestão dos hospitais públicos
- **3 marcos e metas referentes a investimentos:** (i) Programa de redução das urgências de hospitais inadequadas ou evitáveis, através de novos procedimentos de triagens e referenciação; (ii) Regulamento de Apoios Financeiros à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos; (iii) Implantação do sistema de classificação, do perfil funcional e do sistema de referenciação dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C01 | Serviço Nacional de Saúde

A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. Em 2022, verificou-se um acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que atingiu os 829 M€. Foi pago um total de 92 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 207 M€ pago a Beneficiários Intermediários que ainda se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 777 M €.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	0%
C01-r02	Reforma da saúde mental	50%
C01-r03	Conclusão da Reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	14%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	26%	3%	466 M€
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	100%	0%	205 M€
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	47%	5%	88 M€
C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa Responsável: Administração Central Do Sistema De Saúde, IP	10%	1%	180 M€
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	54 M€
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	35 M€
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	100%	17%	300 M€
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-IASAÚDE Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	3,5 M€
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	10,5 M€
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	1 M€
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	21%	30 M€
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	100%	7%	10 M€

COMPONENTE C01 | Serviço Nacional de Saúde

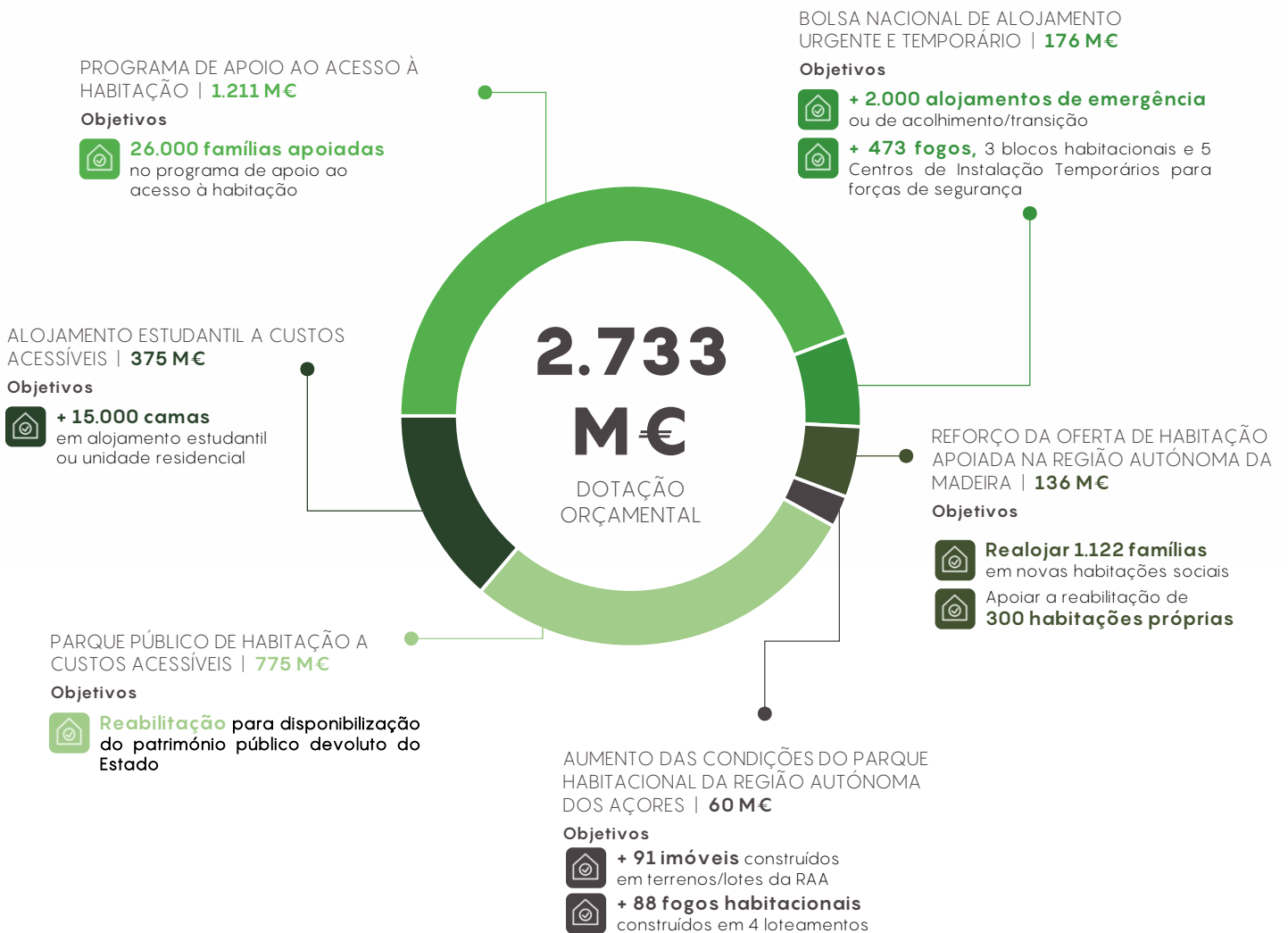
Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
12	Avisos e Orientações Técnicas	CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS COM MAIS RESPOSTAS	283 M€	126	122 M€
1	Orientação Técnica	REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS E REDE NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS	205 M€	15	205 M€
7	Avisos e Orientações Técnicas	CONCLUSÃO DA REFORMA DA SAÚDE MENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA AS DEMÊNCIAS	38 M€	35	28 M€
1	Aviso – Hospital de Proximidade de Sintra	EQUIPAMENTOS DOS HOSPITAIS SEIXAL, SINTRA, LISBOA	18 M€	1	18 M€
2	Orientações Técnicas	FORTALECIMENTO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE DA RAM	89 M€	2	89 M€
33	Concursos Públicos	TRANSIÇÃO DIGITAL NA SAÚDE	45 M€		
3	Orientações Técnicas	DIGITALIZAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE DA RAM	15 M€	3	15 M€
2	Termos de Aceitação	HOSPITAL DIGITAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	31 M€	28	30 M€
9	Concursos Públicos e Ajustes Diretos				

COMPONENTE C02 | Habitação

Atento aos problemas estruturais da sociedade portuguesa no acesso a uma habitação condigna e ao défice em matéria de pobreza energética, o PRR preconiza uma resposta integrada com os investimentos da **Componente C02 — Habitação**. Pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C02 | Habitação

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

2023

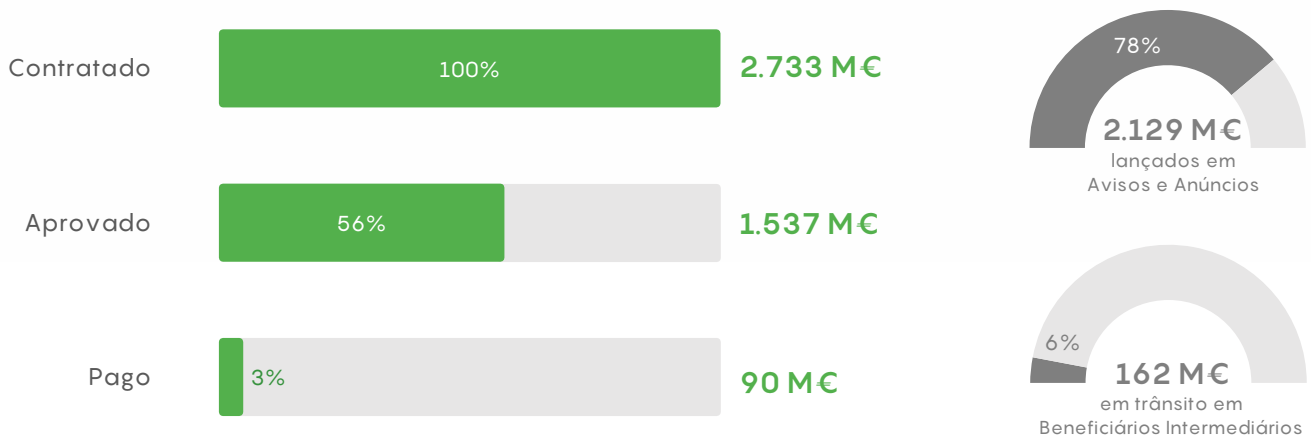


2022

No final de 2022, encontram-se já cumpridos 3 marcos e metas, ou seja, 11% dos marcos e metas previstos nesta componente (28), incluindo:

- **1 marco referente a reformas:** (i) Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- **2 metas referentes a investimentos:** (i) 24 novas construções no Parque Habitacional Social dos Açores; (ii) 40 renovações no Parque Habitacional Social dos Açores.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



Em 2022 completou-se a contratação com Beneficiários Diretos e Intermediários da totalidade da dotação orçamental da Componente 02. A 31 de dezembro, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais atingiu os 1.537 M€, e os pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais atingiram of 90 M€.

O montante total lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 2.129 M€.

COMPONENTE C02 | Habitação

Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)




C02-r04 Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.	20%	4%	1 211 M€
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.	25%	1%	176 M€
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	136 M€
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	19%	60 M€
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.	78%	0%	775 M€
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação	119%	3%	375 M€

Concretizações | 2022

		 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos	
1	Aviso Convite – Forças de Segurança	BOLSA NACIONAL DE ALOJAMENTO URGENTE E TEMPORÁRIO	38 M€	10	6 M€
1	Orientação Técnica	REFORÇO DA OFERTA DE HABITAÇÃO APOIADA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	136 M€	1	136 M€
1	Termo de Aceitação	AUMENTAR AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS DO PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	62 M€	1	60 M€
1	Concurso Público				
1	Aviso	PARQUE PÚBLICO DE HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS	169 M€		
4	Concursos Públicos				
1	Aviso	ALOJAMENTO ESTUDANTIL A CUSTOS ACESSÍVEIS	375 M€	131	447 M€

COMPONENTE C03 | Respostas Sociais

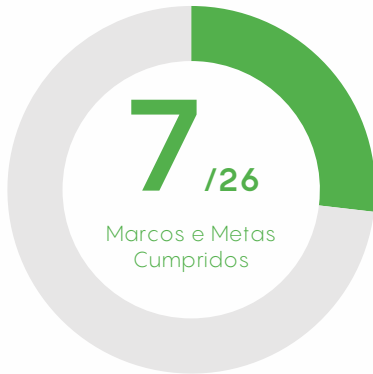
A **Componente C03 — Respostas Sociais** traduz uma nova orientação das respostas sociais em Portugal com o objetivo de reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar, bem como a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C03 | Respostas Sociais

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Atribuição de apoios para a criação e alargamento da rede de equipamentos sociais e respostas sociais

Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social

2023

4º Trimestre

3º Trimestre

2º Trimestre

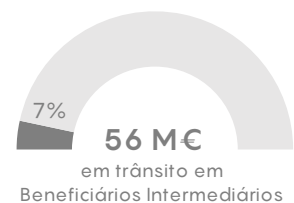
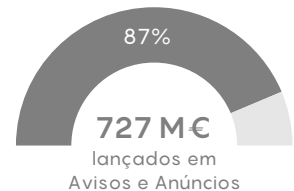
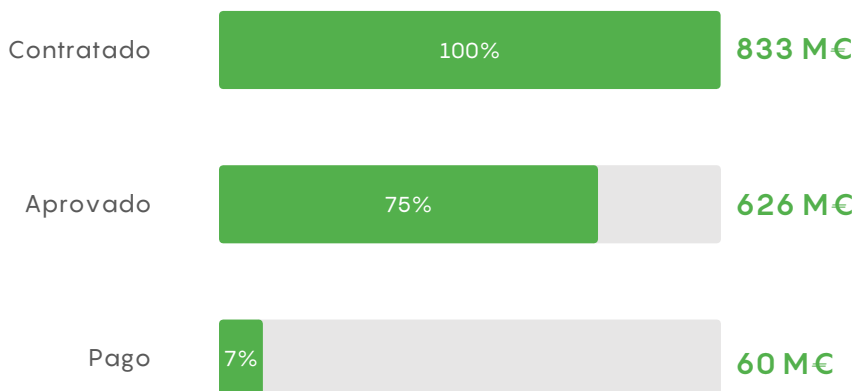
1º Trimestre

2022

No final de 2022, encontram-se já cumpridos 7 dos 26 marcos e metas previstos nesta componente (27%), incluindo:

- **4 marcos referentes a reformas:** (i) Reforma de Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais; (ii) Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025; (iii) Planos de Ação das Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; (iv) Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.
- **3 marcos referentes a investimentos:** (i) Atribuição de apoios para a criação e alargamento da rede de equipamentos sociais e respostas sociais; (ii) Concurso para plataforma de informação digital para pessoas com deficiência; (iii) Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C03 | Respostas Sociais

Em 2021, a dotação da Componente 03 encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários. Verificou-se um aumento do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que, a 31 de dezembro de 2022, ascendia a 626 M€. Os pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais totalizaram 60 M€. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 727 M €.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C03-r05	Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais	100%
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	100%
C03-r07	Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	100%
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais Responsável: Instituto da Segurança Social, I.P.	61%	6%	417 M€
C03-i02	Acessibilidades 360º Responsável: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.	10%	0%	45 M€
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM) Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	83 M€
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	97%	14%	35 M€
C03-i05	Plataforma +Acesso Responsável: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.	100%	15%	3 M€
C03-i06.01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas AM Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	98%	69%	7 M€
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa Responsável: Área Metropolitana de Lisboa	100%	13%	121,5 M€
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto Responsável: Área Metropolitana do Porto	100%	0%	121,5 M€

COMPONENTE C03 | Respostas Sociais

Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
3	Avisos	NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS	35 M€	15	4 M€
1	Aviso	ACESSIBILIDADES 360º	10 M€	18	0,1 M€
4	Avisos e Orientações Técnicas	FORTALECIMENTO DAS RESPOSTAS SOCIAIS NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (RAM)	83 M€	3	83 M€
12	Avisos e Termos de Aceitação	IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA REGIONAL DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL – REDES DE APOIO SOCIAL (RAA)	35 M€	169	34 M€
1	Concurso Público	PLATAFORMA + ACESSO	2 M€		
4	Avisos	OPERAÇÕES INTEGRADAS EM COMUNIDADES DESFAVORECIDAS NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E DO PORTO	238 M€	43	238 M€




COMPONENTE C04 | Cultura

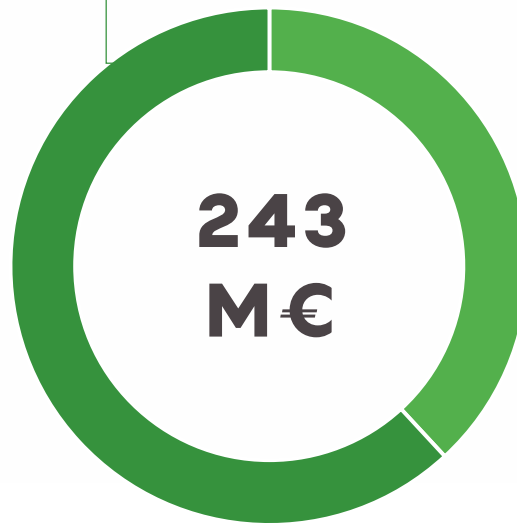
O objetivo geral da **Componente 04 – Cultura** passa por valorizar as artes, o património e a cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial e do aumento da competitividade económica das regiões e do país através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social de elevado valor económico.

Visão Global e Objetivos

PATRIMÓNIO CULTURAL | **150 M€**



Objetivos

-  Requalificação e conservação de **46 museus, monumentos e palácios do Estado**
-  Intervenções de reabilitação e modernização em **3 teatros nacionais**
-  Implementação do **Programa Saber Fazer**



REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL | **93 M€**

Objetivos

-  **Modernização** da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais
-  **Digitalização** de artes e património
-  **Internacionalização, modernização e transição digital** do livro e dos autores

COMPONENTE C04 | Cultura

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais

2023

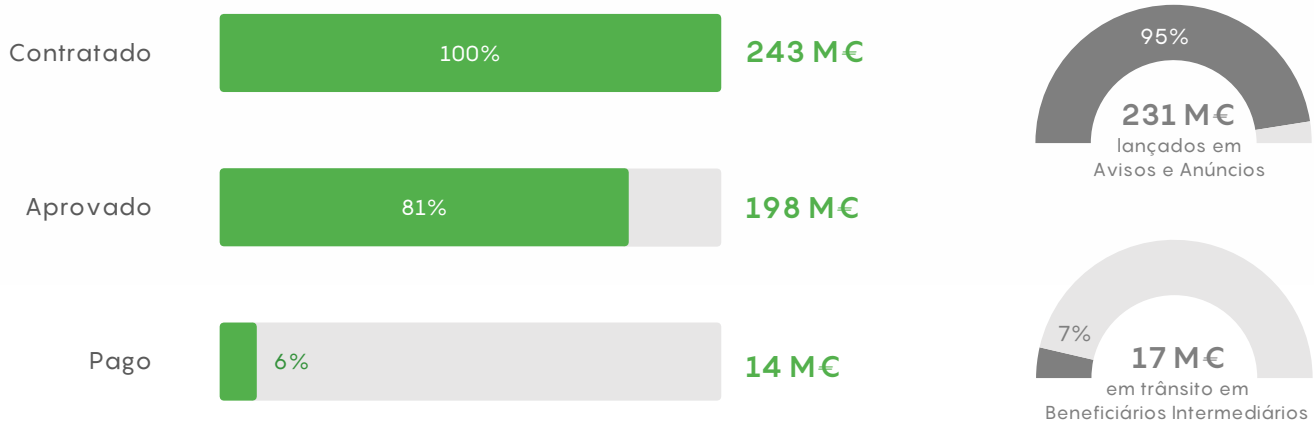


2022

No final de 2022, encontrava-se cumprido 1 dos 8 marcos e metas previstos nesta componente, correspondendo a um cumprimento de 12,5% do total previsto.

O marco cumprido, referente a investimento, diz respeito à modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022






A dotação da Componente 04 encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021, notando-se um aumento das aprovações durante o ano de 2022. O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia no final de 2022 a 198 M€, e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 14 M€. No final de 2022 já tinha sido lançado um montante de 231 M€ em Avisos de Abertura e Concursos Públicos, o que equivale a 95% da dotação desta componente.

COMPONENTE C04 | Cultura

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais	51%	5%	93 M€
C04-i02	Património Cultural Responsável: Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	100%	7%	150 M€

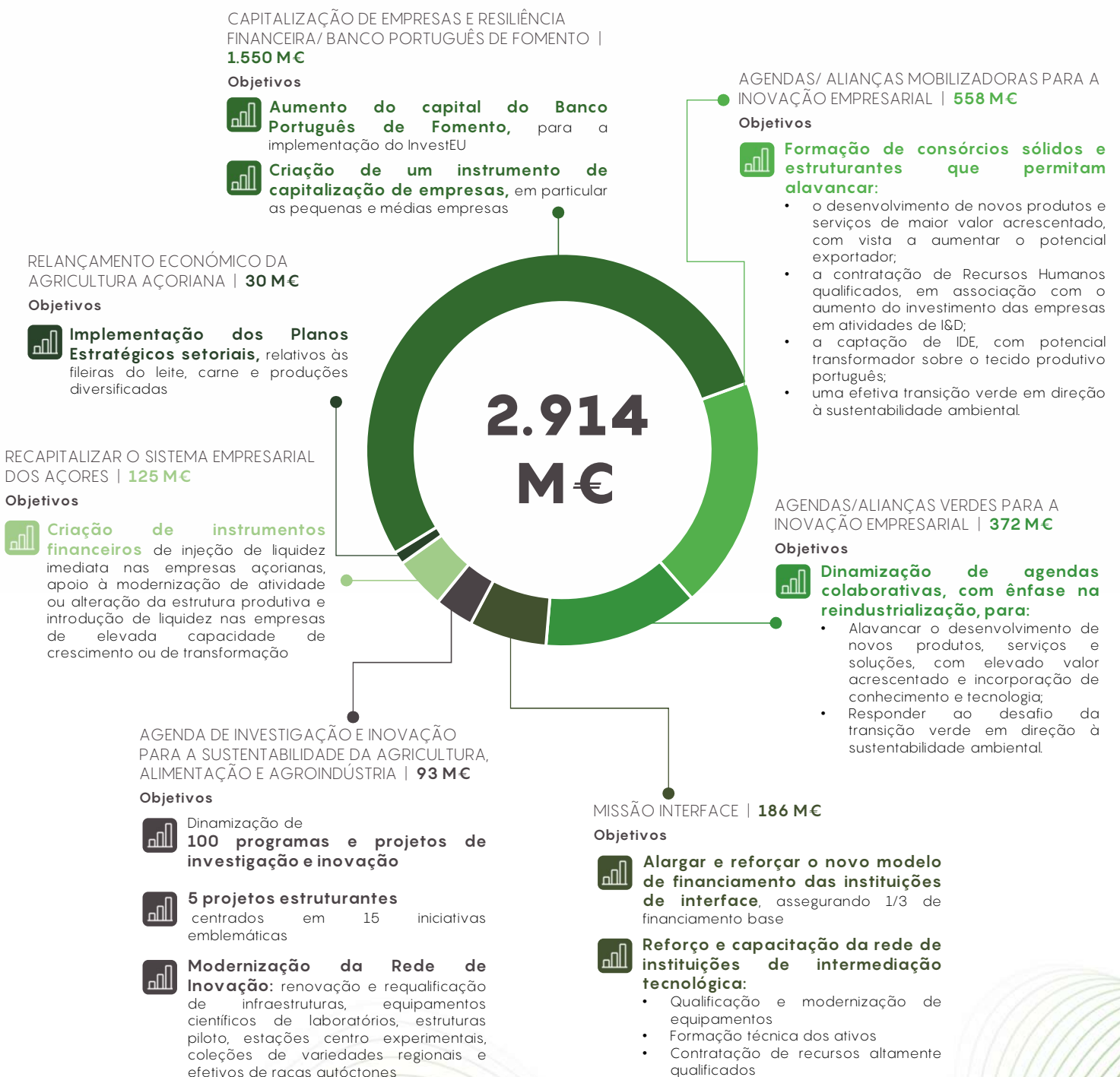
Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
9	Orientações Técnicas	REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL	56 M€	24	23 M€
2	Orientações Técnicas	PATRIMÓNIO CULTURAL	107 M€	47	107 M€

COMPONENTE C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

Com as empresas na mira, a Componente 05 – Capitalização e Inovação Empresarial assume o compromisso de aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Os objetivos passam ainda por capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

- Publicação do Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores
- Notificação à Comissão Europeia sobre a decisão favorável para o Banco Português de Fomento ser parceiro no InvestEU
- Aumento do capital do Banco Português de Fomento em 250 M€, com o objetivo da implementação do InvestEU

2023



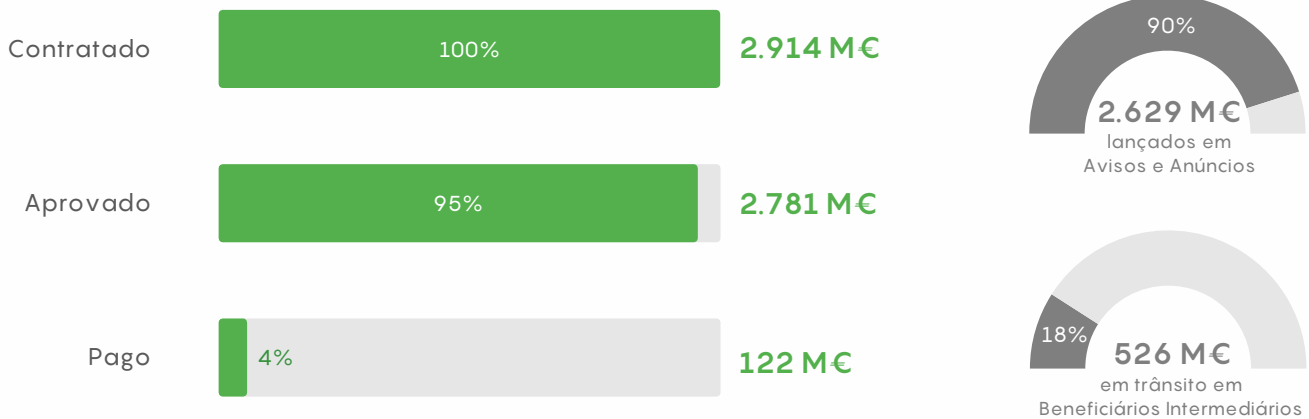
2022

No final de 2022 estavam já cumpridos 13 dos 32 marcos e metas previstos nesta componente (41%), incluindo:

- **5 marcos e metas referentes a reformas:** (i) Estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2030; (ii) Regulamento que estabelece a atividade e estatutos do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF); (iii) Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos; (iv) Novo regime jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação; (v) Agenda de Investigação e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura, Alimentação e Agroindústria.
- **8 marcos referentes a investimentos:** (i) Avisos para projetos de investigação e inovação direccionados para a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas; (ii) Adoção da política de investimento do Instrumento de Recapitalização das Empresas dos Açores; (iii) Criação de Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores; (iv) Publicação do Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores; (v) Definição da Política de Investimento do Banco Português de Fomento, S.A.; (vi) Criação do Fundo de Capitalização e Resiliência; (vii) Notificação à Comissão Europeia sobre a decisão favorável para o Banco Português de Fomento, S.A. ser parceiro no *InvestEU*; (viii) Aumento do capital do Banco Português de Fomento, S.A. em 250 M€, com o objetivo da implementação do *InvestEU*.

COMPONENTE C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A contratação plena da dotação de 2.914 M€ destinada à Componente C05 foi atingida no 1º semestre de 2022. Neste ano registaram-se também os primeiros contratos com Beneficiários Finais e aprovações nos Avisos de Abertura lançados. O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia no final do ano a 2.781 M€, e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 122 M€. Durante 2022 foram lançados 2.629 M€ em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 [% marcos e metas cumpridos]
C05-r09	Promoção da I&D e do investimento inovador nas empresas	100%
C05-r10	Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento	100%
C05-r11	Alargamento e consolidação da rede de instituições de interface	100%
C05-r12	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agro-indústria	100%
C05-r13	Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não financeiras	0%

COMPONENTE C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	228%	7%	558 M€
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	193%	9%	372 M€
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.	48%	4%	186 M€
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	66%	3%	93 M€
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	60%	13%	125 M€
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	13%	30 M€
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI Responsável: Banco Português de Fomento, S.A.	41%	1%	1 300 M€
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: Banco Português de Fomento, S.A.	0%	0%	250 M€

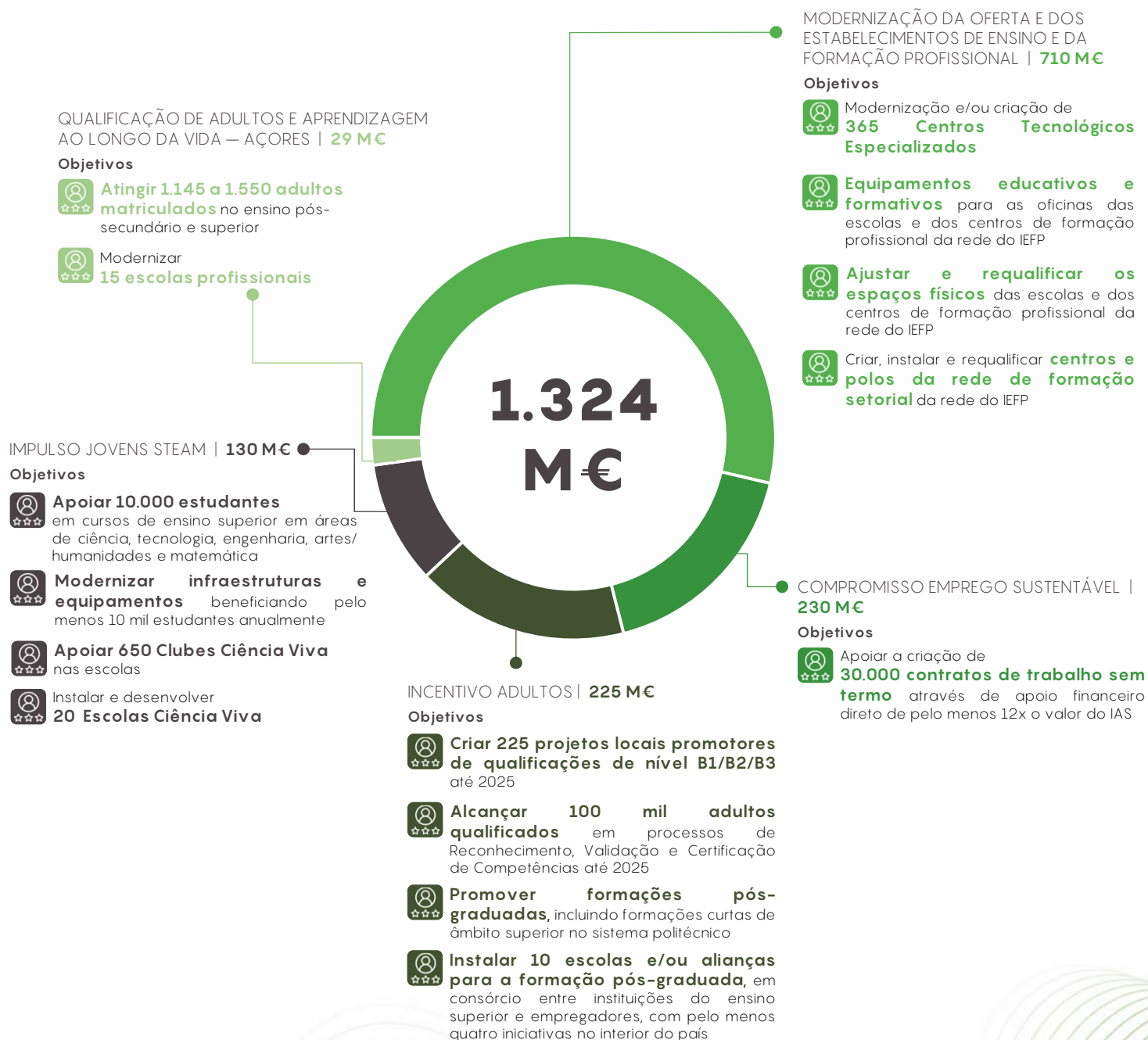
Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
2	Avisos	AGENDAS/ ALIANÇAS MOBILIZADORAS E VERDES PARA A INOVAÇÃO EMPRESARIAL	930 M€	38	1 992 M€
2	Avisos	MISSÃO INTERFACE – RENOVAÇÃO DA REDE DE SUPORTE C&T E ORIENTAÇÃO PARA O TECIDO PRODUTIVO	160 M€	32	88 M€
8 1	Avisos Concurso Público	AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E AGROINDÚSTRIA	30 M€		
2	Avisos e Termos de Aceitação	RECAPITALIZAR SISTEMA EMPRESARIAL DOS AÇORES	125 M€	1	75 M€
7 1	Avisos e Termos de Aceitação Concurso Público	RELANÇAMENTO ECONÓMICO DA AGRICULTURA AÇORIANA	30 M€	6	30 M€
4	Avisos	CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS E RESILIÊNCIA FINANCEIRA/ BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO	1 300 M€	24	535 M€

COMPONENTE C06 | Qualificações e Competências

Não descurando a base do conhecimento e das competências, a **Componente 06 - Qualificações e Competências** foca-se na necessidade de aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como numa participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C06 | Qualificações e Competências

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

2023

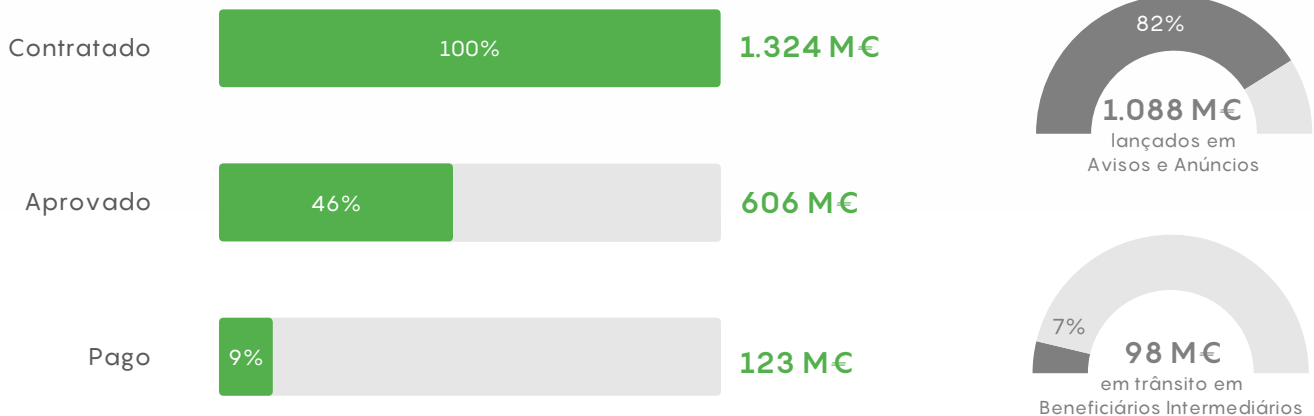


2022

No final de 2022 encontravam-se cumpridos dois dos 18 marcos e metas relativos a esta componente (11%), ambos **referentes a reformas**:

- (i) Concursos especiais de admissão ao Ensino Superior
- (ii) Novo quadro legal para cooperação entre Instituições de Ensino Superior e a Administração Pública e Empresas

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente ficou na sua totalidade contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no primeiro trimestre de 2022. O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais atingiu a 31 de dezembro de 2022 os 606 M€, e foi pago um total de 123 M€ a Beneficiários Diretos e Finais. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 1.088 M €, correspondendo a 82% da dotação.

COMPONENTE C06 | Qualificações e Competências

Reformas




CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 [% marcos e metas cumpridos]
C06-r14	Reforma do ensino e da formação profissional	0%
C06-r15	Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas	100%
C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente reguladas	0%
C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno	0%
C06-r18	Combate à desigualdade entre mulheres e homens	0%

Investimentos

CÓDIGO C	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados Responsável: Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.	0%	0%	480 M€
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional Responsável: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	100%	15%	230 M€
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	50%	24%	230 M€
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.	0%	0%	40 M€
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.	0%	0%	55 M€
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: Direção-Geral do Ensino Superior	100%	11%	130 M€
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: Direção-Geral do Ensino Superior	100%	15%	122 M€
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	93%	28%	8 M€
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	0%	0%	29 M€

COMPONENTE C06 | Qualificações e Competências

Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
18	Aviso Concursos Públicos	MODERNIZAÇÃO DA OFERTA E DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	485 M€		
1	Aviso	COMPROMISSO EMPREGO SUSTENTÁVEL	230 M€	13 559	116 M€
2	Avisos e Orientações Técnicas	INCENTIVOS ADULTO	92 M€	438	0,2 M€
2	Avisos	IMPULSOS JOVENS STEAM	2 M€	188	2 M€
5	Avisos	QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NA RAA	2 M€	74	0,1 M€

COMPONENTE C07 | Infraestruturas

A **Componente 07 - Infraestruturas** pretende contribuir não só para a modernização de áreas de acolhimento empresarial nas três dimensões, mais resilientes, mais verdes e mais digitais, mas também para uma melhoria na gestão e organização do tráfego rodoviário, retirando veículos das áreas urbanas construindo corredores de tráfego rápido, com melhores condições de segurança, menos impactos a nível ambiental e aos utilizadores vulneráveis, e construindo também “missing links” cuja inexistência afeta a rede rodoviária nacional e, conseqüentemente, os agentes económicos, em especial as empresas, que perdem competitividade.

Visão Global e Objetivos

ALARGAMENTO DA REDE DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS | **0 M€**

Objetivos

+15.000 pontos de carregamento de veículos elétricos até 2025

MISSING LINKS E AUMENTO DE CAPACIDADE DA REDE | **313 M€**

Objetivos

promover a eliminação de travessias urbanas e a adequação da capacidade da rede rodoviária, através das seguintes intervenções rodoviárias:

- Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave;
- Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa;
- Variante da Atalaia;
- Penafiel (EN15) / Rans;
- Rans / Entre-os Rios;
- Variante nascente de Évora;
- Ligação de Baião a Ponte de Ermida;
- Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda;
- km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;
- Variante a Olhão;
- IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) /Pombal (KM 148,500);
- IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo /Beja, incluindo Variante a Beringel;
- IP8 (EN259). Sta. Margarida do Sado /Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros;
- IP8(A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2;
- Variante à EN211 – Quintã/ Mesquinhata.

ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) | **110 M€**

Objetivos

+10 áreas de acolhimento empresarial intervencionadas,

para assegurar:

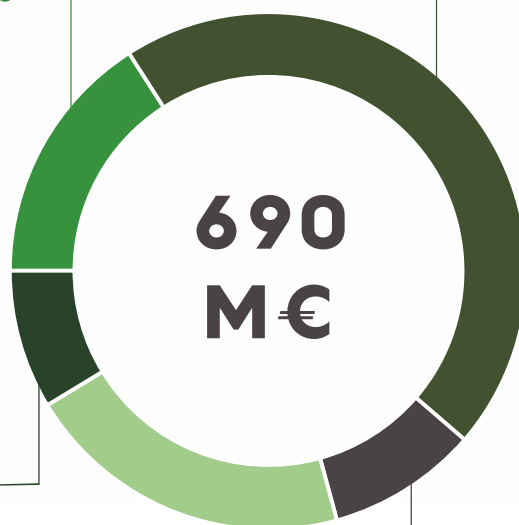
- Sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para;
- Intervenções piloto para testar ilhas de qualidade de serviço de estabilidade energética;
- Mobilidade sustentável;
- Reforço da cobertura com soluções de comunicação 5G;
- Medidas ativas de prevenção e proteção contra incêndios.

CIRCUITOS LOGÍSTICOS — REDE VIÁRIA REGIONAL DOS AÇORES | **60 M€**

Objetivos

melhoria das acessibilidades através de um conjunto de intervenções relevantes, como:

- Ilha de Santa Maria: Variante à Vila do Porto
- Ilha de São Miguel: Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação — 1.ª Lanço — Variante Furnas; Variante Capelas; Variante de São Roque; Variante Portal do Vento
- Ilha Terceira: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária — Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra
- Ilha Graciosa: Ligação entre a ER. 3-2ª e a ER. 4-2ª
- Ilha de São Jorge: Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária — Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal)
- Ilha do Pico: Construção da Circular à Vila da Madalena
- Ilha do Faial: Construção da 2.ª fase da Variante à Cidade da Horta



ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) — ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS | **142 M€**

Objetivos

Concluir acessibilidades rodoviárias, que constituem o suporte para garantir a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente e económica, alavancando o investimento já efetuado nas Áreas de Acolhimento Empresarial

LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS | **65 M€**

Objetivos

potenciar a mobilidade transfronteiriça e reduzir dos custos de contexto, através dos seguintes investimentos nas ligações:

- Vinhais / Bragança (variantes);
- Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES);
- Ponte internacional sobre o Rio Sever;
- Ponte Alcoutim — Saluncar de Guadiana (ES).

COMPONENTE C07 | Infraestruturas

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

2023

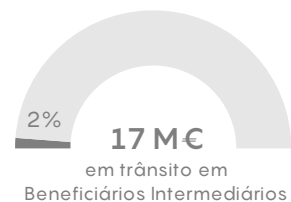
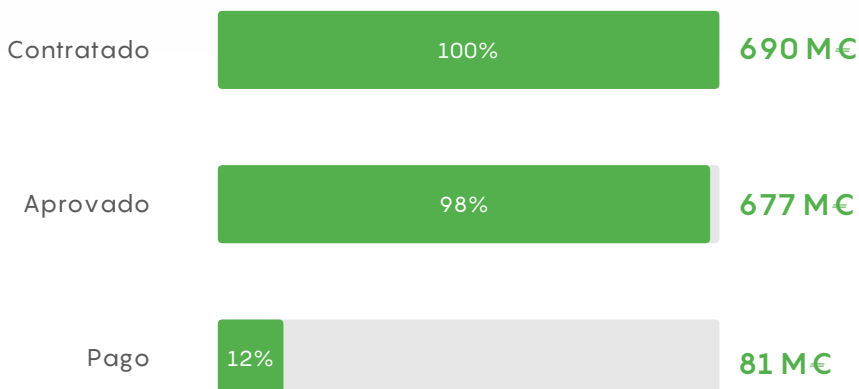


2022

No final de 2022 encontravam-se já cumpridos 3 marcos e metas, totalizando o cumprimento de 20% dos marcos e metas previstos nesta componente (15). Estes são **3 marcos referentes a investimentos**:

- (i) Áreas de Acolhimento Empresarial para melhorar a sustentabilidade ambiental e digitalização;
- (ii) Contrato para 1 projeto rodoviário no Continente;
- (iii) Contratos para 2 projetos rodoviários nos Açores.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C07 | Infraestruturas

Relativamente à Componente C07, a contratação atingiu o valor total da dotação de 690 M€ durante o primeiro trimestre de 2022. A 31 de dezembro de 2022, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Beneficiários Finais ascendia a 677 M€ (98% da dotação) e tinham sido já pagos 81 M€. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 435 M€ (63%).

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NORTE)	100%	7%	31 M€
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR CENTRO)	100%	8%	32 M€
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)	0%	0%	13 M€
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)	100%	13%	30 M€
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)	100%	1%	4 M€
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Ponte Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	16%	273 M€
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: CCDR CENTRO	100%	0%	40 M€
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: CCDR Alentejo	100%	4%	9 M€
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana Responsável: CCDR Algarve	100%	6%	9 M€
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	0%	31 M€
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria Responsável: CCDR NORTE	100%	0%	16 M€
C07-i04.01	AAE - Acessibilidades Rodoviárias Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	13%	91 M€
C07-i04.02	AAE - Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: CCDR LVT	100%	3%	9 M€
C07-i04.03	AAE - Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: CCDR CENTRO	100%	13%	6 M€
C07-i04.04	AAE - Acessibilidades Rodoviárias Responsável: CCDR NORTE	100%	13%	36 M€
C07-i04.05	AAE - Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: CCDR Alentejo	100%	13%	0,2 M€
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	15%	60 M€

COMPONENTE C07 | Infraestruturas

Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
16	Aviso	MISSING LINKS E AUMENTO DA CAPACIDADE DA REDE	54 M€	1	40 M€
	Concursos Públicos				
21	Avisos	LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS	29 M€	2	25 M€
	Concurso Público				
49	Avisos	ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) — ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS	97 M€	4	42 M€
	Concursos Públicos				
13	Termo de Aceitação	CIRCUITOS LOGISTICOS — REDE VIÁRIA REGIONAL DOS AÇORES	62 M€	1	60 M€
	Concursos Públicos e Ajustes Diretos				




COMPONENTE C08 | Florestas

A **Componente 08 - Florestas** tem como objetivo desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

Visão Global e Objetivos



TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DOS TERRITÓRIOS DE FLORESTA VULNERÁVEIS | **270 M€**

Objetivos

-  **Elaborar 19 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem** nos territórios delimitados como vulneráveis
-  **Constituir 60 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem** com vista à aprovação das respetivas Operações Integradas
-  **Apoiar 800 aldeias** com projetos de gestão de combustível






CADASTRO DA PROPRIEDADE RÚSTICA E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO | **86 M€**

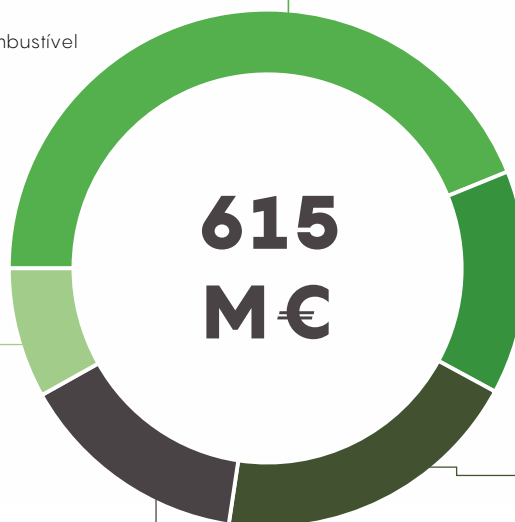
Objetivos

-  **Operacionalizar o BUpi** plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas e destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado
-  **Operacionalizar o Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo**

PROGRAMA MAIS FLORESTA | **50 M€**


Objetivos

-  Realização de **ações de informação e sensibilização** para a prevenção de comportamentos de risco da população
-  Aquisição de **veículos de combate a incêndios, equipamentos de proteção individual** e restante equipamento operacional
-  **Reforço da qualificação dos operacionais** que intervêm no combate aos incêndios rurais.
-  Estabelecimento de contratos-programa com **organizações de produtores florestais**
-  Potenciar as **parcerias constituídas no âmbito dos Centros de Competências** diretamente relacionados com o sector florestal






FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL — REDE PRIMÁRIA | **120 M€**

Objetivos

-  **Constituição de 37.500 ha** de rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível

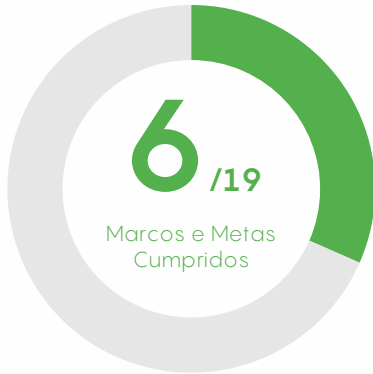
MEIOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS | **89 M€**

Objetivos

-  Aquisição de **helicópteros ligeiros e médios**
-  Aquisição de **veículos, máquinas, alfaias e equipamentos**
-  Aquisição e instalação de **dois radares de dupla polarização**

COMPONENTE C08 | Florestas

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Modelo de prevenção dos incêndios, reforçando as ações das organizações de produtores florestais (OPF) e dos centros de competências no setor florestal

Criação de estruturas da Autoridade Nacional de Emergências e Proteção Civil (ANEPC)

Contrato da rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC)

Alargamento do sistema de informação cadastral simplificada – Plataforma BUPi 2.0

2023

4º Trimestre

3º Trimestre

2º Trimestre

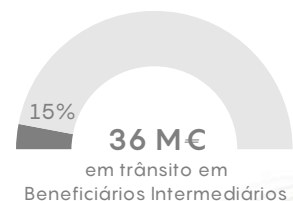
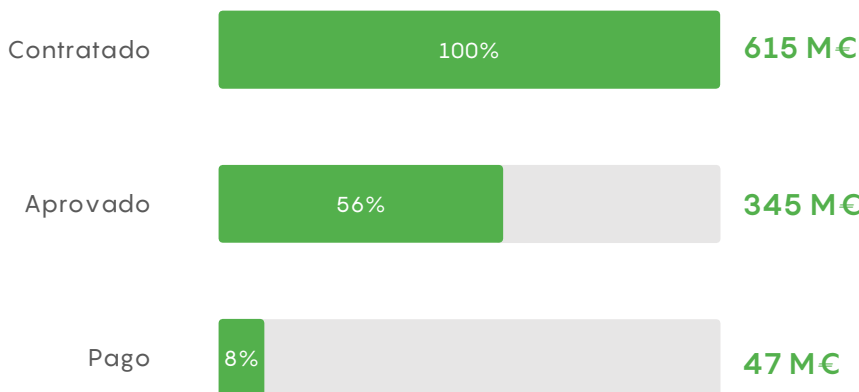
1º Trimestre

2022

Durante o ano de 2022 foram cumpridos 4 marcos e metas, acrescentando aos dois que já se encontravam cumpridos em 2021, totalizando o cumprimento de 32% dos marcos e metas previstos nesta componente (19). Desta forma, encontram-se já cumpridos:

- **2 marcos referentes a reformas:** (i) Arrendamento forçado de prédios rústicos em áreas florestais; (ii) Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR)
- **4 marcos e metas referentes a investimentos:** (i) Alargamento do sistema de informação cadastral simplificada - Plataforma BUPi 2.0; (ii) Contrato da rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC); (iii) Criação de estruturas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); (iv) Modelo de prevenção dos incêndios, reforçando as ações das organizações de produtores florestais (OPF) e dos centros de competências no setor florestal.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C08 | Florestas

A dotação de 615 M€ da Componente 08 ficou integralmente contratada com os Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários no mês de janeiro de 2022. No final do ano, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais atingiu os 345 M€ e foi pago um total de 47 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 36 M€ pago a Beneficiários Intermediários que ainda se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 446 M€ (72% da respetiva dotação orçamental).

Reformas




CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 [% marcos e metas cumpridos]
C08-r19	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	100%
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	0%
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Áreas integradas de gestão da paisagem e Condomínios de Aldeia Responsável: Fundo Ambiental	2%	0%	257 M€
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: Direção-Geral do Território	100%	13%	3 M€
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Emparcelar para Ordenar Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	0%	0%	10 M€
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS Responsável: Direção-Geral do Território	100%	3%	29 M€
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	0%	2 M€
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	96%	13%	55 M€
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	0%	120 M€
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: Estado Maior da Força Aérea	100%	31%	70 M€
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	69%	16 M€
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.	100%	0%	3 M€
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	13%	40 M€
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: Fundo Ambiental	21%	0%	10 M€

COMPONENTE C08 | Florestas

Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
3	Avisos e Orientações Técnicas	TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DOS TERRITÓRIOS DE FLORESTA VULNERÁVEIS	235 M€	67	4 M€
1	Aviso	CÁDASTRO DA PROPRIEDADE RÚSTICA E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO	24 M€		
10	Concursos Públicos				
1	Concurso Público	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – REDE PRIMÁRIA	0,1 M€		
3	Concursos e Contratos Públicos	MEIOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS	74 M€		
16	Avisos e Orientações Técnicas	PROGRAMA MAIS FLORESTA	44 M€	24	42 M€


COMPONENTE C09 | Gestão Hídrica

A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, tendo em conta a ocorrência de episódios de seca agravados em resultado das alterações climáticas. A **Componente 09 - Gestão Hídrica** tem por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) e no Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

Visão Global e Objetivos



PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE | **200 M€**



Objetivos

-  **Reduzir perdas de água** no setor urbano
-  **Reduzir perdas de água e aumentar eficiência** no setor agrícola
-  **Reforçar a governança dos recursos hídricos** (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização)
-  Promover a utilização de **Água Residual Tratada**
-  Aumentar a capacidade disponível e resiliência das **albufeiras e sistemas de adução em alta**
-  Promover a **dessalinização de água do mar**

PLANO DE EFICIÊNCIA E REFORÇO HÍDRICO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E REGADIO DA RAM | **70 M€**





Objetivos

-  Reforço de Adução ao **Canal do Norte**
-  Recuperação do Lanço Norte do **Canal do Norte**
-  Recuperação da **Levada das Rabaças**
-  Otimização da Adução do **Sistema Adutor Machico Funchal**
-  Reforço de Adução ao **Canal dos Tornos**
-  Reforço de Adução ao **Lanço Sul do Canal dos Tornos**
-  Construção da **Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo**

-  Intervenções nas **Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo**
-  Reforço de adução ao **Reservatório da Trompica**

APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO | **120 M€**

Objetivos

-  Criação de uma **reserva estratégica de água** que constituirá uma alternativa de abastecimento público às populações (cerca de 55.000 pessoas)
-  Estabelecimento de **novas áreas de regadio**
-  Acomodar uma **central fotovoltaica** que, para uma potência instalada correspondente a 75 MW, permitiria **satisfazer mais de 60% das atuais necessidades energéticas da região e reduzir mais de 80.000 t/ano de emissões de dióxido de carbono**
-  Criação estimada de **500 postos de trabalho diretos**

**390
M€**

COMPONENTE C09 | Gestão Hídrica

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Avaliação positiva do impacto ambiental do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato

2023

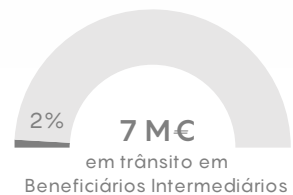
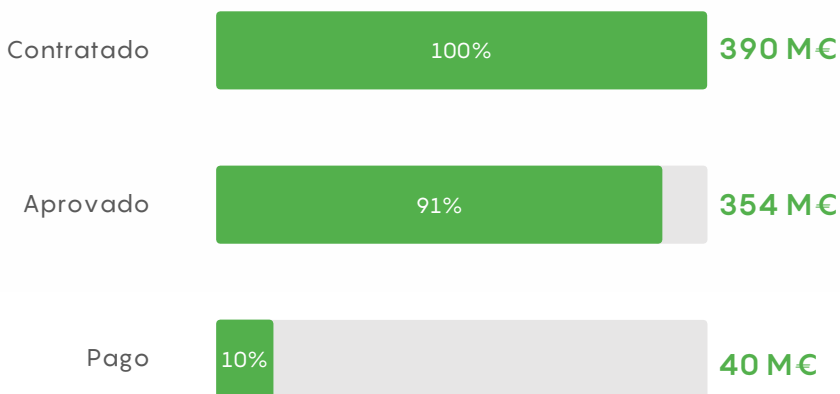
4º Trimestre
3º Trimestre
2º Trimestre

2022

1º Trimestre

Em 2022 foi cumprido o primeiro marco previsto para esta componente, correspondendo ao cumprimento de 8% dos marcos e metas previstos. Este marco, que diz respeito a investimento, consubstancia-se na avaliação positiva do impacto ambiental do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. Em 2022, verificou-se um acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que atingiu os 354 M€. Foi pago um total de 40 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acrescem 7 M€ pago a Beneficiários Intermediários que ainda se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 108 M €.

COMPONENTE C09 | Gestão Hídrica

Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)

C09-r22 Gestão integrada e Circular dos Recursos Hídricos em Situações de Escassez

Não estão previstos marcos e metas relativos a esta reforma

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 — Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	8%	0%	35 M€
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 — Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: Fundo Ambiental	76%	5%	17 M€
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	100%	13%	5 M€
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 — Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 — Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: Águas do Algarve, S.A.	100%	9%	143 M€
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato Responsável: Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	100%	13%	120 M€
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	70 M€

Concretizações | 2022


Dotação lançada em Avisos e Concursos


Candidaturas Aprovadas em Avisos


Montante Aprovado em Avisos

2 8	Avisos e Orientações Técnicas Concursos Públicos	PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE	22 M€	1	13 M€
3	Contratos Públicos	APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO	0,3 M€		
1	Orientação Técnica	PLANO DE EFICIÊNCIA E REFORÇO HÍDRICO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E REGADIO DA RAM	70 M€	9	70 M€



PARTE 05

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR
ANÁLISE POR COMPONENTES DAS DIMENSÕES ESTRUTURANTES

05.3

Transição Climática



COMPONENTE C10 | Mar

A **Componente C10 - Mar** visa desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a componente Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial ligado ao mar, assim como assumir a ambição de combater algumas das bolsas de pobreza localizadas em comunidades costeiras, e assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições climática e digital. Ao nível da preservação do valor dos serviços ecossistémicos oceânicos, esta componente irá contribuir de forma inequívoca para a "Saúde dos Oceanos". Complementarmente, a mesma contribuirá para o reforço da capacidade operacional, formativa e científica do país.

Visão Global e Objetivos


HUB AZUL, REDE DE INFRAESTRUTURAS PARA A ECONOMIA AZUL | **87 M€**

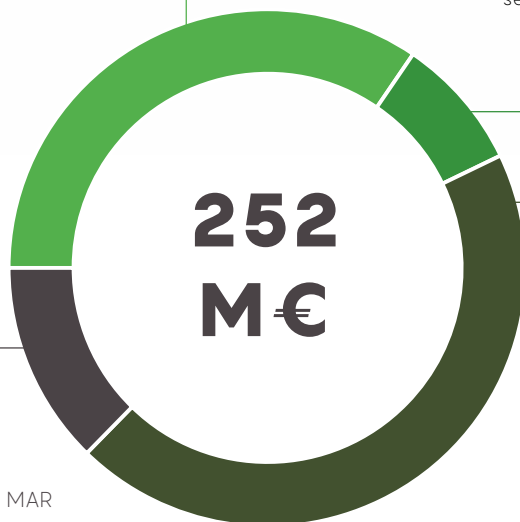
Objetivos

-  Instalação e/ou requalificação de **7 Hubs Azuis** - infraestruturas (novas e existentes) costeiras com acesso à água, laboratórios e zonas de teste, locais para prototipagem, *scale-up* pré e industrial e espaço de incubação e alavancagem de empresas.
-  Modernização, do reforço da oferta de formação e da renovação com equipamento da **Escola do Hub Azul**

TRANSIÇÃO VERDE E DIGITAL E SEGURANÇA NAS PESCAS | **21 M€**



Objetivos

-  **70 projetos** que apoiam a inovação, a transição energética e a redução do impacto ambiental para entidades do setor da pesca




CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA DO ATLÂNTICO E PLATAFORMA NAVAL | **112 M€**

Objetivos

-  Criação de um **Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval**, que contribuirão para a preservação do valor dos serviços ecossistémicos e para a "Saúde dos Oceanos", fazendo a defesa do meio e do território, mantendo a preservação das cadeias de valor das diversas indústrias oceânicas e reforçando a capacidade operacional e científica do país.
-  Reforçar as qualificações intermédias e superiores especializadas do setor naval, através da **Academia do Arsenal do Alfeite**.

DESENVOLVIMENTO DO "CLUSTER DO MAR DOS AÇORES" | **32 M€**

Objetivos

-  Criação de um **centro experimental de I&D ligado ao Mar** - Tecnopolo MARTEC - na ilha do Faial

COMPONENTE C10 | Mar

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

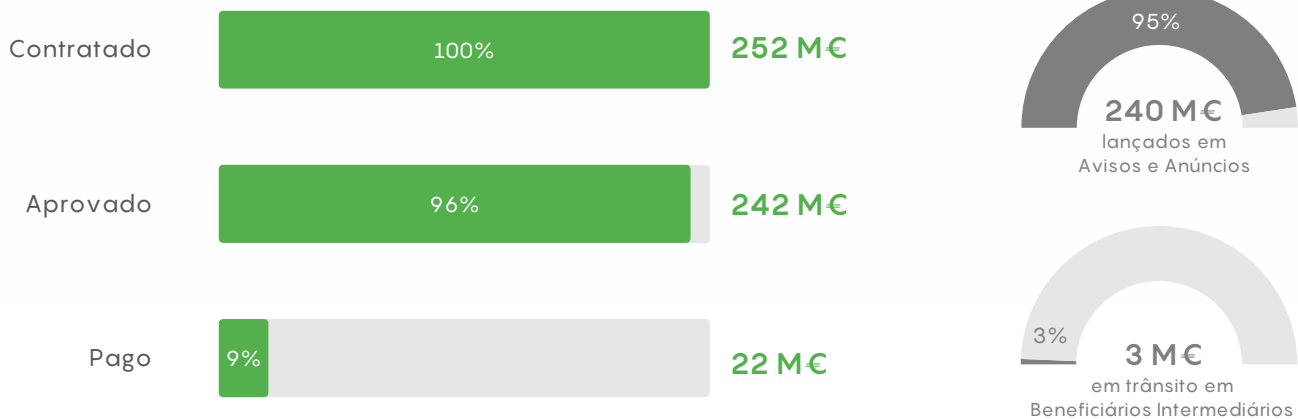
2023



2022

No final de 2021 encontrava-se demonstrado o cumprimento do primeiro dos 10 marcos e metas desta componente, marco relativo à reforma de Reforço da capacidade de financiamento à Economia do Mar e Inovação através do Fundo Azul.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente 10 encontrava-se já totalmente contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. A 31 de dezembro de 2022, o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 242 M€ (96% da dotação orçamental) e tinham sido já pagos 22 M€ a Beneficiários Diretos e Finais. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 240 M €, correspondente a 95% da sua dotação.

COMPONENTE C10 | Mar

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C10-r23	Reforma do Ecosistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: Fundo Azul	100%	13%	87 M€
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	53%	3%	21 M€
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: Ministério da Defesa Nacional-Marinha	100%	4%	110 M€
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: Arsenal do Alfeite, S.A.	100%	38%	2 M€
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	17%	32 M€

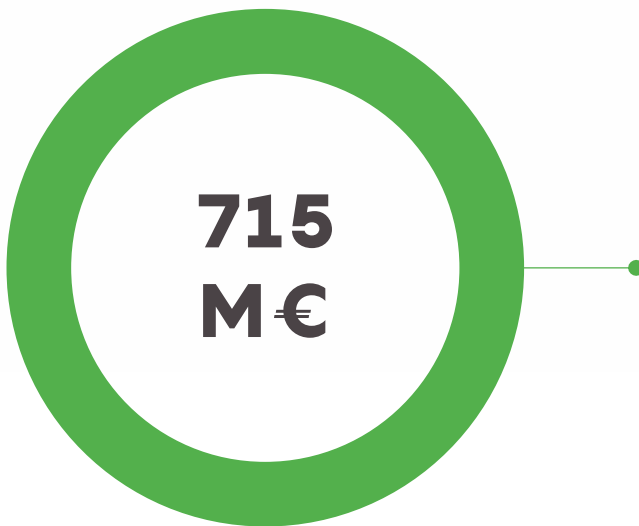
Concretizações | 2022

			Dotação lançada em Avisos e Concursos	Candidaturas Aprovadas em Avisos	Montante Aprovado em Avisos
9	Avisos	HUB AZUL, REDE DE INFRAESTRUTURAS PARA A ECONOMIA AZUL	87 M€	10	87 M€
1	Aviso	TRANSIÇÃO VERDE E DIGITAL E SEGURANÇA NAS PESCAS	11 M€		
16	Concursos Públicos	CENTRO DE OPERAÇÕES E DEFESA DO ATLÂNTICO E PLATAFORMA NAVAL	97 M€		
2	Termos de Aceitação	DESENVOLVIMENTO DO "CLUSTER DO MAR DOS AÇORES"	32 M€	2	32 M€
1	Concurso Público				

COMPONENTE C11 | Descarbonização da Indústria





A **Componente C11 — Descarbonização da Indústria** visa a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

Visão Global e Objetivos



DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA | 715 M€

Objetivos

-  Introdução de **novos processos e tecnologias de baixo carbono na indústria**
-  Adoção de **medidas de eficiência energética na indústria**
-  Incorporação de **energia de fonte renovável e armazenamento de energia**
-  Apoio à **capacitação das empresas e a elaboração de instrumentos de informação**

COMPONENTE C11 | Descarbonização da Indústria

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

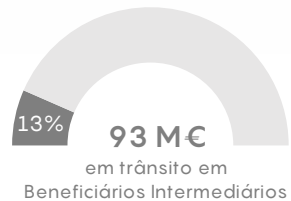
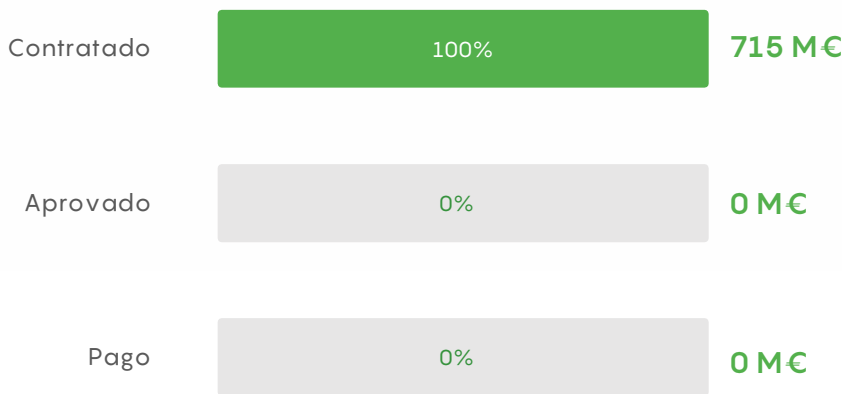
2023



2022

No final de 2022 estava já demonstrado o cumprimento do primeiro de 3 marcos e metas da Componente 11, totalizando o cumprimento de 33% dos mesmos. Este marco, referente a investimentos, cumpriu-se com a abertura do primeiro Concurso para Projetos de Descarbonização Industrial.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente 11 encontra-se já contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários na sua totalidade. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 965 M€, superando a dotação prevista. A 31 de dezembro de 2022 ainda não se encontravam aprovações de projetos de Descarbonização Industrial.

COMPONENTE C11 | Descarbonização da Indústria

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C11-r24	Descarbonização da Indústria	<i>Não estão previstos marcos e metas relativos a esta reforma</i>

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C11-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	0%	0%	715 M€

Concretizações | 2022

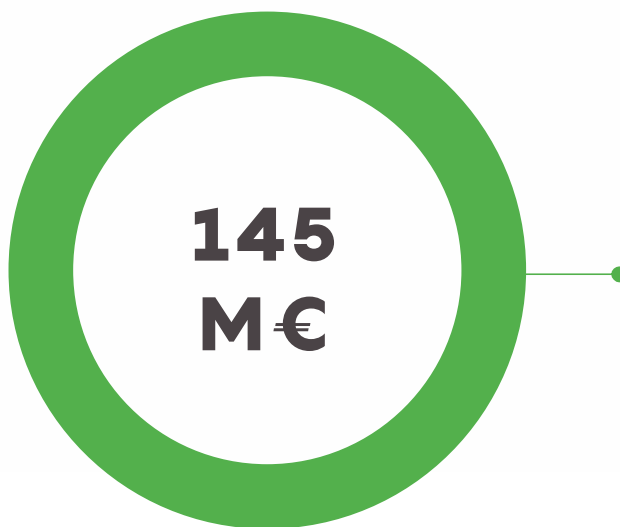


2	Avisos	DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	955 M€
----------	--------	------------------------------	---------------

COMPONENTE C12 | Bioeconomia Sustentável





A **Componente C12 — Bioeconomia Sustentável** pretende desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a Bioeconomia Sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa.

Visão Global e Objetivos



BIOECONOMIA | **145 M€**

Objetivos

-  **Incorporação de materiais de base biológica em 3 setores de atividade económica nacional:** Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural
-  Desenvolver cerca de **17 linhas de investigação, desenvolvimento e inovação**
-  Aumentar o nº de adesões por ano de **resineiros vigilantes**
-  Atribuir apoio financeiro à **beneficiação de 8.500 ha. de povoamentos de pinheiro bravo com potencial para a resinagem**

COMPONENTE C12 | Bioeconomia Sustentável

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Aprovação de projetos para o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e processos da bioeconomia nos setores do têxtil e vestuário, do calçado e da resina natural

2023

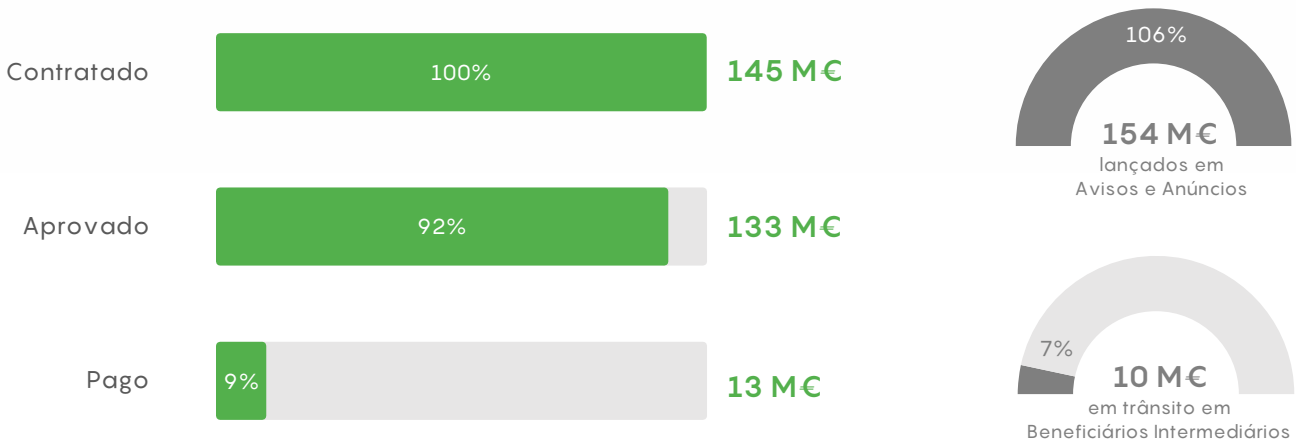


2022

No final de 2022 estavam já cumpridos 50% dos marcos e metas desta componente, incluindo:

- **1 marco referente a reformas:** (i) Regime Geral de Gestão de Resíduos
- **2 marcos referentes a investimentos:** (i) Protocolo 2021 do Programa "Resineiros Vigilantes"; e (ii) Aprovação de projetos para o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e processos da bioeconomia nos setores do têxtil e vestuário, do calçado e da resina natural

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. Em 2022, verificou-se um acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que atingiu os 133 M€ no final do ano, equivalente a 92% da dotação total. Foi pago um total de 13 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, encontrando-se 10 M€ "em trânsito" em Beneficiários Intermediários. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascendeu a 154 M €.

COMPONENTE C12 | Bioeconomia Sustentável

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C12-r25	Bioeconomia Sustentável	50%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem Responsável: Fundo Ambiental	92%	6%	140 M€
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	86%	81%	5 M€

Concretizações | 2022

		Dotação lançada em Avisos e Concursos	Candidaturas Aprovadas em Avisos	Montante Aprovado em Avisos
4	Avisos			
1	Concurso Público			
	BIOECONOMIA	136 M€	3	129 M€

COMPONENTE C13 | Eficiência Energética em Edifícios

O intuito da **Componente C13 - Eficiência Energética dos Edifícios** é tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, designadamente, a melhoria dos níveis de conforto térmico, a redução do montante da fatura e da dependência energética do país, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da qualidade do ar interior, o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral, a redução da pobreza energética, a extensão da vida útil dos edifícios e o aumento da sua resiliência.

Visão Global e Objetivos

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS | **300 M€**

Objetivos



Apoio a medidas passivas

através de janelas eficientes e isolamento



Apoio a medidas ativas

pela instalação de sistemas de climatização, solar térmico e solar fotovoltaico



Eficiência hídrica e utilização de biomateriais

soluções construtivas tendentes à poupança de água, biomateriais e soluções de arquitetura bioclimática

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS | **70 M€**

Objetivos



Renovação energética em edifícios de serviços

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL | **240 M€**

Objetivos



Renovação energética da administração pública central e de instituições de ensino

**610
M€**

COMPONENTE C13 | Eficiência Energética em Edifícios

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

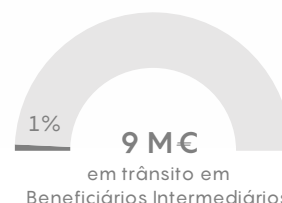
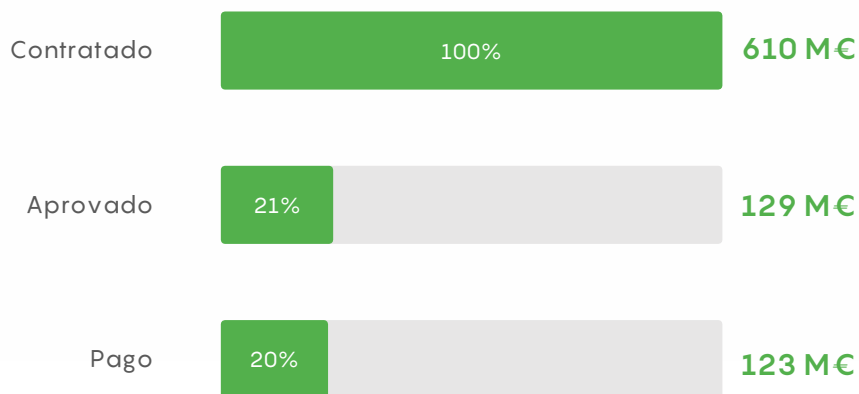
2023



2022

Na componente 13 estão previstas 10 metas. O planeamento de marcos e metas determina que a primeira meta desta componente deverá ser alcançada em 2024.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A 31 de dezembro de 2022, a dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com o Beneficiário Intermediário, registando-se um montante aprovado a Beneficiários Finais de 129 M€ (21%) dos quais foram já pagos 123 M€. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascendia a 411 M€ (67% da respetiva dotação).

COMPONENTE C13 | Eficiência Energética em Edifícios




Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C13-r26	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios	<i>Não estão previstos marcos e metas relativos a esta reforma</i>
C13-r27	Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030)	<i>Não estão previstos marcos e metas relativos a esta reforma</i>
C13-r28	Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética	<i>Não estão previstos marcos e metas relativos a esta reforma</i>

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: Fundo Ambiental	43%	41%	300 M€
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: Fundo Ambiental	0%	0%	240 M€
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: Fundo Ambiental	0%	0%	70 M€

Concretizações | 2022

				 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
1	Aviso	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS	10 M€			
1	Aviso	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL	10 M€			
2	Avisos	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS	30 M€			

COMPONENTE C14 | Hidrogénio e Renováveis

A **Componente C14 — Hidrogénio e Renováveis** tem como objetivo promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Em consequência, fomentar o crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial e reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.

Visão Global e Objetivos

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS | **185 M€**

Objetivos


 **264 MW de energia em gases renováveis**


Produção de hidrogénio ou biometano, exclusivamente a partir de fontes de energia renovável.


ELETRICIDADE RENOVÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA | **69 M€**

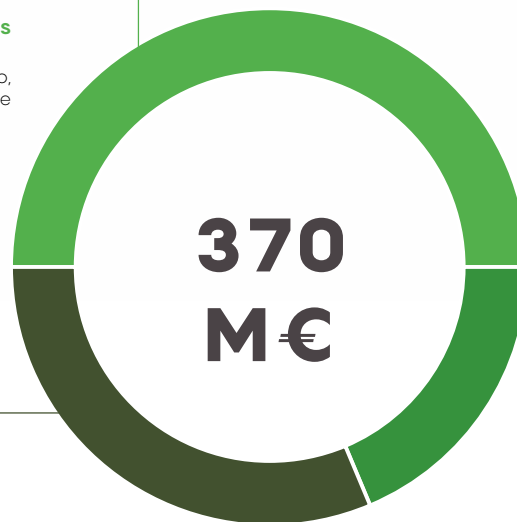
Objetivos

 **Remodelação das centrais hidroelétricas** de Serra de Água e Calheta I

 **Instalação de sistema de baterias** para o reforço da capacidade da produção de eletricidade renovável

 **Instalação de um compensador síncrono**, visando contribuir para a operação segura do sistema elétrico, com recurso integral a energias renováveis

 **Desenvolvimento de redes inteligentes** salientando-se a substituição de 130.000 contadores tradicionais por inteligentes, associados à rede de comunicações, num prazo de 5 anos, a modernização da rede de iluminação pública (8.750 pontos) ou o desenvolvimento de sistemas de carregamento de veículos elétricos inteligentes



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS AÇORES | **116 M€**

Objetivos

 **Aumento da capacidade de produção renovável em 31 MW**

 **Integração de sistemas de armazenamento de energia**

 **Sistemas de produção e energia renovável descentralizada**

COMPONENTE C14 | Hidrogénio e Renováveis

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

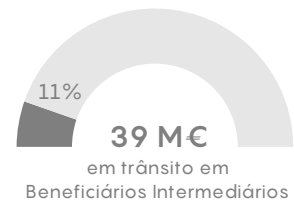
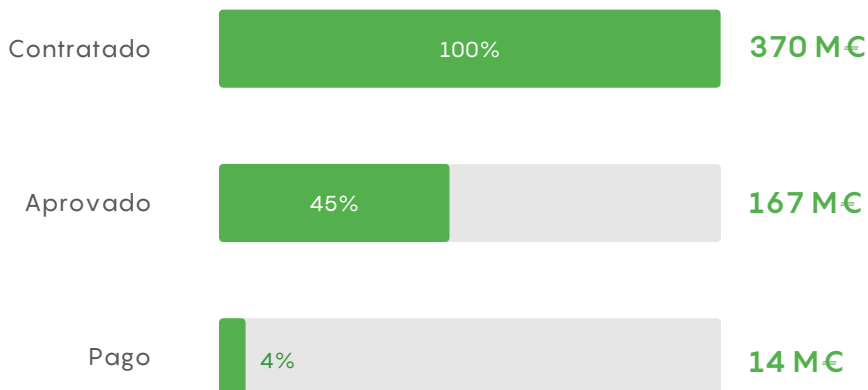
2023



No final de 2022 encontravam-se cumpridos 2 marcos e metas dos 14 previstos na componente 14, totalizando o cumprimento de 14% dos marcos e metas previstos. Estes incluem:

- **1 marco referente a reformas:** (i) Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e Distribuição de Gás
- **1 marco referente a investimentos:** (i) Concurso para Projetos de Produção de Gases Renováveis

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. Em 2022 iniciaram-se as aprovações e pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais. A 31 de dezembro de 2022, o montante aprovado atingiu os 167 M€ e tinham sido pagos 14 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 39 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 251 M€, correspondendo a 68% da dotação.

COMPONENTE C14 | Hidrogénio e Renováveis

Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)




C14-r29 Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)

100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis Responsável: Fundo Ambiental	0%	0%	185 M€
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	69 M€
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	84%	4%	116 M€

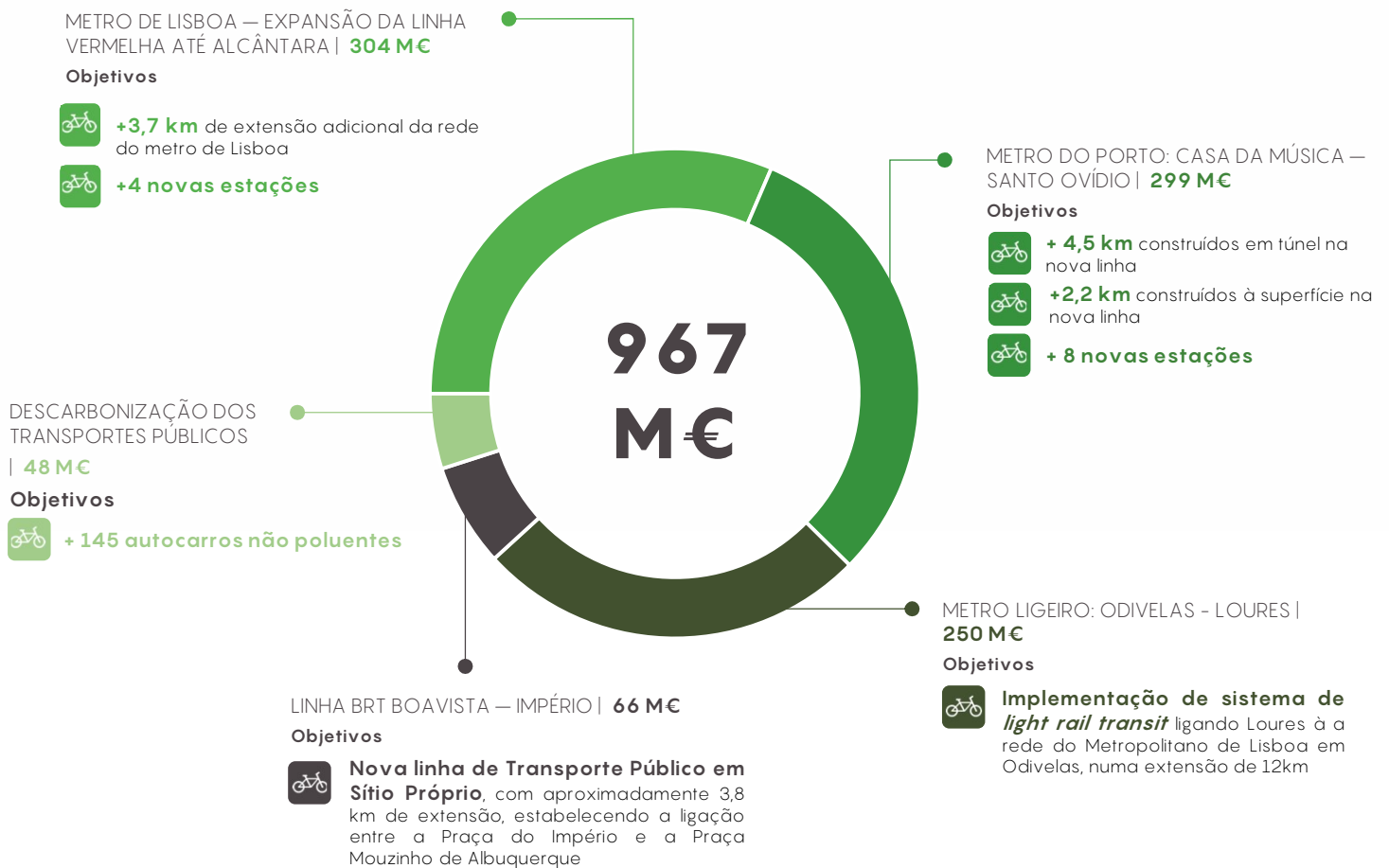
Concretizações | 2022

		 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
1	Orientação Técnica	POTENCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE RENOVÁVEL NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA		69 M€
5	Avisos	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS AÇORES		6
1	Concurso Público	120 M€	62	98 M€

COMPONENTE C15 | Mobilidade Sustentável

A Componente C15 — Mobilidade Sustentável tem como objetivo assegurar o desenvolvimento de projetos robustos, com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo, que promovam o reforço e a utilização crescente do transporte público com a conseqüente redução da dependência do transporte individual rodoviário, que promovam a descarbonização do setor dos transportes, e que tenham um importante contributo para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C15 | Mobilidade Sustentável

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Contrato relativo à construção de uma linha de serviço direto de autocarros movidos a hidrogénio proporcionando ligação à rede de metro do Porto

2023

4º Trimestre

3º Trimestre

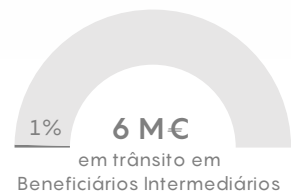
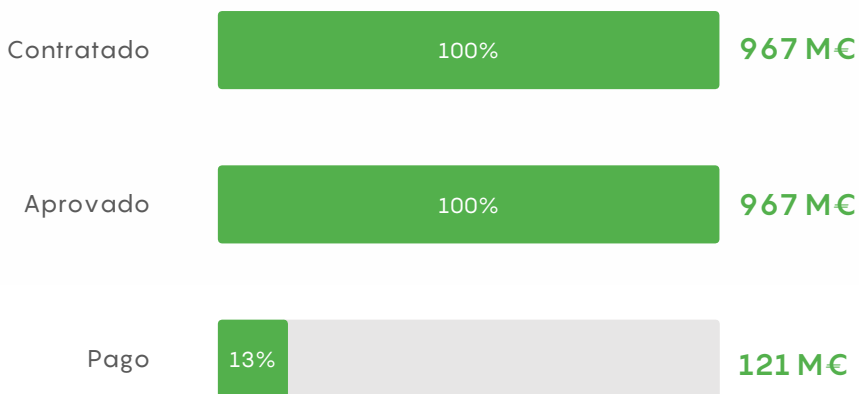
2º Trimestre

1º Trimestre

2022

Em 2022 foi cumprido o primeiro marco relativo à componente 15, referente a investimentos, com a assinatura do contrato relativo à construção de uma linha de serviço direto de autocarros movidos a hidrogénio proporcionando ligação à rede de metro do Porto.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021 e em 2022 completou-se aprovação a Beneficiários Diretos e Finais, que atingiu os 967 M€. Até 31 de dezembro de 2022, foi pago um total de 121 M€ a Beneficiários Diretos e Finais. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 140 M€.

COMPONENTE C15 | Mobilidade Sustentável

Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)

C15-r30 Reforma do Ecosistema dos Transportes

0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara Responsável: Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100%	13%	304 M€
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio Responsável: Metro do Porto, S.A.	100%	14%	299 M€
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures Responsável: Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100%	13%	250 M€
C15-i04	Linha BRT Boavista — Império Responsável: Metro do Porto, S.A.	100%	13%	66 M€
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: Fundo Ambiental	100%	0%	48 M€

Concretizações | 2022

 Dotação lançada em Avisos e Concursos

 Candidaturas Aprovadas em Avisos

 Montante Aprovado em Avisos

23	Contratos Públicos	EXPANSÃO DA REDE DE METRO DE LISBOA — LINHA VERMELHA ATÉ ALCÂNTARA	3 M€
3	Concursos Públicos e Ajustes Diretos	EXPANSÃO DA REDE DE METRO DO PORTO — CASA DA MÚSICA — SANTO OVÍDIO	6 M€
10	Concursos Públicos e Ajustes Diretos	METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE ODIVELAS — LOURES	2 M€
10	Concursos Públicos e Ajustes Diretos	LINHA BRT BOAVISTA — IMPÉRIO	28 M€



PARTE 05

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRR
ANÁLISE POR COMPONENTES DAS DIMENSÕES ESTRUTURANTES

05.4

Transição Digital

COMPONENTE C16 | Empresas 4.0

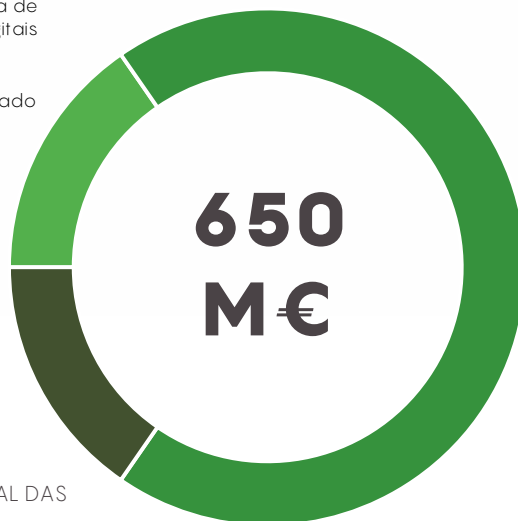
A **Componente C16 — Empresas 4.0**, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.

Visão Global e Objetivos

CAPACITAÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS | 100 M€

Objetivos

-  **+800.000 formandos** em tecnologias digitais
-  **Academia Portugal Digital**
Criação de plataforma e de um programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala
-  **Emprego + Digital 2025**
Programa de especialização enquadrado na "Academia Portugal Digital"






TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS | 450 M€

Objetivos

-  **50 000 PMEs apoiadas**
-  **+ 25 aceleradoras digitais**
-  **+ 30 Test-Beds**
-  **+ 50 bairros de comércio digital**
-  **4 000 empresas com formação teórica e consultoria de apoio**
-  **3 000 vouchers para startups**

CATALISAÇÃO DA TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS | 100 M€

Objetivos

-  **4.000 empresas impactadas por tecnologias-chave** através da criação de Digital Innovation Hubs.
-  **+250.000 utilizadores/milhão de faturas eletrónicas** em resultado do programa para a desmaterialização
-  **+15.000 Certificações de Cibersegurança, Privacidade, Usabilidade e Sustentabilidade**

COMPONENTE C16 | Empresas 4.0

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Lançamento dos programas Academia Portugal Digital e Emprego + Digital, com o objetivo de aumentar as competências digitais da população ativa empregada

Revisão dos conteúdos de formação incluídos no Catálogo Nacional de Qualificações, no domínio das competências digitais, bem como criação de regulamentação relativa à criação de assinaturas e selos digitais

2023

4º Trimestre

3º Trimestre

2º Trimestre

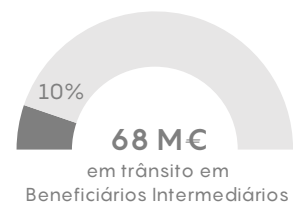
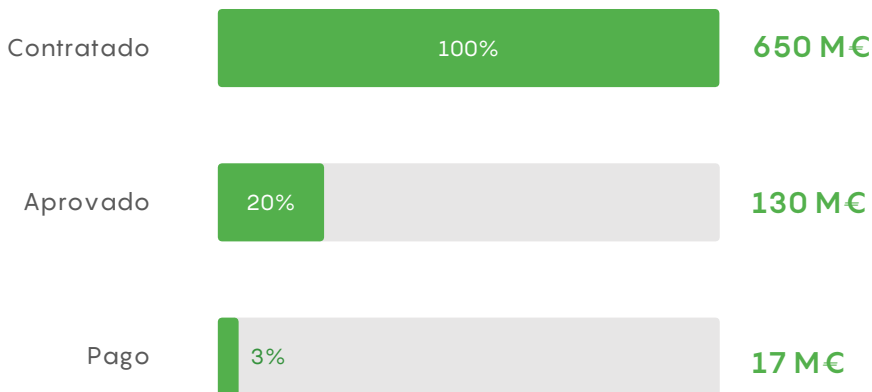
1º Trimestre

2022

No final de 2022 estavam cumpridos 3 marcos e metas da componente 16, totalizando o cumprimento de 20% dos marcos e metas previstos. Desta forma, encontram-se já cumpridos:

- **1 marco referente a reformas:** (i) Revisão dos conteúdos de formação incluídos no Catálogo Nacional de Qualificações, no domínio das competências digitais, bem como criação de regulamentação relativa à criação de assinaturas e selos digitais;
- **1 marco e 1 meta referentes a investimentos:** (i) Lançamento dos programas Academia Portugal Digital e Emprego + Digital, com o objetivo de aumentar as competências digitais da população ativa empregada; (ii) Seleção de 17 Digital Innovation Hubs (DIH).

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C16 | Empresas 4.0

Com a dotação da Componente já totalmente contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021, em 2022, verificou-se um acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais, que atingiu os 130 M€, bem como dos pagamentos aos mesmos, que totalizavam, no final do ano, 17 M€. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 601 M€, correspondendo a 92% da respetiva dotação.

Reformas

CÓDIGO REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C16-r31 Transição digital do tecido empresarial	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	100%	13%	100 M€
C16-i02	Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	4%	1%	450 M€
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	10%	1%	100 M€

Concretizações | 2022

		Dotação lançada em Avisos e Concursos	Candidaturas Aprovadas em Avisos	Montante Aprovado em Avisos
3 Avisos e Orientações Técnicas	CAPACITAÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS	123 M€	2	100
10 Avisos e Orientações Técnicas	TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS	408 M€	3	20
3 Avisos e Orientações Técnicas	CATALISAÇÃO DA TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS	70 M€	1	10





COMPONENTE C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

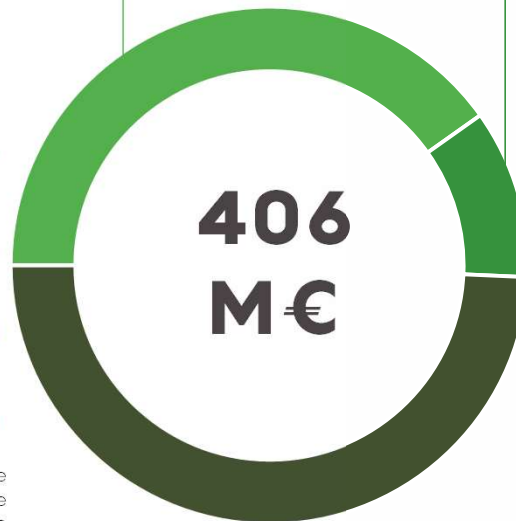
A **Componente C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas** tem como objetivos primordiais a modernização e simplificação da gestão financeira pública, promovendo assim uma mudança estrutural e fundamental para o aumento da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.

Visão Global e Objetivos

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA | 163 M€







Objetivos

-  Solução processual integrada de **gestão dos ciclos da receita e despesa**
-  Solução integrada de **gestão central do Ministério das Finanças**
-  Solução de **reconhecimento das operações gerais do Estado** - Entidade Contabilística Estado
-  Redesenho e implementação do **processo orçamental**, incorporando a orçamentação por programas
-  Definição e implementação do **processo de consolidação global** e sua integração na produção dos indicadores e contas da República
-  Modernização e renovação dos **sistemas de informação**
-  Modernização dos sistemas de informação do **Parque de Veículos do Estado**
-  Redesenho e implementação de **arquiteturas de sistemas** que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação
-  Implementação do **SOC** de forma a permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos dados
-  Consolidação dos dados existentes nos sistemas de **inventariação dos imóveis do Estado**
-  Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à **gestão financeira** em termos de infraestruturas tecnológicas







MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PATRIMONIAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA | 43 M€

Objetivos

-  Digitalização da informação de suporte às **matrizes prediais**
-  Desenvolvimento de sistema de informação de suporte à **avaliação cadastral da propriedade rústica**
-  Desenvolvimento de **sistema de liquidação da propriedade rústica**
-  Desenvolvimento de solução de gestão da **informação georreferenciada**
-  Desenvolvimento de serviços de **pré-preenchimento declarativo** (IMI e ISig)
-  Aquisição de serviços informáticos para a implementação de um **Sistema de Informação de Gestão de Património Imobiliário Público**

TRANSIÇÃO DIGITAL DA SEGURANÇA SOCIAL | 200 M€

Objetivos

-  Reorganização da **conceção do sistema de Segurança Social** e modernização do Sistema de Informação da Segurança Social
-  Desenvolvimento de um **novo modelo de relacionamento** (Visão 360º) que agilize e integre os variados canais de interação do cidadão e da empresa com a Segurança Social
-  **Reformular e adaptar o posto de trabalho** ("Posto de trabalho 21"), viabilizando o recurso a modos mais adaptativos de trabalho (ex. teletrabalho)
-  Implementar **soluções de infraestrutura e suporte** aos sistemas da Segurança Social baseados em soluções *Cloud*

COMPONENTE C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Implementação da aplicação automática do pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com base nos dados de que a Autoridade Tributária e Aduaneira dispõe

2023

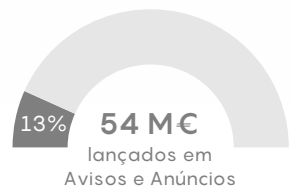
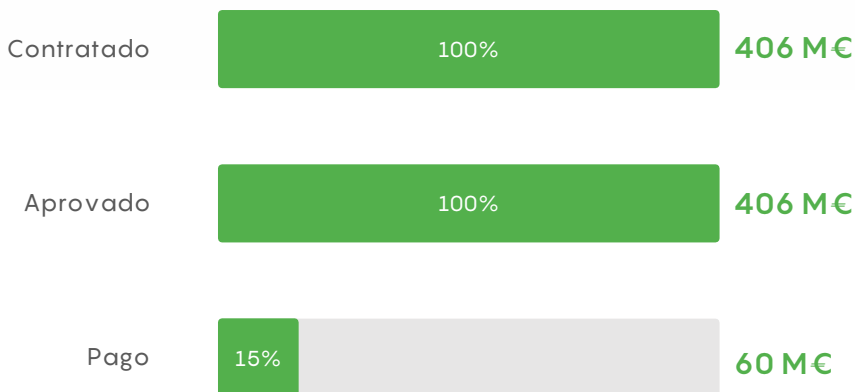


2022

No final de 2022 encontravam-se cumpridos 2 dos 20 marcos e metas (10%) da componente 17, incluindo:

- **1 marco referente a reformas:** (i) Novo modelo de contrato de gestão com sistema de incentivos e penalizações à gestão das empresas públicas;
- **1 marco referente a investimentos:** (i) Implementação da aplicação automática do pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com base nos dados de que a Autoridade Tributária e Aduaneira dispõe.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



COMPONENTE C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

A dotação da Componente encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Intermediários no final de 2021. O valor aprovado alcançou o valor da dotação total da Componente de 406 M€ no mês de janeiro de 2022. O montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia, no final do ano, a 60 M€. Foram lançados 54 M€ em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente.

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 [% marcos e metas cumpridos]
C17-r32	Modernização e Simplificação da Gestão Financeira Pública	13%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública Responsável: Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.	100%	15%	161 M€
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP Responsável: Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.	100%	0%	2 M€
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária Responsável: Autoridade Tributária e Aduaneira	100%	15%	43 M€
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social Responsável: Instituto da Segurança Social, I.P.	100%	13%	19 M€
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social Responsável: Instituto de Informática, I.P.	100%	15%	182 M€

Concretizações | 2022

		Dotação lançada em Avisos e Concursos	Candidaturas Aprovadas em Avisos	Montante Aprovado em Avisos
1 11	Orientação Técnica Concursos Públicos	9 M€	1	2 M€
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA			
5	Concursos Públicos	4 M€		
	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PATRIMONIAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA			
18	Concursos e Contratos Públicos	11 M€		
	TRANSIÇÃO DIGITAL NA SEGURANÇA SOCIAL			

COMPONENTE C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Os objetivos da **Componente C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios** são robustecer e tornar mais eficientes as relações dos cidadãos e empresas com o Estado, bem como reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam sobre a produtividade. Com esta Componente pretende-se a diminuição da carga administrativa e regulamentar enfrentada pelas empresas, atuando especificamente ao nível dos Licenciamentos, na área da Insolvência e nos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como no aumento da eficiência dos Tribunais.

Visão Global e Objetivos

JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS | **267 M€**

Objetivos



Plataformas digitais dos tribunais e meios RAL, em todos os tribunais e instâncias, abrangendo cerca de **400 tribunais e 3000 magistrados**:

- novas plataformas de serviços digitais e sistemas de informação;
- plataforma de suporte aos processos de Insolvência e Recuperação;
- sistema de tramitação processual para as Secretarias Judiciais, impactando a atividade de cerca de **7000 oficiais de justiça**;
- Fase 2 do Projeto Tribunal +: Balcão+ eletrónico e Comarca+.



Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas

- **Sistema de informação 'Empresa 2.0'**, (criação, gestão e encerramento) e *-Residency* (para empresas estrangeiras).
- **Plataforma integrada de registos** (civil, comercial, predial e de nacionalidade), abrangendo **434** conservatórias e **4658** trabalhadores.
- **Cartão de Cidadão**: novo serviço que desmaterializa o processo de pedido e entrega do CC.
- **Novos serviços online** e reengenharia dos existentes na plataforma digital da Justiça e no Portal Único Digital Nacional.



Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense

- Modernização dos sistemas de informação na área da investigação criminal.
- Desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção.

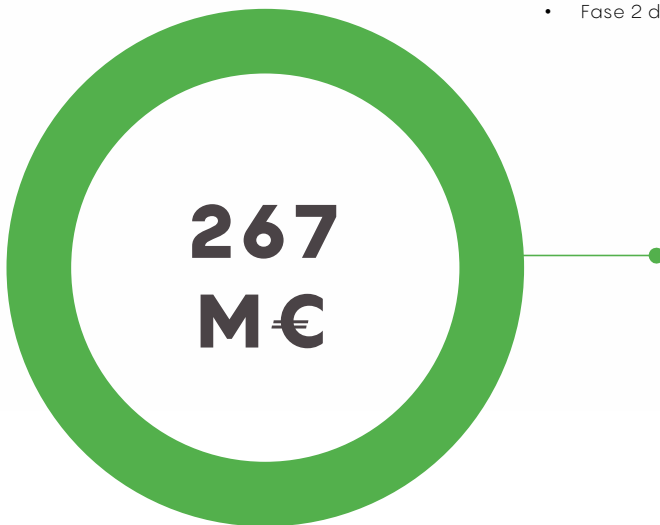


Plataformas de Gestão de Conhecimento

- Plataforma de Serviços Comuns da Justiça.
- Plataforma de Indicadores e Estatísticas da Justiça.
- Plataforma de suporte à criação e gestão de modelos de documentos transversal ao MJ



Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos: redes de comunicações; sistemas hw/sw operativos; criação de *Contact Center* para resposta a mais de **200.000 chamadas/mês**; videoconferência para tribunais, conservatórias e outros serviços da Justiça; novo *service desk* transversal; e criação de *contact center* multicanal da Justiça.



COMPONENTE C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

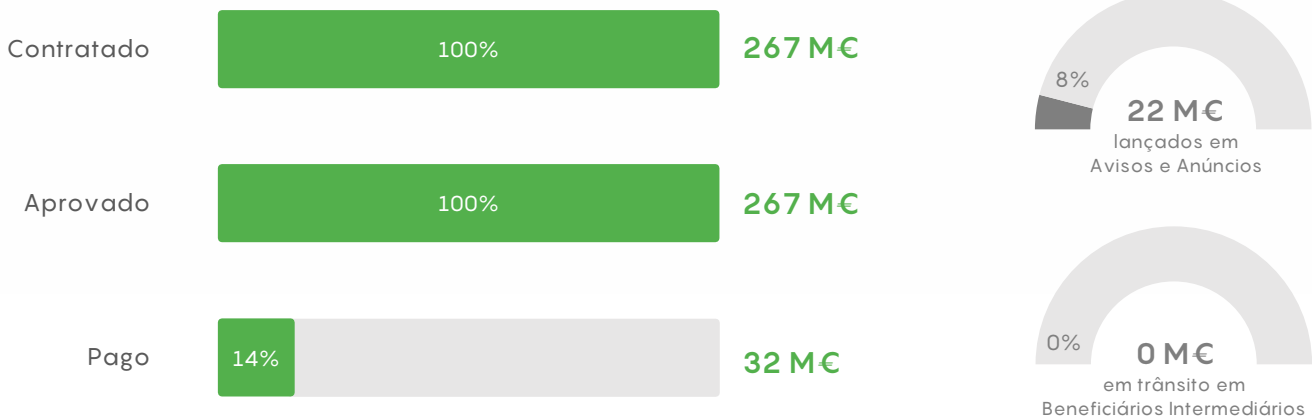
2023



2022

Na componente 18 estão previstos 9 marcos. O planeamento de marcos e metas determina que os primeiros marcos desta componente deverão ser alcançados apenas em 2023.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



Com o valor da dotação da Componente de 267 M€ totalmente contratada com os Beneficiários Diretos desde 2021, igualando nesta situação o valor aprovado, os pagamentos a beneficiários ascendiam, a 31 de dezembro de 2022, a 32 M€ (14%). O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 22 M €.

COMPONENTE C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Reformas

CÓDIGO REFORMA

 ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)

C18-r33 Justiça económica e ambiente de negócios

0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C18-i01.01	Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	100%	15%	142 M€
C18-i01.02	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/IRN Responsável: Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.	100%	13%	43 M€
C18-i01.03	Justiça económica e ambiente de negócios/DGPIJ Responsável: Direcção-Geral da Política de Justiça	100%	12%	28 M€
C18-i01.04	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/DGAJ Responsável: Direcção-Geral da Administração da Justiça	100%	13%	16 M€
C18-i01.05	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PJ Responsável: Polícia Judiciária	100%	13%	19 M€
C18-i01.06	Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	100%	13%	10 M€
C18-i01.07	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/INMLCF Responsável: Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.	100%	13%	4 M€
C18-i01.08	Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: Instituto Nacional da Propriedade Industrial	100%	11%	2 M€
C18-i01.09	Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça	100%	21%	1 M€
C18-i01.10	Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: Procuradoria Geral da República	100%	16%	1 M€
C18-i01.11	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM Responsável: Conselho Superior da Magistratura	100%	21%	0,6 M€
C18-i01.12	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/STA Responsável: Supremo Tribunal Administrativo	100%	0%	0,3 M€

Concretizações | 2022


 Dotação lançada em Avisos e Concursos


 Candidaturas Aprovadas em Avisos


 Montante Aprovado em Avisos

27

Concursos Públicos e Ajustes Diretos

JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

22 M€




COMPONENTE C19 | Administração Pública Mais Eficiente

A **Componente C19 – Administração Pública Mais Eficiente** pretende providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promovendo a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Visão Global e Objetivos




REFORMULAR O ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM A CRIAÇÃO DO PORTAL DIGITAL ÚNICO NACIONAL, O REDESENHO DE SERVIÇOS DIGITAIS MAIS UTILIZADOS E O DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO MULTICANAL | **188 M€**

Objetivos

-  **Portal Único de Serviços Digitais** que se assuma como “Loja do Cidadão Virtual” e que permita tratar de forma digital e desmaterializada os principais serviços da AP.
-  **Centro de Contacto** que permita tratar dos principais serviços através deste canal.
-  Expandir a **rede de Lojas de Cidadão**, de **Espaços Cidadão** e de **Espaços de Cidadão Móveis**, e chegar a quem não consiga aceder aos serviços digitais.


CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E GESTÃO DO FUTURO | **88 M€**

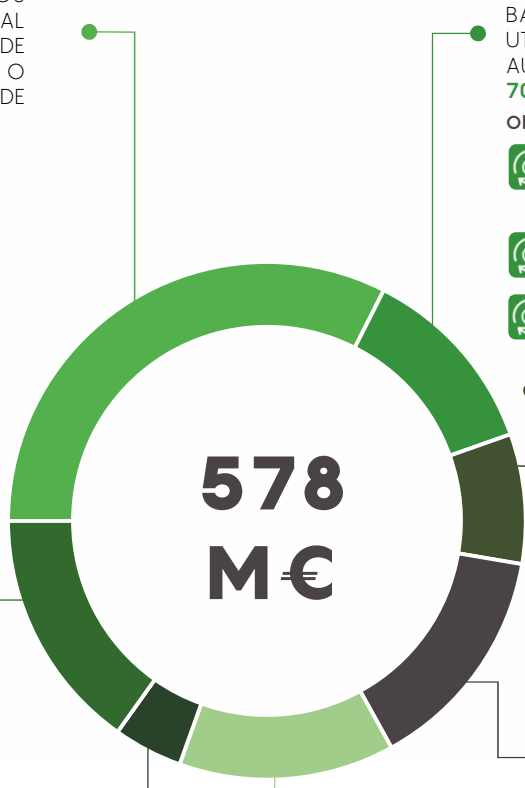
Objetivos

-  **Programas de capacitação para trabalhadores da Administração Pública:** “Infoexclusão Zero”; “AP Digital 4.0” e “Formação superior e avançada em gestão e administração”.
-  **Programa Qualifica AP** (Plano de Ação 2021-2026) para a implementação dos objetivos do Programa Qualifica AP
-  **Programa de estágios profissionais** na Administração Pública

MODERNIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL (AÇORES) | **25 M€**




Objetivos

-  **Programas de investimento:**
 - “APR + Acessível, Inclusiva e Aberta”
 - “APR + Serviços mais ágeis”
 - “APR + Proativa”
 - “APR + Apta para o Futuro”
-  **Infraestrutura digital** na Administração Pública Regional – Mobile.GOV





SERVIÇOS ELETRÓNICOS SUSTENTÁVEIS, BASEADOS NA INTEROPERABILIDADE E UTILIZAÇÃO DOS DADOS PARA UM AUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA | **70 M€**

Objetivos

-  **Incrementar a governação e capacidade de reutilização segura dos dados** na AP.
-  **Reforçar o serviço Dados.Gov** enquanto portal de dados abertos da AP.
-  **Criação de infraestruturas integradas para fins específicos.**





REFORÇO DO QUADRO GERAL DE CIBERSEGURANÇA NA BASE DA CONFIANÇA PARA A ADOÇÃO DOS SERVIÇOS ELETRÓNICOS | **47 M€**

Objetivos

-  **Reforçar a capacitação em cibersegurança** e segurança da informação
-  Criar as condições tecnológicas para a implementação do **novo modelo de coordenação da cibersegurança** e da segurança da informação.







INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS DIGITAIS EFICIENTES, SEGURAS E PARTILHADAS | **83 M€**

Objetivos

-  Intervencionar a **Rede Informática do Governo** tornando-a mais resiliente.
-  Investir na melhoria da cobertura e capacidade da **Rede de Comunicações de Emergência do Estado**.
-  Renovar a **arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras**, cooperação policial e judiciária e asilo.
-  **Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos** das Forças e Serviços de Segurança (FSS).

TRANSIÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA RAM | **78 M€**

Objetivos

-  Inovação, Modernização e **Digitalização do Destino “Madeira”**
-  **Cultura + Digital**
-  Fomentar a **Floresta 4.0**
-  Digitalização na área dos **transportes**
-  **Modernização, reorganização e qualificação** da Administração Pública.
-  **Data Science** nos setores do Mar, Turismo e Transportes.

COMPONENTE C19 | Administração Pública Mais Eficiente

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Sistema seguro de comunicações móveis para funcionários públicos

2023

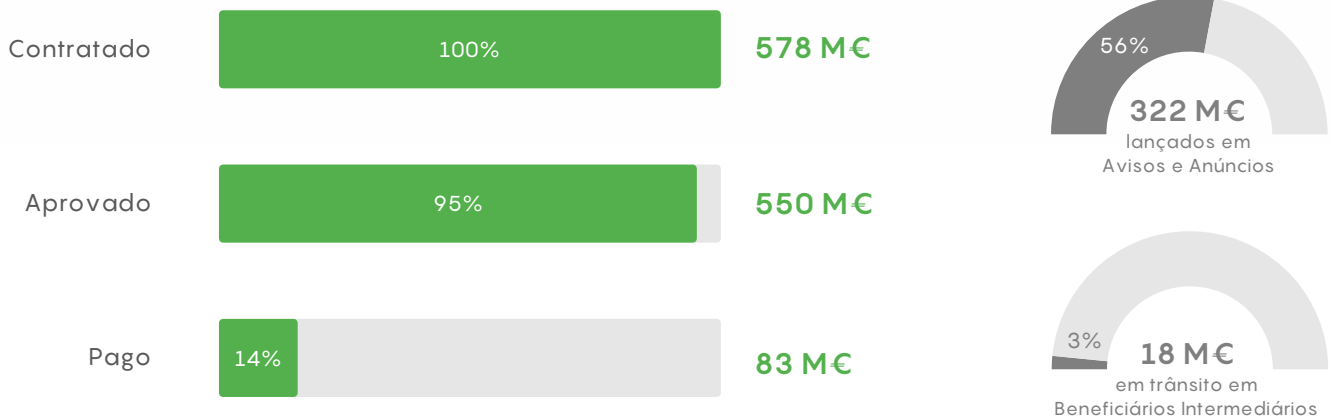


2022

No final de 2022 encontravam-se cumpridos 3 marcos e metas dos 24 previstos na componente 19, correspondendo ao cumprimento de 13% do total de marcos e metas previstos nesta componente. Desta forma, encontram-se já cumpridos:

- **2 marcos referentes a reformas:** (i) Quadro jurídico para a Transformação Digital da Administração Pública; e (ii) Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P.
- **1 meta referente a investimentos:** (i) Sistema seguro de comunicações móveis para funcionários públicos.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A totalidade da dotação da componente 19, 578 M€, ficou plenamente contratada a partir do mês de abril de 2022, tendo o montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais atingido os 550 M€ (95%) no final do ano. Foi pago um total de 83 M€ a Beneficiários Diretos e Finais, aos quais acresce um montante de 18 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente totalizou a 322 M €.

COMPONENTE C19 | Administração Pública Mais Eficiente

Reformas




CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022 (% marcos e metas cumpridos)
C19-r34	Serviços Públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	100%
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da Administração Pública	0%
C19-r36	Administração Pública capacitada para a Criação de Valor Público	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	99%	16%	137 M€
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE Responsável: Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	100%	22%	51 M€
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	95%	15%	65 M€
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: Instituto Nacional de Estatística	100%	13%	4,6 M€
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos Responsável: Gabinete Nacional de Segurança (GNS)	87%	11%	47 M€
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: Centro de Gestão da Rede Informática do Governo - CEGER	100%	33%	13 M€
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	13%	62 M€
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	13%	8 M€
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	69 M€
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	9 M€
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	18%	25 M€
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública — INA Responsável: Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA, I.P.)	87%	13%	34 M€
C19-i07.02	C19 – i07.02 – Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 Responsável: Secretaria Geral Presidência do Conselho de Ministros	100%	0%	2,3 M€
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	100%	14%	1,4 M€
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública – PlanAPP Responsável: Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração (PLANAPP)	100%	13%	12 M€
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: Direcção-geral da Administração e do Emprego Público	68%	0%	38 M€

COMPONENTE C19 | Administração Pública Mais Eficiente

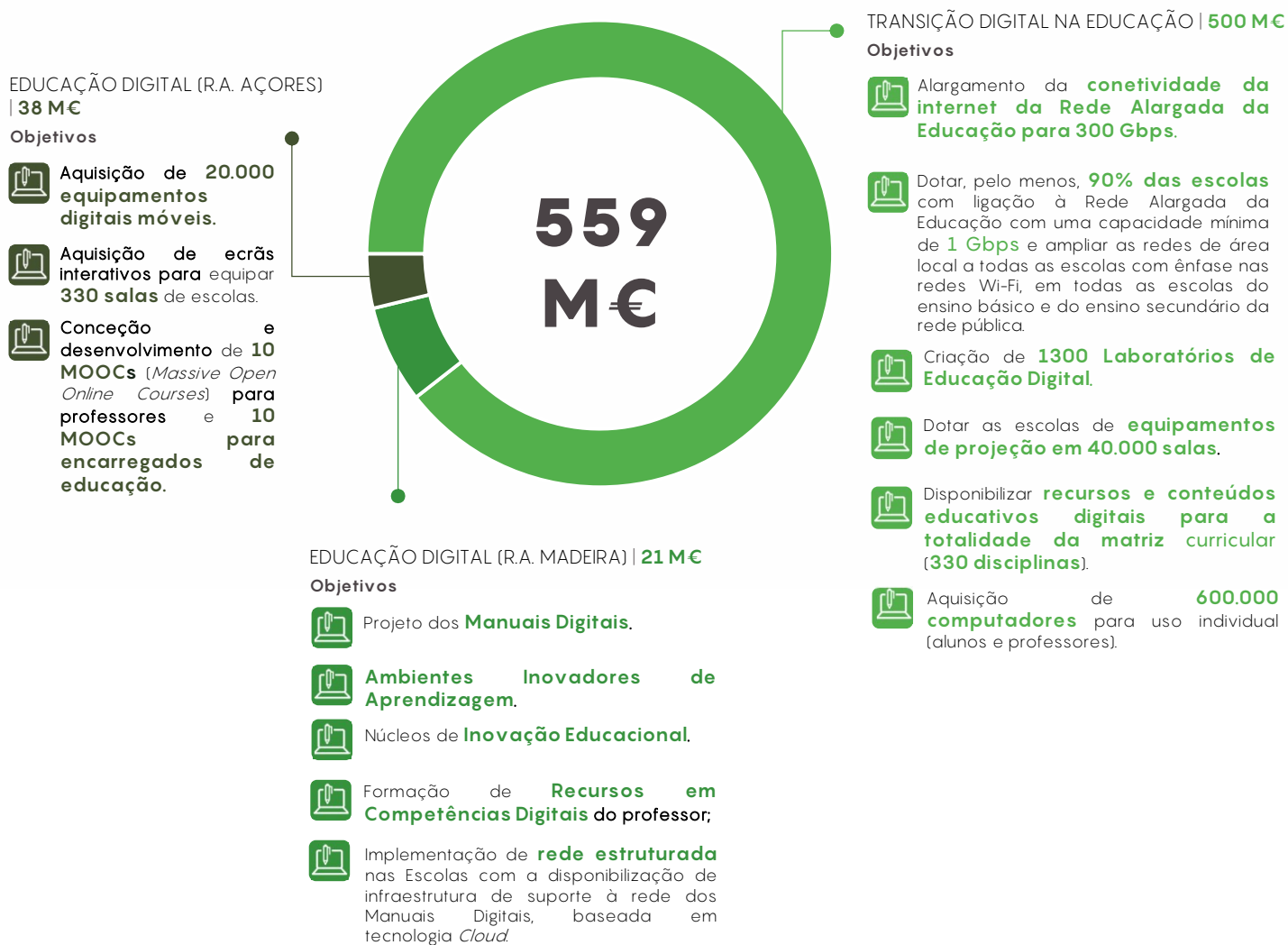
Concretizações | 2022

			 Dotação lançada em Avisos e Concursos	 Candidaturas Aprovadas em Avisos	 Montante Aprovado em Avisos
1	Orientação Técnica	REFORMULAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSULARES	55 M€	3	23 M€
	31 Concursos e Contratos Públicos				
29	Concursos e Contratos Públicos	SERVIÇOS ELETRÓNICOS SUSTENTÁVEIS	37 M€		
2	Consultas Prévias	REFORÇO DO QUADRO GERAL DE CIBERSEGURANÇA	0,1 M€		
1	Orientação Técnica	INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS DIGITAIS EFICIENTES, SEGURAS E PARTILHADAS	29 M€	1	8 M€
	6 Concursos Públicos				
2	Orientações Técnicas	TRANSIÇÃO DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA RAM	78 M€	5	78 M€
5	Termos de Aceitação	MODERNIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAA	25 M€	9	25 M€
3	Avisos	CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41 M€	138	29 M€
	4 Concursos Públicos e Ajustes Diretos				

COMPONENTE C20 | Escola Digital

No arranque dos investimentos do PRR, a garantia da acessibilidade ao ensino para todos, através dos meios digitais, ganhou o topo das prioridades. O principal objetivo da **Componente C20 - Escola Digital** é criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

Visão Global e Objetivos



COMPONENTE C20 | Escola Digital

Execução



MARCOS E METAS CUMPRIDOS EM 2022

Não estava previsto o cumprimento de Marcos e Metas em 2022

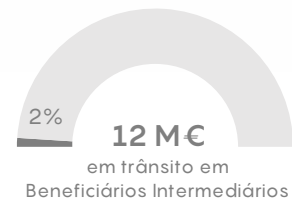
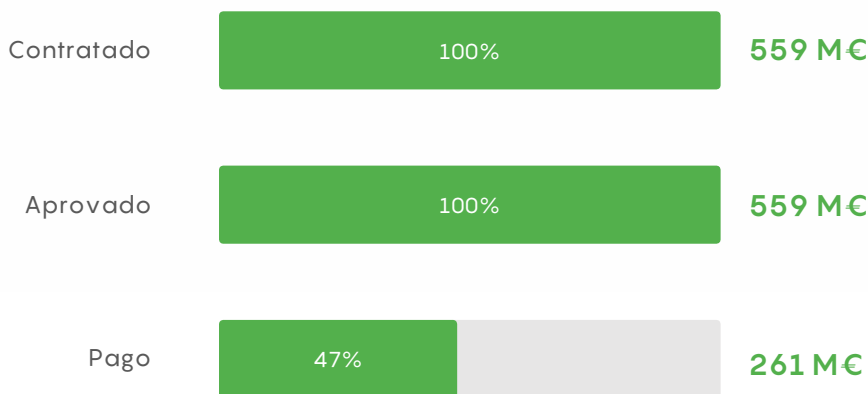
2023



2022

Na Componente 20 regista-se o cumprimento de 1 marco (6%) referente a investimentos, alcançado com a assinatura de contratos para a aquisição de 600.000 computadores individuais para alunos e professores.

Implementação Financeira da Componente a 31.12.2022



A 31 de dezembro de 2022 a dotação da Componente encontrava-se já toda contratada e aprovada a Beneficiários Diretos e Finais. O montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 261 M€, correspondendo a 47% da dotação total, aos quais acresce um montante de 12 M€ pago a Beneficiários Intermediários que se encontra “em trânsito”. O montante lançado em Avisos de Abertura e Concursos Públicos nesta componente ascende a 543 M €.

COMPONENTE C20 | Escola Digital

Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 31.12.2022
(% marcos e metas cumpridos)

C20-r37 Reforma para a educação digital

0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 31.12.2022	PAGO A 31.12.2022	DOTAÇÃO
C20-i01.01	Transição digital na Educação Responsável: Secretaria-Geral da Educação e Ciência	100%	14%	272 M€
C20-i01.02	Transição digital na Educação Responsável: Secretaria-Geral da Educação e Ciência	100%	92%	228 M€
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores) Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	25%	38 M€
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	21 M€

Concretizações | 2022

		
Dotação lançada em Avisos e Concursos	Candidaturas Aprovadas em Avisos	Montante Aprovado em Avisos

1	Orientação Técnica	TRANSIÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO	299 M€	8	266 M€
	2				
5	Termos de Aceitação	EDUCAÇÃO DIGITAL (AÇORES)	38 M€	48	38 M€
1	Orientação Técnica	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA RAM	21 M€	59	21 M€



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 06

BALANÇO DE MARCOS E METAS



PARTE 06

BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.1

Marcos e Metas 2022

06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.1 Marcos e Metas

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, que aprovou o PRR, estabelece no seu anexo 341 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada através da submissão de pedidos de pagamento.

Durante o ano de 2022, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia dois Pedidos de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o **cumprimento de 58 Marcos e Metas** previstos para os respetivos período de implementação.

- 1º Pedido de Pagamento (Janeiro 2022): **34 Marcos e 4 Metas**, dos quais 17 referentes a Investimentos e 21 referentes a Reformas;
- 2º Pedido de Pagamento (Setembro 2022): **18 Marcos e 2 Metas**, dos quais 18 referentes a Investimentos e 2 referentes a Reformas.

Figura 6 : Cumprimento de Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento



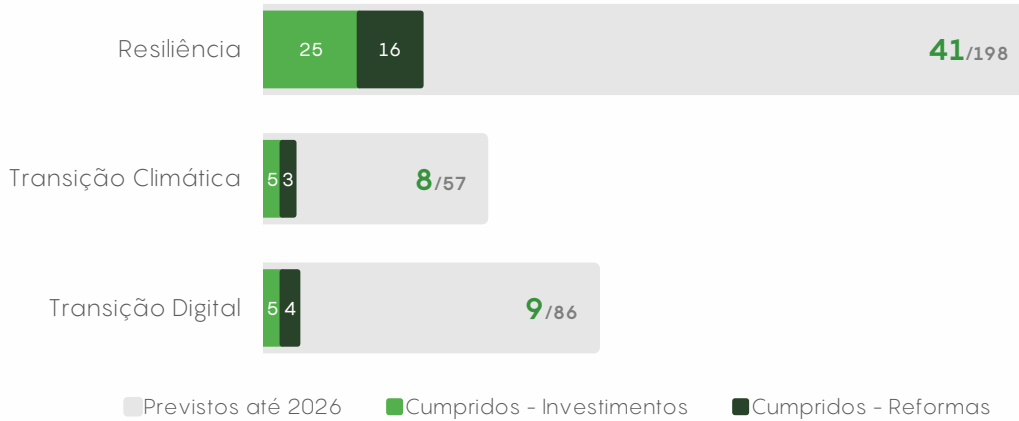
No que respeita às Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: **41 Marcos e Metas**, dos quais 25 relativos a investimentos e 16 relativos a reformas;
- Transição Climática: **8 Marcos e Metas**, dos quais 5 relativos a investimentos e 3 relativos a reformas;
- Transição Digital: **9 Marcos e Metas**, dos quais 5 relativos a investimentos e 4 relativos a reformas;

06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

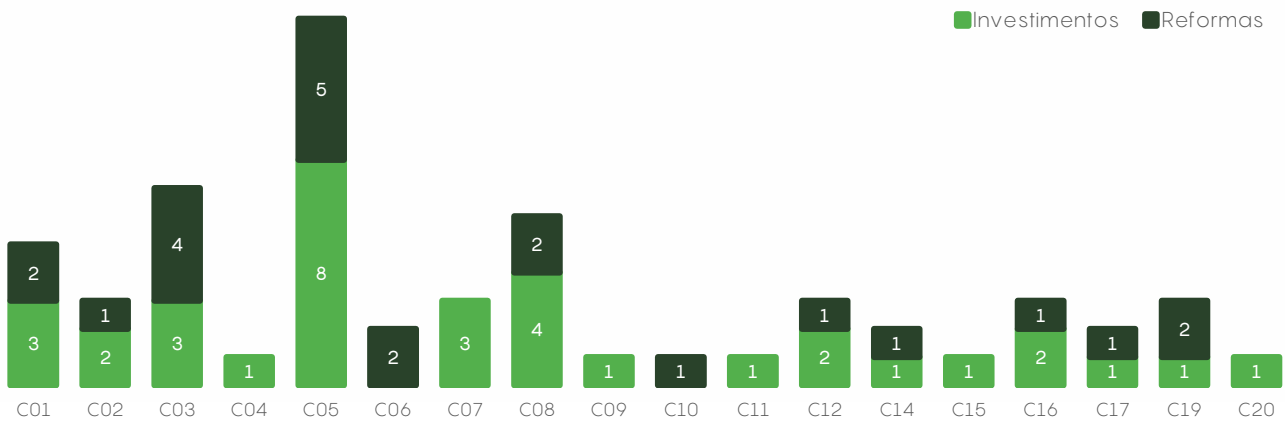
06.1 Marcos e Metas

Figura 7 : Cumprimento dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento por Dimensão Estruturante



A figura seguinte mostra a distribuição por componente dos marcos e metas cujo cumprimento foi demonstrado no âmbito do 1º e 2º Pedido de Pagamento.

Figura 8 : Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento





PARTE 06

BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2

Implementação Financeira do PRR

06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2 Implementação Financeira

INDICADORES DE IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

Durante o ano de 2022, concluiu-se a contratação da totalidade da dotação orçamental do PRR com beneficiários diretos e beneficiários intermediários (16.644 milhões de euros).

Até 31 de dezembro de 2022, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 11.251 milhões de euros (68% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 1.022 milhões de euros (6% da dotação do PRR). Assim, é possível verificar que quase 3/4 da dotação do PRR já foi lançada (74%).

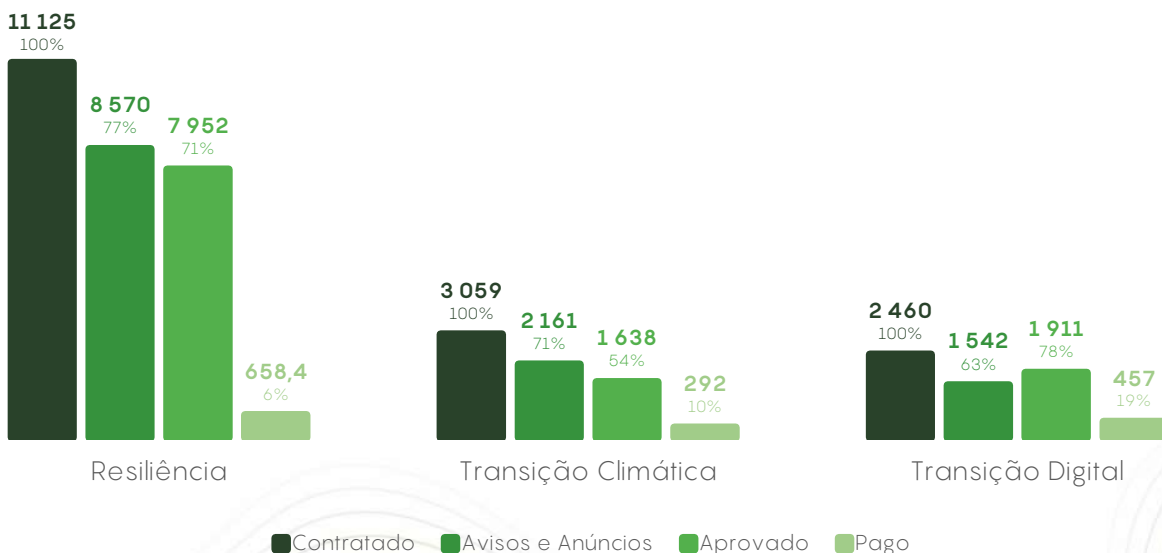
O montante de projetos aprovados de Beneficiários Diretos e Finais totaliza 11.502 milhões de euros, 69% da dotação do PRR. Os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam no final de 2022 a 1.408 milhões de euros, 8% da dotação do PRR.

Figura 9 : Implementação Financeira Global a 31.12.2022



As três dimensões estruturantes do PRR – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital – encontravam-se com os seguintes níveis de implementação financeira representados na figura seguinte.

Figura 10 : Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 31.12.2022, milhões de euros

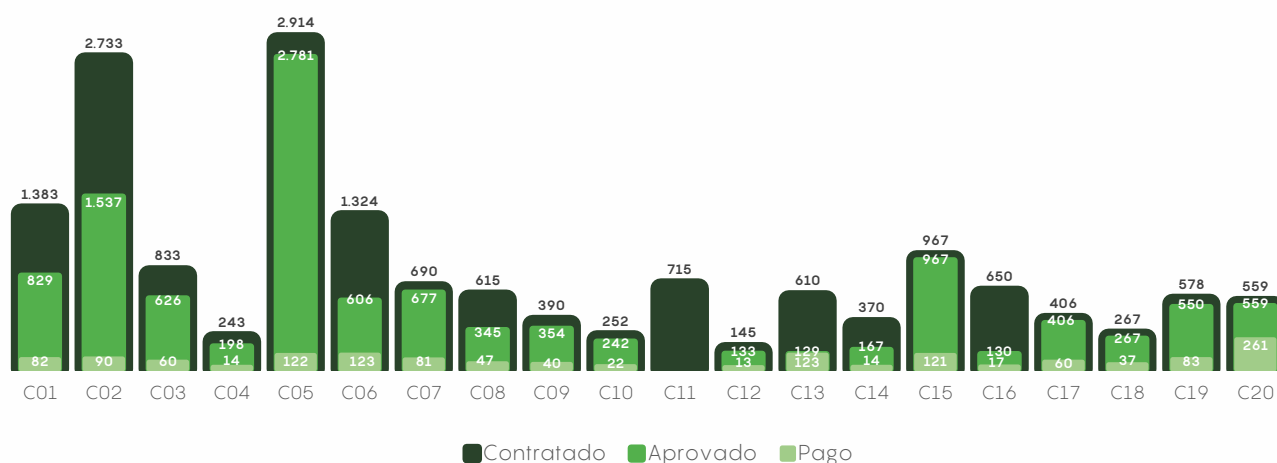


06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2 Implementação Financeira

A figura seguinte mostra os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 20 componentes do PRR. De notar que o montante contratado da componente já se encontrava totalmente aprovado para 4 componentes: C15 - Mobilidade Sustentável, C17 - Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas, C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios, e C20 - Escola Digital.

Figura 11 : Implementação Financeira por componente a 31.12.2022, milhões de euros



A tabela que se segue apresenta a divisão por tipo de beneficiário direto/final dos avisos lançados, e dos anúncios e contratos públicos comunicados pelos beneficiários diretos. Apresenta ainda os montantes aprovados e pagos por tipo de beneficiário direto ou final.

Tabela 3: Implementação Financeira por tipologia de beneficiário a 31.12.2022

	Concursos Públicos	Avisos			Beneficiários Diretos e Finais	
	Lançados (M€)	Dotação (M€) ¹	Candidaturas Submetidas ²	Candidaturas Aprovadas ^{3,4}	Aprovado (M€)	Pago (M€)
Famílias	0	1.543	114.735	75.185	136	123
Instituições da Economia Solidária e Social	0	703	4.094	2.599	270	34
Empresas	0	4.013	22.203	14.403	2.829	153
Instituições do Sistema C&T	0	380	429	108	131	9
Instituições de Ensino Superior	0	399	562	201	609	41
Escolas	210	834	1.192	705	247	212
Autarquias e Áreas Metropolitanas	0,3	891	2.057	655	1.090	103
Entidades Públicas	502	1.682	1.365	701	4.004	453
Empresas Públicas	310	806	132	97	2.186	279
Total	1.022	11.251	144.349	93.119	11.502	1.408

¹ A distribuição da dotação dos avisos por tipo de beneficiário é uma previsão *ex-ante*.

^{2,3} No caso dos projetos em consórcio (C05-i01 - Agendas/Aliações mobilizadoras para a Inovação Empresarial e Agendas/Aliações verdes para a Inovação Empresarial e C12-i01 - Bioeconomia: Projetos Integrados), contabilizou-se o nº de participantes nas candidaturas submetidas e aprovadas por tipo de beneficiário. O valor total corresponde ao nº total de candidaturas submetidas e aprovadas excluindo duplicações, razão pela qual este valor não corresponde à soma da coluna respetiva.

⁴ Excluindo candidaturas anuladas e desistências.

06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2 Implementação Financeira

A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS II de Portugal, e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela que se segue, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 31 de dezembro de 2022, tinha sido aprovado um montante equivalente a 1.112 euros por habitante no território nacional, e pago um montante equivalente a 136 euros por habitante.

Tabela 4 : Implementação Financeira por região NUTS II e *per capita*, a 31.12.2022

	Beneficiários Diretos e Finais		Por habitante ¹	
	Aprovado (M€)	Pago (M€)	Aprovado (€/habitante)	Pago (€/habitante)
Norte	2.365	221	659	62
Centro	1.223	110	549	49
Área Metropolitana de Lisboa	6.040	830	2.104	289
Alentejo	390	44	554	62
Algarve	273	33	584	71
Região Autónoma da Madeira	593	77	2.366	308
Região Autónoma dos Açores	501	77	2.120	325
Projetos Nacionais	117	15	11	1
	11.502	1.408	1.112	136

¹População residente (n.º) por Local de residência - Censos 2021

FLUXOS DE TESOURARIA

Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR, nos termos do disposto no artigo 13º do Regulamento (EU) 2021/241, a 3 de agosto de 2021, no seguimento da aprovação dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento corresponde a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros pela vertente subvenções e 351 milhões de euros pela vertente empréstimos.

O recebimento dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de metas e marcos, estando prevista a submissão de 10 pedidos de pagamento até 2026, dos quais dois foram já submetidos.

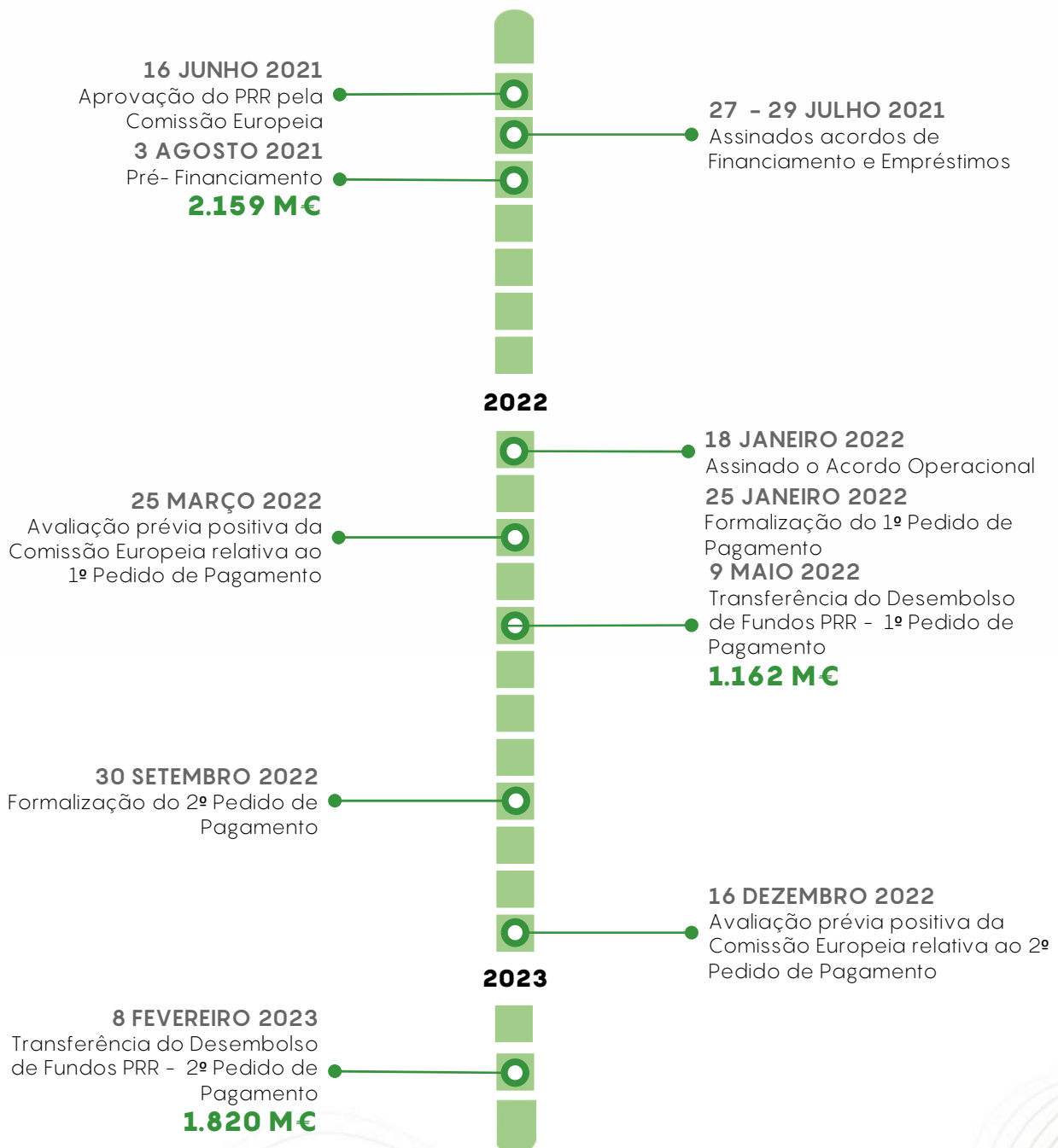
O 1º Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no recebimento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2 Implementação Financeira

O 2º Pedido de Pagamento foi formalizado a 30 de setembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros, tendo recebido avaliação positiva da Comissão Europeia a 16 de dezembro. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do 2º Pedido de Pagamento, que viria a ser realizado a 8 de fevereiro de 2023, Portugal já recebeu 5.151 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR contratada com a Comissão Europeia.

Figura 12: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos



06. BALANÇO DE MARCOS E METAS

06.2 Implementação Financeira

A 31 de dezembro de 2022, tinham já sido pagos 714 M€ a Beneficiários Diretos e 694 M€ a Beneficiários Finais, tendo sido transferidos 2.028 M€ para Beneficiários Intermediários.

A figura seguinte representa a distribuição feita dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final de 2022. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021 a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento, e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos. A diferença entre os valores recebidos por Beneficiários Intermediários e os valores efetivamente pagos por estes a Beneficiários Finais, indica-se como montantes “em trânsito em Beneficiários Intermediários”, que ascendiam no final 2022 a 1.334 M€.

Figura 13: Fluxos de Tesouraria do PRR a 31.12.2022





PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 07

**IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS E
INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS**

07. IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS, INDICADORES COMUNS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

07.1 IMPACTO NOS PILARES EUROPEUS

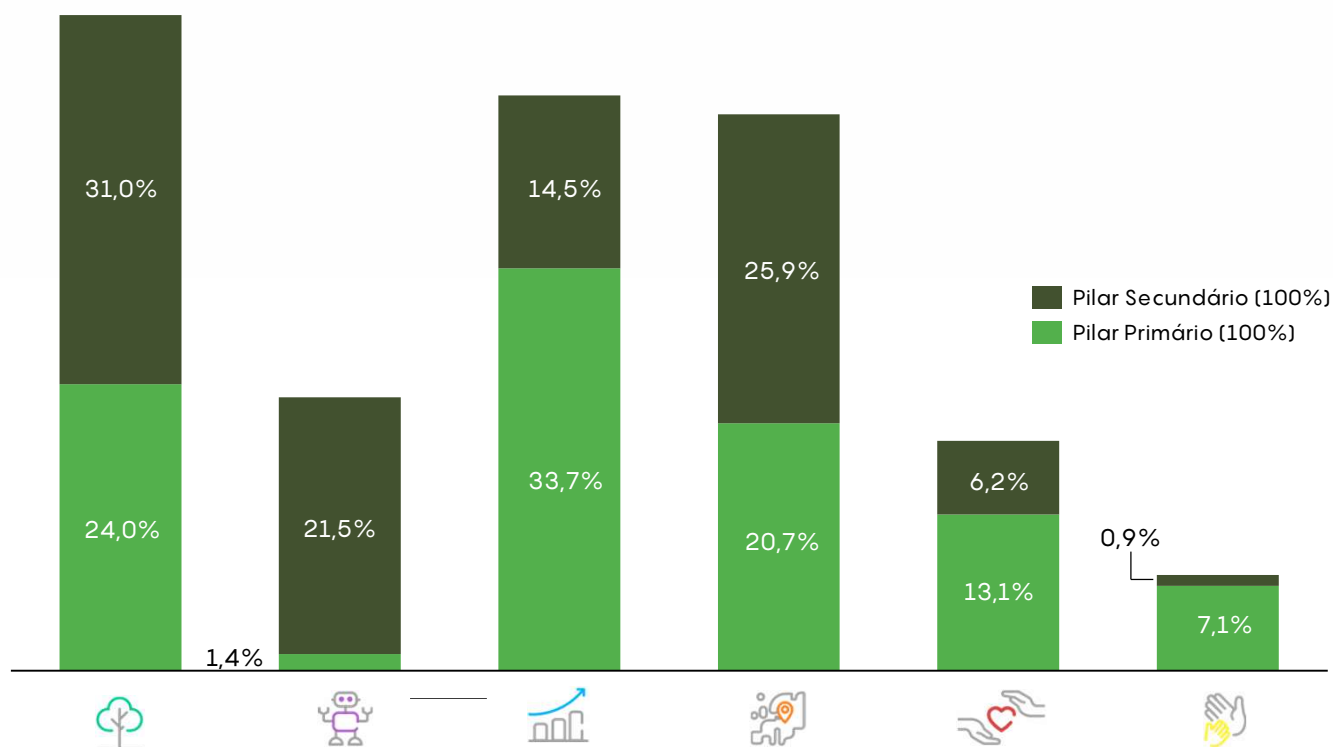
Considerando a necessidade de alinhar a utilização dos recursos financeiros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência com as prioridades europeias, o regulamento do Instrumento de Recuperação e Resiliência determinou que o seu âmbito de aplicação deve centrar-se nos seguintes pilares relevantes da política comunitária:

6 PILARES EUROPEUS



A figura abaixo representa a percentagem do contributo estimado do PRR para cada Pilar Europeu, como cada medida contribui de modo primário e secundário para seis pilares a contribuição total para todos os pilares apresentados neste gráfico ascende a 200% do PRR.

Figura 14: Parcela estimada dos fundos do PRR (em %) que contribuem para cada pilar de política europeia



07. IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS, INDICADORES COMUNS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

07.2 IMPACTO NOS INDICADORES COMUNS

A Comissão Europeia, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu identificaram 14 indicadores comuns para acompanhar os progressos da implementação dos planos de recuperação e resiliência (*Delegated Regulation EU 2021/2106*). Os Estados-Membros comunicam estes indicadores duas vezes por ano, cada indicador é atribuído a pilares específicos, sendo considerados indicadores de "resultados", indo além dos indicadores de *output* para medir o impacto nas pessoas e empresas. Em casos excecionais, quando nenhuma reforma ou investimento contribui para 1 dos 14 indicadores é estabelecido um acordo operacional com a Comissão Europeia. Os indicadores seguintes representam a performance portuguesa reportada quanto ao primeiro e segundo semestre do ano de 2022.

INDICADORES COMUNS — PORTUGAL 2022

● Stock¹

● Flow²

Savings in annual primary energy consumption

523.260

MWh/Ano



Additional operational capacity installed for renewable energy

165

MW



Alternative fuels infrastructure

5.630

Recharging Points



Population benefiting from protection measures against floods, wildfires, and other climate related natural disasters

3.569.796

Pessoas



Enterprises supported to develop or adopt digital products, services and application processes

-

Empresas



Users of new and upgraded public digital services, products and processes

1º Semestre

12.418.900

Utilizadores/Ano

2º Semestre

1.552.410

Utilizadores/Ano



¹ Os números são adicionados cumulativamente, e os seus valores só podem aumentar ao longo do tempo.

² Os números reportados representam no momento em que foram reportados, podendo flutuar ao longo do tempo.

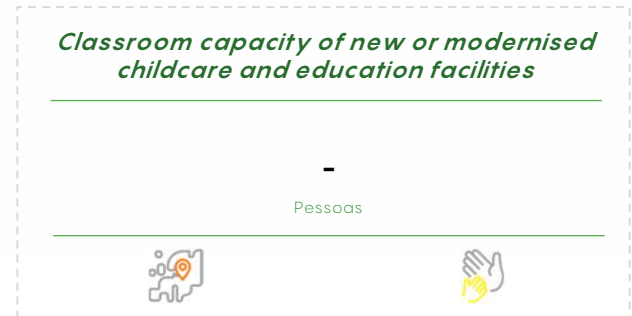
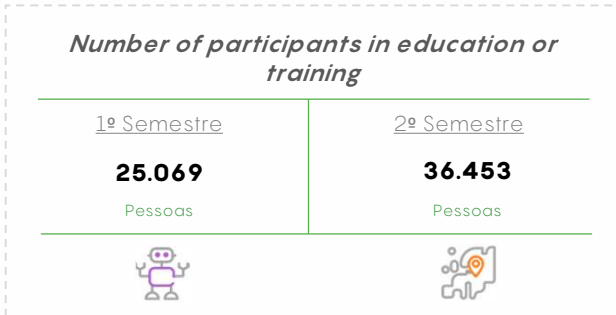
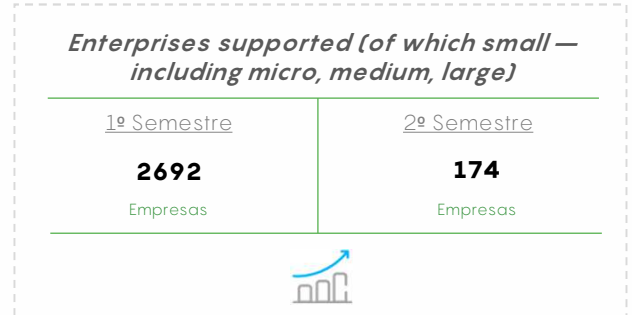
07. IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS, INDICADORES COMUNS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

07.2 IMPACTO NOS INDICADORES COMUNS

INDICADORES COMUNS — PORTUGAL 2022 (Continuação)

● Stock¹

● Flow²



¹ Os números são adicionados cumulativamente, e os seus valores só podem aumentar ao longo do tempo.

² Os números reportados representam no momento em que foram reportados, podendo flutuar ao longo do tempo.

07. IMPACTO DO PRR NOS PILARES EUROPEUS, INDICADORES COMUNS E INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

07.3 IMPACTO NAS INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS

A tabela seguinte demonstra claramente o alinhamento do PRR para com as iniciativas emblemáticas identificadas pela Comissão, em setembro de 2020, na Estratégia Anual de Crescimento Sustentável, nomeadamente:

Figura 15: Relação entre componentes do PRR e iniciativas emblemáticas da UE

		Iniciativas Emblemáticas UE						
		Reforço da Capacidade Energética	Renovação de edifícios	Recarregamento e Reabastecimento	Interligação	Modernização	Expansão	Requalificação e Melhoria das Competências
	C1. Serviço Nacional de Saúde		✓	✓		✓	✓	
	C2. Habitação		✓					
	C3. Respostas Sociais		✓	✓				✓
	C4. Cultura		✓			✓		
	C5. Capitalização e Inovação Empresarial					✓		
	C6. Qualificação e Competências					✓		✓
	C7. Infraestruturas	✓		✓				
	C8. Florestas					✓		
	C9. Gestão Hídrica	✓						
	C10. Mar		✓					✓
	C11. Descarbonização da Indústria	✓						
	C12. Bioeconomia Sustentável			✓		✓		
	C13. Eficiência Energética em Edifícios	✓	✓					
	C14. Hidrogénio e Renováveis	✓						
	C15. Mobilidade Sustentável					✓	✓	✓
	C16. Empresas 4.0					✓		
	C17. Qualidade e Sust. das Finanças Públicas					✓		✓
	C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios					✓		✓
	C19. Administração Pública Mais Eficiente					✓		✓
	C20. Escola Digital					✓		✓



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 8

PERSPETIVAS PARA 2023

08. PERSPETIVAS PARA 2023

A previsão macroeconómica do Conselho das Finanças Públicas de março de 2023 aponta para um declínio considerável na atividade económica de 5,5 pontos percentuais, estimando um crescimento económico de 1,2% em 2023 (6,7% em 2022). Para 2024 e 2025, espera-se uma melhoria da dinâmica de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,8% e 2,0%, respetivamente.

A desaceleração em 2023 decorre das quebras previsíveis na procura interna e nas exportações. Na procura interna, estima-se uma quebra do consumo privado em volume para 0,4% (5,7% em 2022) e, em menor grau, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para 2,3% (2,7% em 2022). Tais números são reflexo da persistente incerteza, da inflação e do agravamento das condições de financiamento que penalizam o poder de compra dos consumidores.

O Conselho das Finanças Públicas realça que a aceleração na absorção dos fundos europeus, nomeadamente, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do crescimento previsto em 2023, pode traduzir-se no crescimento da FBCF - principalmente através de sua componente pública - para 4,2% em 2024 e 5,1% em 2025. Em relação às exportações de bens e serviços, prevê-se uma desaceleração de 14,4 pontos percentuais para 2,3% em 2023.

Quanto à inflação, o cenário atual prevê uma redução gradual das pressões inflacionárias ao longo de 2023 e 2024, antecipando um abrandamento do crescimento do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) para 5,9% em 2023 e 3,1% em 2024.

Apesar do contexto menos favorável, prevê-se que 2023 seja um ano de aumento da execução do PRR, contribuindo de forma ativa não só para mitigar os efeitos reportados, bem como para preparar estruturalmente a economia portuguesa para uma trajetória de crescimento económico potencial mais íngreme. Em paralelo com o reforço de verbas em mais 1634 milhões de euros, a reprogramação do PRR permitirá reajustar as iniciativas ao novo contexto macroeconómico e geopolítico, no qual se insere também o plano *REpowerEU*. O Plano *REpowerEU* surge como resposta às perturbações do mercado global de energia decorrentes da invasão da Ucrânia e responde à necessidade de rever o sistema energético europeu, tanto para a redução da dependência de combustíveis fósseis como para a questão climática.

Neste cômputo, em 2023, prosseguir-se-á a estratégia de transformação da economia portuguesa subjacente ao PRR, sobretudo fundada na transição digital e na transição climática, preparando assim o país para os novos desafios globais.

Na transição digital, prevê-se um aumento do ritmo de execução na digitalização dos serviços públicos, na transição digital das empresas e no apoio à formação de competências digitais, fatores fundamentais para elevar a preparação digital da economia portuguesa.

08. PERSPETIVAS PARA 2023

Em complemento, na transição climática prevemos o crescimento dos investimentos em energias renováveis, eficiência energética e mobilidade sustentável, com um forte enfoque na descarbonização e na resiliência climática. Estes investimentos fomentarão o crescimento da economia verde, promoverão práticas sustentáveis e contribuirão para o compromisso de Portugal de atingir a neutralidade de carbono até 2050, sendo de destacar as intervenções nos edifícios, responsáveis por cerca de 70% das emissões de gases com efeitos de estufa e cujas intervenções, suportadas nas medidas do PRR, produzem efeitos duradouros no longo prazo.

No ano de 2022, assistimos já a uma aceleração relevante da execução do PRR, resultante da implementação de um maior número de medidas e da estabilização natural de procedimentos e estruturas. Em 2023, antecipamos um natural aumento da taxa de execução, em linha com o previsto e garantindo o cumprimento dos marcos e metas associados à transferência do 3^a e 4^a pedidos de pagamento.

A boa execução do PRR é um desígnio do país e de todos os seus agentes, exigindo um grande esforço de coordenação de todas as partes envolvidas pelo que execução bem sucedida do PRR em 2023 não só apoiará a recuperação económica de Portugal, mas também contribuirá para a sustentabilidade e competitividade a longo prazo do país.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 9

ANEXOS



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência